

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MAIRA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A RACIONALIDADE EMPRESARIAL
SOCIOAMBIENTAL DA ARACRUZ CELULOSE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

François Marcos Paul Gavard

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**A RACIONALIDADE EMPRESARIAL SOCIOAMBIENTAL
DA ARACRUZ CELULOSE**

por

François Marcos Paul Gavard

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientador: Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**A RACIONALIDADE EMPRESARIAL SOCIOAMBIENTAL
DA ARACRUZ CELULOSE**

elaborada por
François Marcos Paul Gavard

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

Comissão Examinadora:

**Professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Professor Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira (UFSM)

Professor Dr. Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)

Santa Maria, 04 de março de 2010.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

**A RACIONALIDADE EMPRESARIAL SOCIOAMBIENTAL DA
ARACRUZ CELULOSE**

AUTOR: FRANÇOIS MARCOS PAUL GAVARD

ORIENTADOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA

Data e local da defesa: Santa Maria, 04 de março de 2010

Este trabalho tem como finalidade contribuir para a elucidação, a partir de um estudo de caso, do fenômeno da responsabilidade socioambiental das empresas. A questão é abordada sob a perspectiva de como os aspectos sociais e ambientais envolvidos nas atividades da empresa são assimilados e elaborados por suas estratégias e políticas, e em que medida podem contribuir para a conformação de suas razões e meios de ação. A metodologia empregue foi qualitativa, baseada numa análise de conteúdo sobre os relatórios anuais de sustentabilidade da empresa e sobre um questionário composto de perguntas relativas ao tema respondido pela mesma. O que se constatou foi que a Aracruz Celulose incorpora as variáveis sociais e ambientais dentro de uma racionalidade econômica capitalista. Estas variáveis são operacionalizadas nas suas estratégias e ações para geração de vantagem competitiva, acesso a mercados, e para a geração de confiança entre os diversos públicos com os quais a empresa relaciona-se, o que, por sua vez, tende a estender o horizonte de previsibilidade nos ambientes sociais e no mercado financeiro, aumentando a capacidade da empresa em planejar suas ações. A pesquisa assinala a importância dos mercados e do consumidor como elementos capazes de elevar aspectos ligados a interesses e valores socioambientais à categoria elementos conformadores da gestão empresarial. O trabalho foi dividido em quatro capítulos, os três primeiros (Teoria Social, Meio Ambiente e a Sociologia Ambiental; Meio Ambiente *versus* Empresas e Mercado; Campo Econômico e Racionalidade Empresarial) consistem de revisão bibliográfica, o quarto (Estudo de caso: A Racionalidade Socioambiental da Aracruz Celulose) trata da análise e discussão dos resultados. A última seção é destinada às considerações finais.

Palavras-chave: racionalidade; empresas; mercado; consumidor; sustentabilidade corporativa.

ABSTRACT:

This work has as purpose to contribute to the understanding, from a study of case, of the phenomenon of the social and environmental responsibility of the companies. The question is boarded under the perspective of as the social and environmental aspects involved in the activities of the company are treated and prepared for their strategies and policies and how they can contribute to the establishment of their reasons and ways of action. The methodology used was qualitative based in a content analysis on the annual reports of sustainability of the company and on a composed questionnaire of relative questions to the subject answered for the same one. What we found was that Aracruz Celulose incorporates social and environmental variables within a capitalist economic rationality. These variables are operationalized in their strategies and actions to generate competitive advantage, market access, and to generate confidence among the various publics with which the company relates, which, in turn, tends to extend the horizon predictability in social and financial markets, increasing the company's ability to plan their actions. The research highlights the importance of markets and consumers as elements capable of raising issues related to environmental and social interests and values to the category of variables of business management conformation. The work was divided into four chapters, the first three (Social Theory, Environment and Environmental Sociology, Environment vs. Business and Market; Economic Field and Business Rationality) consist of a literature review, the fourth (Case Study: The Social and Environmental Rationality of Aracruz Celulose) deals with the analysis and discussion of results. The last section is for the final remarks

Keywords: rationality; companies; market, consumer, corporate sustainability

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: TEORIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	14
1.1 - Crise ambiental e crise da modernidade	14
1.2 - Teorias sociais e o meio ambiente	19
1.3 - O surgimento da sociologia ambiental.	23
1.3.1- A década de 70 e a sociologia ambiental americana	25
1.3.2- Década de 80: ambientalismo em compasso de espera	27
1.3.3- Beck, Giddens e a sociologia ambiental na era do risco e da globalização	28
1.3.4- Modernização Ecológica	31
1.4 - Balanço da sociologia ambiental	34
CAPÍTULO 2: MEIO AMBIENTE <i>VERSUS</i> EMPRESAS E MERCADO	37
2.1- O impasse entre desenvolvimento e meio ambiente	37
2.2- O conceito de Desenvolvimento Sustentável	42
2.2.1- Críticas ao conceito de DS	48
2.3- Empresas e o meio ambiente	50
2.3.1- Agenda ambiental nacional e internacional	53
2.4- A evolução da gestão ambiental empresarial	56
2.4.1- Ambientalismo empresarial	58
2.5- Críticas ao ambientalismo empresarial	67
CAPÍTULO 3: CAMPO ECONÔMICO E RACIONALIDADE EMPRESARIAL	74
3.1- Campo econômico e racionalidade empresarial	74
3.2- O conceito de campo e a recuperação de seus elementos éticos e políticos	76
3.3- Racionalidade econômica e crítica ambiental	84
3.4- O consumidor e a racionalidade socioambiental empresarial	90

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO: A RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA ARACRUZ CELULOSE	98
4.1- A empresa: aspectos descritivos	98
4.2-Níveis de análise	102
4.2.1- Procedimento metodológico	104
4.3- Nível 1: A empresa em relação a seus públicos próximos	105
4.3.1- Campo socioambiental da Aracruz Celulose	105
4.3.2- A empresa e as comunidades locais	109
4.3.2.1- Ações sociais da empresa	116
4.3.3- A empresa e as ONGs	117
4.3.4- A empresa e a comunidade financeira	118
4.3.4- A empresa e seus fornecedores e clientes	120
4.3.6- Matriz de materialidade	124
4.4- Nível 2: A empresa e sua autoimagem	125
4.4.1- Missão, valores e princípios	126
4.4.2- A visão de sustentabilidade da empresa	128
4.4.3- Estratégia de negócios	131
4.5- Nível 3: A empresa e seus públicos distantes	137
4.5.1- Certificações ambientais e a Racionalidade empresarial	138
4.5.2- Mercado financeiro e a racionalidade empresarial	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
BIBLIOGRAFIA	150
ANEXO A- Questionário enviado à empresa com as respostas obtidas	155

INTRODUÇÃO

Apesar de recente, a percepção da degradação dos recursos naturais como um problema de primeira linha na agenda política internacional – adquiriu este *status* apenas a partir da década de setenta – já possui um histórico bastante rico e conturbado. Poucos problemas da atualidade ganharam, em um lapso tão curto, tanta visibilidade, mobilizaram uma gama tão larga de atores sociais, suscitaram debates tão acalorados e formaram opiniões tanto apaixonadas quanto tendenciosas. Dada a transversalidade do problema, é normal que a sua dinâmica histórica seja resultante de uma batalha disputada por diversos e poderosos interesses, que lançarão mão de diferentes estratégias de ação – institucionais, políticas e discursivas –, visando, frequentemente, acima da efetiva resolução da crise ambiental, a busca da realização de seus próprios objetivos, ainda que conflitantes com o objetivo maior da preservação ambiental e da busca pela sustentabilidade.

Nesta arena de disputa, dois atores têm se destacado historicamente pela defesa de interesses considerados antagônicos por muito tempo: os defensores de um modelo de crescimento econômico tradicional, baseado na exploração dos recursos naturais e, no campo oposto, os ambientalistas, hostis a uma noção de desenvolvimento que implique no esgotamento dos recursos naturais do planeta. Esta perspectiva dicotômica evoluiu, conforme será exposto, desde a década de 60 até a hodiernidade, em uma visão amplamente divulgada nos meios empresariais pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, como um modelo econômico cujo conúbio entre preservação ambiental e busca pela lucratividade além de possível, constitui uma condição para a reprodução e manutenção da economia capitalista. Em evidente contraste com a visão econômica tradicional, que considerava os efeitos sociais e ambientais das atividades empresariais como elementos externos à gestão e que a atenção a estes consistiria num desvio, relativamente, ao objetivo primordial da ação empresarial, que deveria orientar-se, exclusivamente, para a geração de lucro aos acionistas. Esta visão sobre a atividade empresarial conserva-se ainda dentro de determinados meios, que enxergam com desconfiança o discurso da sustentabilidade corporativa.

Temos, portanto, uma situação, na atualidade, em que o discurso da sustentabilidade corporativa e do Desenvolvimento Sustentável sedimenta-se progressivamente nos meios econômicos e políticos - estando mesmo no limiar de tornar-se senso comum nestes âmbitos. E, devido à intensa divulgação midiática promovida especialmente pelo setor produtivo, passa a ser incorporada pela sociedade, muitas vezes de forma acrítica – salvo por uma parcela da

sociedade mobilizada pelos problemas de ordem social e ambiental, que reluta em aceitar suas bases e critica seus postulados. Pois nem sempre a veiculação de ideias é acompanhada por um debate público capaz de informar suficientemente o público em relação aos seus conteúdos. É, portanto, frente à centralidade que estes conceitos assumiram no presente para pautar a relação entre economia e a problemática socioambiental, no intuito de ensejar alguma reflexão sobre o tema, que esta dissertação foi concebida.

A presente pesquisa situa-se na área da sociologia ambiental e tem como objetivo geral contribuir para aprofundar o debate – já histórico dentro do ambientalismo e de crescente importância no âmbito da sociologia – da relação entre desenvolvimento econômico e seu impacto sobre os ambientes social e natural. Aqui, adota-se como aspecto privilegiado a inserção das empresas dentro de um novo contexto de competição econômica, marcado pela imposição da incorporação de aspectos éticos às suas ações e estratégias, decorrentes de uma crescente demanda social por responsabilidade socioambiental, indicativos de uma época em que a atividade empresarial necessita buscar novas formas de legitimação frente a uma sociedade que não considera mais suficientes os elementos tradicionais que sustentaram o capitalismo industrial em períodos anteriores.

Na intenção de situar esta problemática em um nível mais concreto, optamos por analisá-la a partir do fenômeno do surgimento das noções de sustentabilidade corporativa e responsabilidade socioambiental das empresas, traços característicos da gestão corporativa no momento atual da economia capitalista, considerando-os pela ótica da empresa. A opção de abordar o tema somente por um de seus lados – o que admitimos restringir o alcance explicativo dos resultados a serem obtidos – parte do pressuposto de que para se alcançar uma compreensão mais aguda da natureza dos problemas socioambientais da atualidade, faz-se necessário entender como essa problemática é elaborada pelos agentes causadores de efeitos nestes domínios.

Dessa forma, esse estudo visa elucidar, baseado na análise de um caso particular – de uma empresa específica –, a maneira como vem se dando a relação entre duas ordens de interesses e valores, econômica/capitalista e social/ambiental, no contexto da racionalidade da ação empresarial. A ideia de centrar a análise no nível da racionalidade da empresa fundamenta-se no objetivo de buscar uma possível unidade de sentido profunda, que oriente e estruture as políticas e as estratégias socioambientais da empresa no campo da ação, capaz de conferi-las inteligibilidade. Ao deslocarmos a análise para este nível, pretendemos evitar as discussões acerca da sustentabilidade corporativa que circundam argumentos pró ou contra sua exequibilidade ou ainda sobre as alegações da sinceridade ou da hipocrisia das empresas

que adotam esta ferramenta de gestão, pois consideramos que já existe material suficiente percorrendo acerca da temática dentro desses limites.

Buscaremos a compreensão da racionalidade socioambiental da empresa não sob seu aspecto formal, relativo ao ajuste do comportamento a princípios lógicos, mas sim enquanto fruto do processo cognitivo, levando-se em consideração, sobretudo, o contexto vivido e a dimensão egocêntrica, bem como o relacionamento destes fatores para elaborar motivações e meios para ação¹. Nesse sentido, procurar-se-á captar, sob a ótica da empresa, a leitura que ela faz do contexto social próximo ao qual ela está inserida – dos diferentes públicos com que se relaciona – e desenvolve suas atividades, juntamente de um contexto mais distante, que repercute sobre suas ações: o do mercado e consumidores. Também, complementando com a imagem que faz de si como empreendimento e do seu ramo de negócio. A partir destas três dimensões é que serão buscados os elementos que possam contribuir na compreensão de como aspectos tradicionalmente exógenos à racionalidade capitalista passaram a interpelar a esfera da produção, gerando um novo ambiente de negócios marcado pela complexidade, onde uma multiplicidade de valores e interesses exógenos à empresa entrecruzam-se e incidem na conformação do agir econômico empresarial. Igualmente, como os parâmetros dentro dos quais a empresa recebe estes insumos da esfera societária e os amolda, elabora e ajusta na consecução de suas metas, como empreendimento econômico.

Para a escolha do estudo de caso, foi eleito o ramo da indústria de celulose de fibra curta, por tratar-se de um setor com elevado potencial gerador de conflitos devido ao efeito e à natureza de suas atividades com os segmentos ligados ao ambientalismo e aos movimentos sociais. Também, por contar com um grande número de defensores junto aos segmentos defensores do desenvolvimentismo. Pois, segundo Gomes (2005), por um lado, trata-se de uma atividade considerada como indutora de desconcentração industrial, geradora de empregos, de substanciais divisas para o país e de significativa receita tributária; por outro lado, tem sido alvo de constante contestação por parte de grupos sociais organizados, movimentos sociais e até mesmo de instituições públicas, que percebem nele uma fonte causadora de exclusão econômica e social, bem como de inúmeros conflitos sociopolíticos nas

¹ A inspiração para a adoção dessa noção de racionalidade vem da teoria de Piaget sobre o desenvolvimento da cognição, onde duas dimensões concorrem no processo que leva o indivíduo à compreensão da realidade e a ação dentro dela: uma interna, relativa a ele próprio e suas estruturas biológicas e psíquicas, fortemente influenciadas pela hereditariedade. E outra externa, relativa ao ambiente físico e social, que irá gerar estímulos adaptativos. A relação entre estas duas dimensões no desenvolvimento da cognição é que torna apto o indivíduo a lidar com os desafios da vida. Partimos, portanto, na medida em que puder ser válido, da analogia do indivíduo com a empresa para a aplicação deste modelo.

comunidades onde concentram suas atividades florestais, além de elevado impacto sobre o meio ambiente.

A empresa do setor sobre a qual recaiu a escolha para constituir o objeto da pesquisa foi a Aracruz Celulose por ser, na época em que se iniciou a pesquisa², a maior empresa brasileira do setor, desenvolvendo suas atividades em várias regiões do país, impactando com suas plantas industriais e seus cultivos de eucaliptos em vasto território, bem como por conta de seu conturbado histórico de relacionamento com comunidades locais, ONGs e movimentos sociais. Trata-se, pois, em tese, de uma empresa especialmente interessada em incorporar nas suas estratégias de negócio os aspectos socioambientais.

No capítulo 1, será abordada, por meio de uma revisão bibliográfica, a relação entre a teoria social e o ambiente natural. O fio condutor da análise é a ideia de que o período da modernidade e a economia capitalista – aqui tratada como aspecto privilegiado da modernidade – através das transformações institucionais e do modo de produção por eles ocasionados foram responsáveis por alterações sem precedentes no ambiente natural e na sua relação com os seres humanos. Descrever-se-á, sumariamente, o surgimento e a evolução do pensamento social moderno, colocando em evidência a maneira como a variável ambiental foi contemplada em suas diferentes etapas. Neste ponto, a questão central é demonstrar como se deu a dinâmica cujas questões relativas ao meio ambiente, num primeiro momento, foram afastadas das reflexões sobre a sociedade e, posteriormente, resgatadas - a partir de meados do século XX - até alcançarem, em finais deste século, posição de destaque na teoria social contemporânea, desenvolvida por autores como Giddens, Habermas e Beck.

Complementarmente, será feito um mapeamento do campo da sociologia ambiental em particular, onde serão apresentadas as suas principais correntes, temáticas, autores e sua consolidação enquanto novo ramo da Sociologia, terminando com a exposição de algumas críticas das quais tem sido alvo.

No capítulo 2, o foco estará na reconstrução do processo, por meio de uma revisão bibliográfica, pelo qual a variável ambiental tornou-se um aspecto de grande importância para as estratégias de mercado das empresas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável será o elemento chave para a compreensão deste processo. Partindo-se da sensibilização da opinião pública a respeito dos problemas ambientais e a constituição de um mercado consumidor voltado a produtos de baixo impacto ambiental - sintomas de um contexto mais amplo de crise da modernidade - para compreender a gênese daquele conceito e a sua imposição dentro

² Como será reiterado no capítulo 4, a empresa não existe mais sob esse nome comercial após um processo de fusão ocorrido em início de 2009.

dos canais da política e do capital. Em seguida será tratado o processo pelo qual as preocupações de caráter ambiental passaram a ser incorporadas pela gestão empresarial, indicando suas etapas de evolução até o momento atual, com o surgimento do chamado ambientalismo empresarial. O capítulo se encerra cedendo a palavra aos incrédulos em relação às preocupações socioambientais das empresas e do próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável, onde se poderão apreciar os diversos matizes das críticas que pesam sobre eles.

O capítulo 3 consistirá numa série de reflexões com a finalidade de propor um enquadramento teórico, preliminar ao procedimento empírico, para a compreensão da racionalidade empresarial no sentido que será empregado dentro desta pesquisa. Será proposto, inicialmente, o modelo de campo econômico de Bourdieu como referencial interpretativo da ação econômica, considerada em termos relacionais, embasando um estatuto de ação e de racionalidade resultante da interação entre diversos agentes sociais dentro de um campo de disputas. Das reflexões de Bourdieu sobre economia, mercado e ação racional, também, serão destacados elementos de uma visão heterodoxa de mercado e da racionalidade do agente econômico que, complementados com os pensamentos de Amartya Sen, formarão a ideia de mercado e de ação racional – esta, delineada em seus contornos por apontamentos extraídos do pensamento de Max Weber – que será utilizada na reflexão sobre o material empírico. Desta visão heterodoxa, partirá uma crítica aos modelos de ação econômica e de mercado da ortodoxia econômica – considerada, aqui, como sinônimo da escola neoclássica – dos quais defender-se-á a existência de uma afinidade com as categorias que fundamentam uma parte da crítica ambientalista sobre a adequação do setor produtivo com os elementos de ordem socioambiental. O capítulo segue com algumas considerações, à luz das discussões preliminares, acerca das capacidades do mercado em constituir uma caixa de ressonância dos interesses da sociedade e do papel dos consumidores como agentes transformadores da ordem econômica. No fechamento, constará uma exposição da noção de racionalidade empresarial que será adotada para os fins da pesquisa, assim como as hipóteses orientadoras dela decorrentes desta noção.

O capítulo 4 trata-se propriamente da análise e da interpretação dos dados, onde será descrito o procedimento metodológico empregado, caracterizado o material empírico analisado, bem como demonstrados os níveis analíticos que estruturarão a reflexão sobre este material. O restante do capítulo será preenchido com a análise e com o comentário dos resultados obtidos. Como introdução ao capítulo, no propósito de situar o objeto, constará também uma descrição da empresa, com um histórico sucinto, bem como um breve apanhado

sobre os problemas que enfrentou em relação às implicações sociais e ambientais de suas atividades.

O segmento final deste trabalho será destinado às considerações finais.

CAPÍTULO 1:

TEORIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

1.1 - Crise ambiental e crise da modernidade

A ação humana, na busca de garantir as condições de sua reprodução enquanto espécie, é modificadora do seu entorno físico, pelo menos, a partir de quando realiza a transição cultural para o sedentarismo. Este momento marca uma etapa fundamental na longa trajetória do esforço da espécie humana em dominar a natureza de modo a garantir sua subsistência. Cumprida esta etapa necessária para o crescimento demográfico, civilizações conhecerão o apogeu e a decadência, tendo sempre que encontrar soluções para o problema de extrair desta dimensão material da realidade - indiferente, impassível, generosa e ameaçadora - os meios que lhe permitam realizar a perpetuação da espécie na superfície do planeta. Assim, a história da presença do homem sobre a Terra, como afirma Moscovici (2007), é, também, a história da ação humana sobre a natureza, ou ainda - visto sob uma perspectiva negligenciada pela modernidade clássica - da *interação* entre o homem e seu ambiente físico. Haja visto que apenas em época bastante recente se admita, a despeito do descrédito de alguns, que mais de um vetor opera neste processo e o fazem em uma dinâmica de mão dupla.

Ao aceitar-se que a relação do homem com a natureza é fundamentalmente instrumental e que não pode deixar de sê-lo em considerável medida, esta relação nem sempre se deu sobre as mesmas bases. Durante a maior parte da História, as sociedades encararam a natureza, mais ou menos, nos termos do enigma da esfinge: decifra-me ou te devoro. Terremotos, vulcões, furacões, secas, enchentes, tempestades, pragas, feras, vírus e bactérias, em princípio conjurados pelo poder das divindades, passaram, num processo lento e progressivo, a ser conjurados também pelo poder do conhecimento. Assim foi até chegarmos aos umbrais de uma época extraordinária na história humana em que se operaram algumas das maiores transformações experimentadas por esta espécie no campo do saber, da técnica e do seu próprio estatuto ontológico. Na modernidade aquele processo, lento e progressivo, rumo a um avanço tecnológico conhece um salto qualitativo e temporal em que a relação com o ambiente físico passa a se dar numa dimensão até então desconhecida.

Leff (2006) indica que a razão cartesiana – uma das alavancas filosóficas do projeto intelectual da modernidade – operou a separação entre o ser e o ente, o sujeito cognitivo como entidade separada da realidade cogitada, a razão humana capaz de se desligar do mundo sensível e contemplá-lo como algo externo a ela. Tal operação, a princípio filosófica, teve como um de seus desdobramentos a separação entre Homem/Sociedade e natureza. Tal artifício intelectual resultou num processo de “coisificação” do mundo natural. Este, encarado desta forma, pôde ser submetido ao esquadramento analítico que, realizado às luzes das conquistas intelectuais advindas da lógica copernicana/newtoniana, permitiu que fosse ressignificado enquanto máquina (coisa) e seu modo de funcionamento – revelado pela descoberta de suas leis internas – pôde, enfim, revelar-se em sua intimidade aos olhos, a princípio perplexos e mais tarde indiferentes, dos “homens de ciência”.

Segundo Moscovici (2007), o pensamento Iluminista apoiava-se sobre duas bases. Por um lado, a razão baseada no cálculo e na experiência (binômio racionalismo/empirismo) e, por outro, na força da máquina. A consequência da interferência da racionalidade do Iluminismo sobre a realidade se fez sentir na forma de um processo destrutivo, onde os saberes antigos, modos de vida e relações sociais tradicionais foram proscritos após serem julgados perante o tribunal da racionalidade moderna e, paralelamente, num processo progressivamente generalizado de substituição do homem pela máquina.

No entanto, esta ênfase no processo de mecanização progressiva, que demonstrará sua crueldade no âmbito das relações de trabalho no ambiente fabril do século XIX – tão habilmente descrito em suas dimensões humana, econômica e política por Marx –, onde o homem, por vezes, foi visto como subjugado pela máquina, pôde escamotear um aspecto fundamental da racionalidade moderna. Seria incorreto procurar na modernidade um projeto intencionalmente urdido visando submeter o homem ao artefato – que por vezes se faz presente nas críticas epistemológicas ao projeto científico da modernidade por parte dos ambientalistas.

A grande revolução do projeto iluminista foi, justamente, trazer o ser humano ao centro do sistema cosmológico. Se o Iluminismo foi considerado um movimento de revolução com pensamento tradicional, isto se deu, em grande parte, pelo rompimento com a cosmologia medieval, onde o homem encontrava-se numa posição hierarquicamente subalterna em relação à divindade e a seus intermediários. Condenado desde o nascimento a uma vida de penitência – a fim de redimir-se de um pecado ancestral – e a carregar sobre si o

peso da culpa pela morte do redentor – o homem medieval era, sobretudo, um indivíduo de dever. Dever para com Deus, com a Igreja e para com seus senhores temporais. A grande conquista do Iluminismo foi uma mudança no estatuto ontológico do ser humano. Na sociedade moderna, o indivíduo passou a ser considerado como ente dotado de valor intrínseco. A concepção do homem enquanto indivíduo de direito é uma noção constitutiva da modernidade (DUMONT, 1985).

A libertação do homem dos grilhões da tradição e da autoridade religiosa, juntamente com os avanços no domínio da tecnologia e da ciência, foram os quesitos necessários para que ele pudesse interferir no mundo social e natural de formas nunca imaginadas³. A confiança no ser humano e na razão enquanto agentes transformadores foi amplamente difundida e aceita pela intelectualidade da Europa e das Américas, dando início a um ciclo de revoluções republicanas onde tronos e coroas foram depostos em favor de uma nova noção de soberania emanada pelo povo. As hierarquias rígidas herdadas da tradição e, conforme Giddens (1996), legitimadas tradicionalmente, perderam seus alicerces com o avanço da racionalidade contestatória e destrutiva da modernidade.

A noção individualista de homem aliada ao espantoso progresso acumulado no domínio da tecnologia permitiram que viesse a emergir uma concepção positiva da sociedade dos homens. Vista, desde então, como um produto da ação humana e como instrumento de emancipação do jugo dos caprichos da natureza e da Divindade em oposição à visão da escolástica medieval, bem evidenciada pela visão quase satânica da “cidade terrena” por Santo Agostinho, como lugar dos vícios e dos pecados. Apesar de diagnósticos, por vezes divergentes, a respeito da natureza humana e do caráter da associação, ou contrato estabelecido entre os homens vivendo em coletividade por parte de alguns dos pensadores dos primórdios da modernidade – como no caso de Hobbes e Rousseau –, a ideia de fundo é a de que a sociedade dos homens destina-se a atender necessidades humanas e não responde, tampouco reflete propósitos ou desígnios divinos ou da natureza. Como afirma Unger: “O pensamento social moderno nasceu proclamando que a sociedade foi feita e imaginada, ou seja, que é um artefato humano e não expressão de uma ordem natural oculta” (UNGER, 2001

³ Giddens (1991) ressalta a natureza descontínua das instituições modernas. As transformações advindas com a modernidade, tanto em sua extensionalidade quanto em intensionalidade são mais profundas que a maioria das mudanças observados em períodos anteriores.

p. 25)⁴. Esta concepção libertária de homem e sociedade inerentes ao projeto da modernidade apresenta estreita afinidade com uma forma particular de desenvolvimento econômico, aliás, a proeminência da orientação para a acumulação de capital é um dos elementos fundamentais para a compreensão das instituições modernas. Giddens (1996) assevera que o avanço da civilização moderna tem como signo distintivo a tentativa da imposição do controle humano sobre os meio ambientes de ação, entre eles o natural. Esta orientação para o controle, por sua vez, liga-se fortemente à ênfase num tipo de desenvolvimento econômico contínuo. Esta afinidade entre controle humano sobre o mundo e determinado tipo de ordem econômica típica da modernidade será ressaltada por Weber (1992) ao identificar um processo progressivo e inexorável de avanço de uma racionalidade instrumental – orientada a fins – que tenderá a organizar as relações sociais e que encontrará, na burocracia e na esfera econômica, o seu paroxismo.

Beck (2006), comentando a maneira como Weber compreendeu o significado histórico da libertação propiciada pelo avanço das instituições modernas sobre as formas tradicionais de vida, destaca um processo em que a perda dos vínculos religiosos, como elementos orientadores da conduta, fez os homens se depararem com um mundo desencantado e repleto de incertezas, encontrando-se solitários, carentes de Deus e confrontados a si mesmos. Esta perda de proteção divina teve de ser compensada por um laborioso processo de criação de seguranças terrenas:

Tuvieron que penetrar el mundo, transformarlo, “desencantarlo”, “modernizarlo”, sacar productivamente a la luz sus tesoros implícitos, mediante la formación e aplicación de todas las fuerzas humanas y acumularlos como capital para encontrar en el mundo sometido y apropiado la protección no encontrable frente a la ausencia de protección divina. (BECK, 2006, p.140)

Desta forma, a modernidade representou uma transição onde, desde finais da Idade Média, os seres humanos paulatinamente abandonaram os braços da Igreja para serem envolvidos pelos braços do capitalismo industrial (BECK, 2006). Vemos que inseparável do projeto da modernidade está uma nova concepção de desenvolvimento econômico, a do tipo capitalista industrial, que não tardará em fazer sentir seus efeitos sobre o ambiente natural. Pois, juntamente com os triunfos notórios da tecnologia, vem atrelada a crença de que a humanidade atingira um estágio em que o mundo natural não mais constituía obstáculo aos desígnios dos homens e acredita-se finalmente ter-se rompido os laços com o mundo

⁴ Segundo este autor as grandes doutrinas modernas de emancipação, liberalismo, socialismo e comunismo refletem esta ideia e apontam para uma promessa de autonomia individual e coletiva onde as relações entre os homens poderiam se dissociar de papéis e hierarquias rígidos (Unger, 2001).

tradicional em que a natureza limitava as possibilidades da espécie humana. Raymond Aron (1999, p. 487), comentando a visão de Weber sobre o processo de desencantamento do mundo, define a relação do capitalista com o mundo material nestes termos: “O mundo no qual vive o capitalista, em que todos vivemos hoje, (...) é feito de matéria ou de seres que se encontram à disposição da humanidade, destinados a serem utilizados, transformados, consumidos (...)”.

A ciência econômica, definida até hoje como a ciência da escassez, inicialmente orientada pela perspectiva da escassez de meios para satisfazer um universo de necessidades infinitas, com o advento da indústria capitalista – impulsionada pelas possibilidades de uma nova matriz energética baseada nos combustíveis fósseis – presenciará a adoção, por parte das sociedades modernas, de uma lógica de compulsão para o crescimento. Um crescimento contínuo⁵, necessário à manutenção do modo de produção capitalista, cujos limites naturais não são divisados num horizonte próximo⁶.

Cabe lembrar que os economistas políticos clássicos como Malthus, posteriormente, David Ricardo e Stuart Mill já haviam concluído, ainda que analisando a economia agrária de sua época, que o crescimento econômico e populacional acelerado que testemunhou o início do século XIX caminhava na direção dos seus próprios limites pelo esgotamento dos recursos naturais necessários à manutenção deste ritmo de crescimento (GOLDBLAT, 1996). No entanto, as projeções agourentas sobre o futuro do nascente capitalismo industrial foram refutadas, ou pelo menos proteladas, devido a importantes avanços técnicos na agricultura e pela adoção de combustíveis fósseis – e mais tarde com o advento da energia elétrica – nas indústrias. Desta forma, naquele momento, o progresso tecnológico foi salvo, pelo menos temporariamente, pelo próprio progresso. Pode-se constatar que a crença atual na tecnologia como panaceia para os males decorrentes do desenvolvimento do capitalismo – tão criticada por alguns autores da atualidade como Leff (2006), Moscovici (2007), Sachs(2007) – possui antecedentes históricos.

Enfim, ao longo de um processo secular, desencadeado desde os fins do século XVI, o

⁵ Aron (1999) comentando o clássico estudo de Max Weber sobre o espírito do capitalismo ressalta um dos aspectos distintivos do capitalismo burguês moderno em relação às demais formas históricas de busca pelo lucro. Para Weber, o apetite ilimitado pelos ganhos não é o que caracteriza o capitalismo moderno, mas sim o fato deste ser animado pelo desejo da acumulação contínua. Desta atitude de busca de acumulação contínua decorre a necessidade de um aumento de produção indefinido.

⁶ Nas palavras de Henrique Leff: (...) “o caráter expansivo e cumulativo do processo econômico suplantou o princípio constitutivo da escassez” (...) (LEFF, 2006, p.223).

projeto da modernidade conseguiu assentar as bases filosóficas e técnicas para romper com o mundo tradicional e, ao mesmo tempo, criar as condições para o estabelecimento de um novo tipo de sociedade, regida por uma nova racionalidade capaz de engendrar sucessivos métodos de produção e organização social de modo a levar, segundo Goldblat (1996), a uma dinâmica irreprimível de desenvolvimento econômico e transformação do mundo material. Nas palavras deste autor:

Com a chegada do capitalismo e da tecnologia industrial, esta dinâmica mostrar-se-ia capaz de gerar abundância material, na qual se poderia construir uma forma avançada de organização social. As sociedades modernas não foram realmente coagidas por limites naturais. (GOLDBLAT, 1996 p. 22).

1.2- Teorias sociais e o meio ambiente

Dado que na visão moderna de desenvolvimento econômico os recursos materiais não eram considerados fatores limitantes, suas limitações e efeitos colaterais, seus aspectos negativos, suas externalidades, enfim, passarão a ser identificados em outra dimensão, no seu *alter*, o mundo social. Todo este progresso na técnica e o modo de produção por ele ensejado, característicos da modernidade, obviamente não se deram num vácuo social, muito menos no seio das instituições antigas, inadequadas a fomentarem este processo. Valores novos, instituições novas e elites novas surgem e, paulatinamente, assumem proeminência, num ritmo acelerado, em relação à dinâmica histórica dos períodos precedentes. Evidente que tudo isto não se dá sem rompimentos, atritos e tensões. Os avanços tecnológicos e seus rebatimentos no modo de produção se dão numa velocidade maior que a da sociedade europeia – vinda de morosos séculos de era feudal – em poder assimilá-los⁷. O resultado é um período ainda não acabado de sentimento crise, mal-estar e, por vezes, de desordem provocada pelo progresso⁸.

⁷ Giddens (1991) destaca que um dos fatores de descontinuidade da modernidade em relação a períodos históricos precedentes é, justamente, uma velocidade de mudança nas instituições sem paralelo.

⁸ A racionalidade moderna pode ser considerada inerentemente perturbadora, e não deve surpreender o fato de disseminar um sentimento de desordem e insegurança a medida que ela se difunda, visto que ela se fundamenta sobre uma lógica desconstrutiva e contestatória. Habermas (1987) retomando as reflexões de Weber quanto ao caráter da modernidade expõe o paradoxo do discurso filosófico sobre o qual ela se assenta. A compreensão da racionalidade moderna só pode ser possível enquanto processo de ruptura com a tradição. Ao fazer esta ruptura o raciocínio filosófico moderno cria a necessidade de uma nova fonte de justificação moral. Mas onde buscar esta nova fonte depois da perda das bases éticas tradicionais? Surge a necessidade de se criar internamente novas

As tensões provocadas pelo avanço da modernidade no tecido social constituirão a matéria-prima da reflexão dos autores clássicos das Ciências Sociais, mais especificamente da Sociologia, como admite Habermas (1987) ao reconhecer que ela constitui, por excelência, a ciência da crise ao se ocupar, sobretudo, dos aspectos anômicos⁹ da dissolução dos sistemas sociais tradicionais e da formação dos modernos. Aquelas tensões, por Weber, serão identificadas como perda de sentido e desencantamento do mundo, em Marx como alienação e em Durkheim como a desagregação da solidariedade social. Contudo, as Ciências Sociais são filhas da modernidade e trazem desde o seu nascimento a fé na razão e no progresso¹⁰. Assim, esta dimensão negativa da transição para a modernidade fora encarada no sentido de apontar alternativas para a sua mitigação ou eliminação. Nunca será vista, nestes tempos, como algo inexoravelmente impeditivo ao avanço da razão sobre o mundo.

Giddens (1991) afirma que a modernidade é um fenômeno de dois gumes, onde foram criadas oportunidades únicas para os seres humanos, mas também comporta um lado sombrio. Não obstante, os autores clássicos da sociologia conferiram uma ênfase desproporcional ao que Giddens chama de “lado da oportunidade” (GIDDENS, 1991 p.16), apesar de não desconhecêrem que a era moderna constituía um período turbulento.

(...) acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três (...), vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade. (GIDDENS, 1991 p. 17)

Os efeitos nocivos do trabalho industrial moderno sobre os sujeitos a ele submetidos – a sua maçante e repetitiva disciplina laboral – foram facilmente percebidos por estes autores. Mas não se faz presente, em suas respectivas obras, uma previsão de que um

bases, a partir da própria racionalidade moderna. Mas a natureza desta racionalidade é crítica e contestatória, de forma que qualquer discurso que pudesse vir a ser utilizado como justificação estaria sujeito a perder a sua base quando submetido a esta racionalidade crítica de onde ele surge. Daí a dificuldade da razão justificar-se a si própria quando a racionalidade moderna passa a se auto-refletir.

⁹ “Su tema son las transformaciones de la integración social provocadas en el armazón de las sociedades viejo-europeas por el nacimiento del sistema de los Estados modernos y por la diferenciación de un sistema económico que se auto-regula por mérito del mercado” (HABERMAS, 1987, p.19).

¹⁰ Partilhando, consequentemente da crença em um desenvolvimento contínuo onde a natureza é relegada a um segundo plano. (Hannigan, 2006).

desenvolvimento posterior do processo produtivo do capitalismo industrial moderno poderia conter um potencial destrutivo de grandes dimensões sobre o ambiente natural. Para Giddens: “Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é de surpreender que os sociólogos de hoje encontrem dificuldades em desenvolver uma avaliação sistemática delas”. (GIDDENS, 1991 p. 16).

Goldblat (1996) aponta o estado de desenvolvimento das forças produtivas do período em que os autores citados realizaram suas pesquisas – terceiro quarto do século XIX e início do século XX – como um elemento explicativo para a reduzida atenção dispensada ao ambiente natural em suas obras. Neste período, o ritmo acelerado da industrialização acontecia paralelamente à manutenção de taxas historicamente elevadas de crescimento populacional e crescente aumento de produtividade agrária, não confirmando e tornando redundantes os prognósticos sombrios das predições de Malthus e dos estudos de economia agrária de David Ricardo.

Lemkov (2002) ressalta que Durkheim considerava que o passado das sociedades estava fortemente ligado ao solo e o ambiente exercia grande influência sobre elas, com o avanço da ciência e da tecnologia, a humanidade passa a determinar as características do ambiente onde vive e a maneira como dele deve fazer uso. Num tal contexto é compreensível que tentativas de vinculação das origens e efeitos sociais e econômicos da alteração do ambiente fossem relegadas a uma condição subalterna ou mesmo ausente na teoria social do período. De acordo com Goldblat (1996), na teoria social clássica, a questão das origens da degradação do ambiente não constituía um problema ecológico. A dimensão ecológica aparecia, sobretudo, sob uma perspectiva bastante diversa, a de como as sociedades pré-modernas haviam sido limitadas e controladas pelos seus ambientes naturais e o modo pelo qual foi possível que as sociedades modernas pudessem ultrapassar estes limites.

Outra via explicativa para o entendimento do limitado empenho da teoria social com a variável ambiental seria a compreensão do contexto onde se deu a criação da sociologia. Lemkov (2002) afirma que o meio ambiente não figurou, senão de maneira muito discreta, nas reflexões dos fundadores da sociologia, mas a influência do ambiente físico na conformação das sociedades foi uma das preocupações analíticas mais importantes do pensamento social no passado, chegando à modernidade, especialmente, dentro do quadro do determinismo geográfico. Este aspecto foi extremamente persistente ao longo da história do pensamento ocidental, vindo a ser superado somente em finais do século XIX pela

constatação de que numa mesma região geográfica ou em regiões geograficamente distantes, mas com condições ambientais semelhantes, sociedades profundamente dessemelhantes podem ser encontradas, ou, revertendo o argumento, em ambientes físicos desiguais, sociedades muito semelhantes podem coexistir¹¹.

A iniciativa de elevar a sociologia à condição de uma disciplina acadêmica independente e de reconhecimento amplo deveria passar, inevitavelmente, pela definição de seu objeto próprio e de sua orientação metodológica. Esta etapa da biografia da disciplina pode ser considerada como o momento onde a variável ambiental fora efetivamente excluída da sua panóplia de categorias analíticas. Goldblat (1996) destaca que o mais urgente problema da ainda incipiente sociologia do início do século XX era a de marcar sua posição, seu espaço, entre disciplinas concorrentes como a psicologia e a biologia. E a questão de sua presumida dependência em relação às ciências naturais¹² – especialmente a biologia – ainda estava pendente. Segundo o autor:

Se a sociologia devia surgir como um corpo de conhecimentos distintos, então seu tema dominante – a sociedade – teria de ser isolado do domínio da biologia e da natureza. Este foi precisamente o campo de batalha dos argumentos metodológicos de Durkheim e de Weber, que repudiaram toda a forma de determinismo biológico. (GOLDBLAT p. 21)¹³.

Quando Durkheim assenta como elemento basilar da metodologia sociológica a afirmação de que um fato social somente pode ser explicado por outro fato social¹⁴,

“Las correlaciones son más ilustraciones que no comparaciones metódicas; los echos contrários son rara vez examinados, y, por más erudito que sea el autor, no podemos dejar de sorprendernos de la distancia existente de buen número de los assertos, y las pruebas sobre las que esto reposam. (DURKHEIM, 1898, p. 192 apud LEMKOV, 2002, p. 61)

¹¹ Durkheim, um dos maiores críticos do determinismo geográfico, em uma passagem aponta com muita propriedade suas deficiências:

¹² Observa-se, neste sentido, que na primeira metade deste século, como ressalta Goldblat (1996), pensadores como August Comte e Herbert Spencer consideravam que a sociologia deveria estar dependente ou subordinada à biologia sob os pontos de vista epistemológico ou ontológico. As analogias biológicas e metáforas que identificavam na sociedade funções, estruturas e órgãos, bem como a noção de evolução, seleção e especialização aplicadas à análise das sociedades demonstram bem a influência das categorias da ciência dos organismos vivos na elaboração do aparato conceitual da nascente sociologia.

¹³ É interessante notar que, num primeiro momento, para que a reflexão sobre a sociedade pudesse gozar de um caráter científico ele teve de incorporar a terminologia e pressupostos metodológicos das ciências naturais, particularmente da biologia – vide os autores citados acima, Comte e Spencer – e, num momento posterior, para poder se estabelecer como um disciplina independente, teve de, num processo contrário, se afastar do elementos importados daquelas ciências.

¹⁴ O que, por alguns, tem sido chamado de “determinismo cultural” ou ainda “reducionismo sociológico”.

deparamo-nos ao mesmo tempo com o aspecto que confere a contribuição original da sociologia para o conjunto dos saberes e com a origem da dificuldade da disciplina em relação à incorporação da variável ambiental em seus estudos. O resultado destes dois movimentos descritos foi o desenvolvimento de uma disciplina que não construiu um aparato conceitual que pudesse dar conta das interações complexas entre sociedade e meio ambiente e, além disso, nas poucas situações em que se dedicou a estas questões, limitou-se apenas aos meios pelos quais as sociedades humanas transformam seu ambiente sem refletir sistematicamente nos efeitos negativos destas transformações (GOLDBLAT, 1996).

1.3- O surgimento da sociologia ambiental

Não obstante, existe um ponto de inflexão nesta marcha já secular da confiança na razão e na tecnologia, do qual a sociologia clássica é herdeira e que orientou a construção de seu aparato teórico e metodológico. O século XX assistiu perplexo ao estágio que as forças desencadeadas e, aparentemente, dominadas durante períodos precedentes da modernidade alcançaram, trazendo como legado destes os germes de sua contestação. O momento de ruptura pode ser localizado ainda em sua primeira metade, quando a humanidade pôde presenciar os maiores espetáculos de autoaniquilamento que ela já pudera se oferecer. Moscovici (2007) aponta a detonação da bomba de Hiroshima como o momento símbolo em que a ciência moderna se deparou com seus limites éticos e com a perspectiva da finitude da vida sobre o planeta que ela própria poderia ocasionar¹⁵. Assim, foi preciso que a humanidade – mais precisamente a elite intelectual do ocidente – se deparasse com a possibilidade de obliteração de sua espécie para que o paradigma científico, dentro do qual esta possibilidade pode existir, fosse posto em causa, bem como a crença no progresso dele decorrente. Doravante, estavam reunidas as condições para que uma onda revisionista, contestatória e reformista pudesse se instaurar tanto na comunidade científica, quanto na

¹⁵ Lemkov (2002) ressalta que os movimentos antinucleares da década de 50 prefiguram os movimentos ambientais que surgirão no final da década de 60. Existe semelhança nos termos com os quais estes se referiam ao tipo de perigo ao qual combatiam – de natureza insidiosa, invisível e de difícil predição – com os termos que Rachel Carson na obra *Silent Spring* (1962) irá fazer referência aos perigos decorrentes do uso de produtos químicos sintéticos na agricultura, de grande repercussão no discurso ambiental das décadas seguintes. Por outro lado, percebe-se semelhança quanto a composição social e política dos aderentes aos movimentos antinucleares e ambientais, ambos marcados pela forte presença de membros da classe média e alta, profissionais liberais, pessoas com formação universitária e ideologicamente heterogêneas, situadas em diferentes posições no espectro político-partidário.

própria sociedade em geral.

Os ventos da mudança sopraram com mais força a partir da década de sessenta, quando os movimentos pelos direitos civis, pela paz e os movimentos estudantis e ambientais¹⁶ – que são os que mais nos interessam aqui – ganham repercussão e popularidade. Estes novos movimentos sociais marcaram uma drástica mudança no ambiente cultural e acadêmico em várias partes do planeta, acentuando a necessidade de trazer à ordem do dia a discussão dos problemas ambientais. Ferreira (2002) indica que já a partir do período pós Segunda Guerra Mundial era possível identificar um movimento no sentido de uma redefinição dos objetos no campo das Ciências Sociais de forma a incorporar os processos sociais com implicações ou intenções políticas, tais como grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, entre outros. Contribuindo, assim, para alargar os horizontes teóricos para além dos temas tradicionais.

Além disso, a década de 70, especialmente, fora bastante propícia à disseminação de um sentimento de insegurança nas sociedades ocidentais em relação às consequências da ação humana sobre o ambiente natural. A crise do petróleo ocorrida neste período, bem como a intensificação da percepção por parte das populações dos efeitos negativos da expansão econômica, na forma da degradação ambiental, foram marcantes neste sentido e deram ensejo à reentrada da perspectiva da finitude de recursos naturais e, conseqüentemente, à ideia de limites à expansão do capitalismo industrial. A sociologia do período não foi omissa em relação a estas questões¹⁷. Conforme Dunlap (2002), a disciplina ao fundamentar-se em supostas características excepcionais do ser humano como linguagem, cultura, ciência, tecnologia, desenvolveu-se dentro de um paradigma que ele denomina de “isencionalista”, em que as sociedades industrializadas eram concebidas como isentas das constrições de ordem natural – o que poderia explicar em grande parte o atraso relativo da disciplina em incorporar a dimensão ambiental em suas reflexões – até que a crise energética e a entrada em cena dos movimentos ambientalistas neste período oferecessem uma oportunidade de

¹⁶ Contudo, seria incorreto apontar para um aparecimento repentino de movimentos ambientais neste período. Lemkov (2002) reconstitui uma longa série histórica de reivindicações ambientais por parte das populações urbanas, notadamente durante o período de industrialização intensa que a Europa ocidental conheceu a partir dos séc. XVIII e XIX, assim como os movimentos conservacionistas do início do séc. XX. Não obstante, importantes mudanças ocorridas no meio ambiente e no tipo de ameaças às quais estaria exposto nas décadas seguinte iriam conformar e dar ensejo a um novo tipo de reivindicações e de movimento ambiental.

¹⁷ No entanto, é digno de nota que o interesse da sociologia pelas questões ambientais é retardatário em relação aos esforços pioneiros nesta temática de áreas como a biologia, economia e geografia (Ferreira, 2002).

reorientação da disciplina.

Esta reorientação, que constituía o mote da sociologia ambiental, foi chamada por este autor de “Novo Paradigma Ecológico” (NPE) e consistia num chamamento para uma busca por uma perspectiva mais holista, que pudesse dar conta das relações fundamentais entre as sociedades industrializadas e os ambientes físicos em que habitam, de forma que as variáveis biofísicas fizessem parte, juntamente com as socioculturais, das análises sociológicas. Woodgate (2002) afirma que uma sociologia que pudesse abordar este tipo de interação, marcada pela complexidade, deveria superar a distinção entre o “social” e o “natural”. A superação desta dicotomia representaria um afastamento do modelo científico cartesiano convencional e, conseqüentemente, das orientações teóricas tradicionais da sociologia como o positivismo e o estruturalismo, que se fundamentam nesta distinção.

Apesar da nascente sociologia ambiental, desde a origem, apresentar, como defende Woodgate (2002), uma vocação para transgredir o paradigma convencional da sociologia, Dunlap (2002) destaca que a questão ambiental recebeu inicialmente um tratamento de “ciência normal”, ou seja, na forma de uma sociologia da questão ambiental, onde o foco estava na composição societária dos aderentes a esse novo movimento social: o dos ambientalistas. Para Lemkov (2002) boa parte dos estudos socioambientais, neste primeiro momento, interessava-se, especialmente, em estabelecer o status socioeconômico da militância ambientalista e os motivos que mobilizavam sua atuação política. Assim, estes estudos iniciais foram feitos dentro dos marcos de uma sociologia convencional, apresentando um caráter eminentemente descritivo e mesmo atóxico¹⁸ em sua orientação (LEMKOV, 2002). Não obstante, a generalização e a intensificação da preocupação pelos efeitos sociais da escassez de recursos experimentados neste período começaram a sensibilizar alguns sociólogos que, paulatinamente, intentaram a transição de uma sociologia da questão ambiental para uma sociologia ambiental propriamente dita (DUNLAP, 2002).

1.3.1- A década de 70 e a sociologia ambiental americana

¹⁸ Buttel (2002) observa que o início da investigação sociológica sobre o movimento ambiental foi realizada, em grande parte, por pesquisadores comprometidos com este movimento e pouco orientados pela Teoria Social.

O berço desta sociologia ambiental, que reivindica uma reorientação paradigmática que superasse o enclausuramento da reflexão sociológica dentro dos limites exclusivos dos fatos sociais, foram os Estados Unidos, onde, desde a década de 20 e 30, na Escola de Chicago, o pensamento ecológico¹⁹ já havia sido incorporado aos estudos societários. Cabe ressaltar que a chamada “Ecologia Humana” desta escola tinha como objeto principal o estudo das cidades, mais precisamente as relações espaciais entre os grupos sociais e as vizinhanças de comunidades urbanas. Seus teóricos acreditavam que as transformações nas relações espaciais eram, em grande parte, a origem dos problemas sociais e, desta forma, fazia-se necessário, para evitar conflitos, obter informações sobre estas relações (LEMKOV, 2002). Nota-se que a interferência da variável ambiental nos estudos de Ecologia Humana limitava-se ao aspecto meramente espacial, que consistia em apenas uma das muitas variáveis que compunham o ambiente físico na maneira como é concebido pela sociologia ambiental.

O objeto de estudo da sociologia ambiental propriamente dita, surgida posteriormente, nos anos 70²⁰, foi definido por Riley Dunlap e Willian Catton, dois de seus precursores de maior destaque, nestes termos:

El estudio de las interacciones entre el medio ambiente y la sociedad constituye el núcleo central de la sociología ambiental. Estas interacciones son complejas y variadas, y en consecuencia los sociólogos ambientales investigan una gama de fenómenos muy diversos (...) Se basa en el concepto de “complejo ecológico”. (DUNLAP & CATTON apud LEMKOV, 2002, p. 125).

Ainda de participação discreta no quadro da sociologia americana da década de 70, a sociologia ambiental americana orientava-se inicialmente, segundo Buttel (2002), pelo consenso de que as instituições modernas seriam as responsáveis pela degradação ambiental e por uma forte noção da existência de limites ecológicos para o crescimento econômico (visão neomalthusiana). Lemkov (2002) assinala duas importantes áreas de investigação não ligadas ao estudo dos movimentos ambientais na sociologia ambiental americana deste período. Uma

¹⁹ O termo “ecologia” – dos vocábulos gregos *oikos* que significa “lugar para viver” ou “casa” e *logos*, ciência – foi criado pelo biólogo alemão, discípulo de Darwin, Ernest Haeckel (1834–1919) que definia esta “nova ciência” como o estudo das relações dos organismos com o mundo exterior e com as condições orgânicas e inorgânicas da existência (Lemkov, 2002).

²⁰ Conforme Lemkov (2002), as décadas de 40 e 50 foram épocas difíceis para a construção de teorias que pretendessem conceder ao meio ambiente um papel de destaque na análise da sociedade. No âmbito da antropologia do período a orientação predominante fora o “particularismo” de Franz Boas nos EUA, o estruturalismo de Lévy-Strauss na França e, na Grã-Bretanha o funcionalismo (legado por Malinowsky e Redcliffe-Brown) ainda contava com forte presença. Apresentando estes enfoques, todos uma tendência mais ou menos radicalmente antiambientalista. Já no campo da sociologia não existiu no intervalo entre 1928 e 1970 nenhum texto sociológico de importância em que a relação entre meio ambiente e sociedade fosse abordada em seu sentido amplo.

delas concentrava-se no estudo dos ambientes construídos pelos seres humanos, do impacto psicológico e social destes ambientes sobre os indivíduos. Ou, ainda nesta linha, estudos orientados na maneira como indústrias, governos e burocracias reagiam diante da crise ecológica e da crescente sensibilização da sociedade frente à proliferação dos riscos ambientais. A outra área de investigação foi o que se convencionou chamar de “estudos de impacto”, que consistia na análise dos prováveis efeitos socioeconômicos e ambientais de projetos governamentais e industriais, como construção de rodovias, minerações e aterros sanitários.

Outra corrente importante da sociologia ambiental deste período e, segundo Lemkov (2002), das mais originais contribuições desta para a teoria social, antes da publicação das obras de Giddens e Beck, são os trabalhos de Schnaiberg e Gorz, que abordaram a dialética entre desenvolvimento capitalista e crise energética/ecológica no quadro de uma teoria marxista renovada. O primeiro destaca a desorganização dos ecossistemas ocasionada por um modelo de crescimento orientado à produção de excedentes, gerando o que chama de um “capital de energia intensiva” (LEMKOV, 2002 p.127) que, por sua vez, redundava na disseminação de riscos sociais como ameaças para a saúde das pessoas e para a manutenção da produção sociocultural das populações (desemprego, diminuição da renda, etc.). Tais ameaças, para Schnaiberg, poderiam causar a erosão da base material da sociedade capitalista e talvez propiciarem transformações sociopolíticas. Gorz, na mesma linha de Schnaiberg, enfoca o desdobramento de um tema clássico do marxismo, a crise da acumulação capitalista, em uma crise ecológica, problematizando a capacidade do sistema capitalista em solucionar os problemas ecológicos por ele mesmo causados, neste sentido dedica-se a examinar os meios pelos quais as instituições políticas e econômicas das sociedades modernas reconhecem e reagem à degradação ambiental (GOLDBLAT, 1996).

1.3.2- Década de 80: ambientalismo em compasso de espera

Conforme Dunlap (2002), a sociologia ambiental americana chega ao final da década de 70 com força dentro do panorama da disciplina, ainda que com pouca representatividade. Uma mudança fundamental irá se operar dentro da subdisciplina com a chegada dos anos 80, respondendo à conjuntura internacional do período. A entrada da década de 80 viria a

estabelecer uma nova base para a discussão da problemática ambiental. A visão pessimista dos anos 70 da relação entre crescimento/preservação foi substituída por uma visão otimista em relação ao crescimento econômico no quadro das economias de mercado ocidentais.

O reflexo deste período dentro da sociologia ambiental americana se fez sentir em dois sentidos. Por um lado, o processo de crescimento lento, porém firme desta, no quadro da sociologia americana, veio a declinar nos anos 80, visto a perda de visibilidade da problemática ambiental em geral²¹. Noutra sentido, a orientação predominante nos anos 70 de enfatizar o impacto da ação humana sobre o meio ambiente deu lugar a uma orientação contrária em que o foco principal era compreender o impacto das condições ambientais sobre os seres humanos (DUNLAP, 2002). Cabe ressaltar que os desastres ambientais ocorridos durante a década de 80 – como Chernobyl – não permitiram que a percepção dos perigos ambientais desaparecesse e, mais do que isso, ainda contribuíram para a disseminação das noções de risco e incerteza. Porém, a onda de otimismo a respeito do capitalismo e das possibilidades de mitigar a degradação ambiental por meio dos avanços tecnológicos, característicos do período, afastou definitivamente as quimeras neomalthusianas do pensamento socioambiental, tão presentes nas reflexões da década precedente. De maneira geral, pode-se considerar os anos 80, dentro da sociologia ambiental americana, como um período pobre em contribuições ao seu núcleo teórico, metodológico e conceitual (DUNLAP, 2002).

1.3.3- Beck, Giddens e a sociologia ambiental na era do risco e da globalização

Já na Europa, a década de 80 marca a emergência das questões ambientais como um tema relevante no âmbito da teoria social. É nesta época que autores como Giddens, Beck, Luhmann e Tourraine passam a conferir um lugar de destaque a estas questões em seus esquemas teóricos (DUNLAP, 2002). Concorrendo a esta sensibilização acadêmica em relação à problemática ambiental estão as mudanças em relação à natureza dos problemas

²¹ Ferreira (2002), citando Riley Dunlap em um estudo em que acompanhou as flutuações no número de membros inscritos na seção de sociologia ambiental da American Sociological Association fornece um exemplo eloquente da dinâmica do interesse acadêmico em torno da problemática ambiental entre as décadas de 70 e 90. Em 1976, esta seção contava com 290 e, já em 1979, viu-se o número elevar-se a 321. A diminuição do interesse pelas questões ambientais nos círculos acadêmicos, advinda nos anos 80, é constatada pela diminuição do número de membros para menos de 300 neste período. No entanto, a partir do final da década se observa uma retomada do interesse nesta área da qual o aumento da quantidade de membros para a marca dos 400 no ano de 1993 é testemunha.

ambientais e à percepção dos mesmos por parte da sociedade e comunidade científica. A partir dos anos 80, constata-se que a degradação ambiental e suas consequências não estariam mais circunscritas a espaços geográficos e sociais determinados. Problemas regionais e locais tornam-se globais e generalizados (BECK, 2006) – o buraco da camada de ozônio, chuvas ácidas e aquecimento global são exemplos claros – a ponto de causarem uma sensação de insegurança amplamente disseminada frente aos efeitos da deterioração ambiental e da própria intervenção tecnológica sobre o mundo material. Os cientistas, por sua vez, veem-se cada vez mais limitados em sua capacidade de identificar e prever as novas ameaças ao meio ambiente e à saúde humana, bem como em calcular a sua extensão e os seus desdobramentos²². Consequentemente, em face da gravidade do quadro, a sensibilização da sociedade a respeito das questões ambientais é crescente. Paralelamente, os movimentos verdes tornam-se importantes atores políticos, especialmente nas democracias europeias deste período que assistem à decadência do *Welfare State* e à falência do comunismo real.

Tal contexto demonstra-se propício em proporcionar a elevação da variável ambiental à categoria central nas novas elaborações em teoria social do período. As obras de Beck e Giddens constituem os melhores exemplos. Goldblat (1996) ressalta que o aspecto característico da obra de Beck consiste em situar as origens e consequências da degradação ambiental na posição de elemento central de uma teoria da sociedade moderna, em vez de considerá-la como elemento periférico ou como objeto de reflexão posterior. De acordo com o autor, as sociedades descritas na sociologia de Beck são dominadas pela existência de ameaças ambientais e pela maneira como as entendemos e a elas reagimos. Desta forma, o elemento formador da sociedade de risco seriam estes novos perigos ecológicos, de natureza insidiosa e imprevisível e de efeitos globais, gerados pela intervenção humana sobre o mundo:

“A sociologia (...) não perguntou o que significa a ameaça da autodestruição para a sociedade, contudo a resposta seria unânime de que essa ameaça é aquilo que caracteriza e distingue a última metade do século XX” (BECK, 1995, p.125 apud GOLDBLAT, 1996, p. 228).

²² Giddens (1996) destaca que nas sociedades modernas o discurso científico era dotado de autoridade e dele emergiam “verdades” amplamente aceitas pela sociedade após terem sido estabelecidas a partir de um processo interno de discussão na comunidade científica. Segundo o autor, este esquema funcionou bem enquanto a intervenção humana sobre a natureza ainda se dava dentro de certos limites e “os riscos enfrentados pelas aplicações tecnológicas eram externos (...)” (GIDDENS, 1996 p. 244). Na modernidade tardia a interferência da aplicação dos conhecimentos científicos sobre a natureza chegou ao ponto de fabricar novos riscos e o processo de validação das verdades científicas não mais limita-se às instâncias internas e passa a se dar em arenas não científicas. Decorre disto que: “A ciência e a orientação para o controle não podem mais fazer o trabalho de legitimação que, durante tanto tempo, foi tão fundamental para o desenvolvimento social moderno”. (GIDDENS, 1996 p.244).

Em Giddens, conforme Golblat (1996), a preocupação com o meio ambiente faz entrada em seus esquemas teóricos por meio da relação que estabelece com o fenômeno da urbanização. Pois, para Giddens, o surgimento da cidade metrópole marca as características estruturais e psicossociais da sociedade contemporânea e determina novas linhas de ação social e política. Golblat (1996) frisa a insistência de Giddens em ressaltar a relação estabelecida entre a urbanização e a expansão dos espaços construídos com a natureza da degradação ambiental. Os efeitos, também, fazem-se notar em sentido inverso: a agressão a natureza e a desconexão das populações urbanas com o mundo natural constituem uma nova dimensão da alienação. Assim, Giddens sugere que as mudanças ambientais provocadas pela urbanização moderna ocasionam nos habitantes da metrópole uma crise de anomia experimentada na forma de uma sensação de vazio e de desorientação psicossocial. Seriam estes os sintomas culturais e psicológicos da dissolução da tradição que vem junto da perda do contato cotidiano com a natureza. Esta ausência de relação satisfatória com a natureza seria, em revanche, o móbil para a articulação de movimentos ambientalistas que reivindicam a recuperação destes espaços perdidos (Goldblat, 1996).

Nos anos 90, a percepção da natureza global dos problemas ambientais difunde-se amplamente e internacionalmente. São criados espaços para a discussão dos mesmos - a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, mais conhecida como ECO-92 (ou Rio-92), realizada no Rio de Janeiro é uma referência neste sentido – a ponto de tornarem-se um imperativo para as agendas políticas nacionais e internacionais²³. De acordo com Dunlap (2002), na década de 90, a sociologia ambiental, a exemplo da problemática ambiental em geral, institucionaliza-se em escala internacional (lembrando que já se institucionalizara internamente nos EUA ainda nos anos 70). Neste período, segundo o autor, houve uma revitalização na área e importantes aportes teóricos e metodológicos foram feitos. Muitos destes consistiram em esforços no sentido de aplicar elementos das teorias sociológicas tradicionais no campo da sociologia ambiental, apesar de suas reconhecidas limitações neste campo. Inclusive a sociologia ambiental americana, após o período de estagnação dos anos 80, volta a dar sua contribuição, especialmente nos aspectos conceituais e metodológicos (em função de sua forte orientação

²³ Speth (2005) indica que a ascensão da problemática ambiental ao nível da formulação de políticas globais se deu por um processo contínuo, iniciado nos anos 70, orquestrado por uma comunidade internacional relativamente pequena de lideranças no campo da ciência, governos, ONU e ONGs que, progressivamente lograram êxito em dar vulto a estas questões a ponto dos governos não terem outra alternativa senão encontrar uma resposta.

empírica) para o exame da relação entre sociedade e meio ambiente. Na Europa, a sociologia ambiental apresentou, desde o início, uma vocação mais teórica e vem recebendo atenção crescente no conjunto da disciplina, em especial nos estudos que visam elucidar o processo de transição do período da modernidade para a pós-modernidade (DUNLAP, 2002).

Destaca-se que além desta diferença de orientações na sociologia ambiental realizada nos dois lados do Atlântico – uma mais afeita aos aspectos empíricos e a outra aos teóricos – existe ainda uma segunda diferença quanto a abordagem predominante em ambos os contextos. Dunlap (2002) esclarece que nos os EUA predominam explicações materialistas sobre a tendência das instituições das sociedades modernas para a degradação ambiental, ora pondo o acento nas instituições culturais, ora nas relações capitalistas. Já na sociologia ambiental europeia, segundo este autor, verifica-se o predomínio de uma perspectiva construcionista – de formulação mais recente e de inspiração pós-moderna – onde o meio ambiente é considerado, antes que algo externo à experiência humana, como algo socialmente construído e percebido, partindo deste ponto de vista para a compreensão de como os problemas ambientais vêm a ser formulados, contestados e legitimados (HANNIGAN, 2000)²⁴

1.3.4- Modernização Ecológica

A partir do início da década de 90, uma corrente da sociologia ambiental vem ganhando terreno e tornando-se popular, constituindo um contraponto às teorias ecológicas de conteúdo crítico²⁵. Trata-se da chamada teoria da Modernização Ecológica. Surgida num período onde o acento na sobrecarga da base material nas sociedades modernas – típico dos anos 70 – estava já ultrapassado dentro do debate sobre a problemática ambiental e em que a confiança na tecnologia, como via de conciliação entre crescimento econômico e preservação de recursos naturais, estava amplamente disseminada, a teoria da Modernização Ecológica

²⁴ Para Hannigan (2000, p.145) o próprio meio ambiente seria: “(...) um conceito muito fluido, culturalmente baseado e socialmente contestado”.

²⁵ Definidas por Chávez (2004, s.p.) como as que: “ (...) convergem na sinalização dos desequilíbrios e desajustes das instituições da modernidade, sem entrar muito na elaboração de estratégias ou propostas de mudança de mudança”.

tem como mote a afirmação de que num contexto de modernidade industrial tardia, os objetivos dos ambientalistas podem harmonizar-se com os do capital (BUTTEL, 2002). Para Wolfgang Sachs (2002), esta abordagem desenvolve uma linguagem que vincula as preocupações empresariais e ambientais, centrando-se na redefinição da situação do meio ambiente como um problema não mais de escassez e sim de distribuição eficiente de recursos, onde, segundo Mol (2002), a reestruturação dos processos de produção e consumo orientados por um viés ambiental são fundamentais²⁶. Desta forma, esta corrente da sociologia ambiental estabelece a ciência moderna, tecnologia e mercado não mais como fontes primárias da degradação ambiental, mas sim como atores principais para uma reforma ecológica (MOL, 2002).

Quatro características principais na teoria da Modernização Ecológica são elencadas por Mol (2002):

- 1- ciência moderna e tecnologia identificadas como instituições centrais para as reforma ambientais (e não como fontes primárias da degradação ecológica);
- 2- destaque na crescente importância das esferas da economia e do mercado na reforma ecológica, no papel dos empresários e agentes econômicos como portadores sociais da reformulação ecológica;
- 3- crítica a um Estado forte e centralizador sem negar, contudo, a importância deste na gestão ambiental. Sustenta que a função do Estado está em transformação, deixando de atuar de maneira reativa e centralizadora para adotar uma postura preventiva e orientadora em relação a políticas ambientais. O motivo desta mudança reside no reconhecimento de que, progressivamente, no âmbito da gestão ambiental, muitas das tarefas tradicionalmente desempenhadas pelos governos estariam passando para o âmbito da ação dos mercados;
- 4- com a reorientação das respectivas funções do Estado e mercados, a atuação dos movimentos sociais também muda. A partir do momento em que a problemática ambiental foi incorporada à agenda política, estes atores devem passar da adoção de uma posição externa, de apenas críticos e reivindicadores para uma atuação conjunta num esforço de cooperação juntamente com os demais atores sociais para uma

²⁶ Sem, no entanto, que as estruturas de acumulação sejam alteradas (Redclift & Woodgate, 2002).

reconstrução ecológica da sociedade.

Este autor assinala que, diferentemente da sociologia ambiental em geral, a teoria da Modernização Ecológica logrou em adquirir popularidade. Isto se deve ao fato de assumir um ponto de vista teórico consoante com a natureza do debate travado em torno da questão ambiental nos anos 90, ajustado aos reais câmbios sofridos pelas instituições da sociedade e pela questão ambiental neste período. Neste sentido, Chávez (2004) argumenta que o surgimento da teoria da Modernização Ecológica não seria possível se não tivesse emergido neste período uma linguagem ambiental alternativa que permitisse organizações não governamentais e governos estruturarem a problemática ambiental de um novo modo.

Portanto, a linguagem da teoria da Modernização Ecológica começou a surgir como fruto de alianças entre ONGs ambientais, organizações empresariais, governamentais e transnacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como nos círculos acadêmicos. Neste particular, cabe destacar o fato desta teoria ter se desenvolvido juntamente com outras teorias participantes do debate sobre as mudanças ambientais como a da sociedade de risco, as pós-modernistas, neomarxistas e os defensores da contraprodutividade (MOL, 2002). Além disto, a teoria da Modernização Ecológica foi beneficiada por um momento em que a teoria social em geral aderiu de maneira mais robusta à preocupação com o meio ambiente na elaboração de seus esquemas teóricos.

Todavia, a Modernização Ecológica não tem passado incólume de críticas. Para Mol (2002), o conteúdo das críticas deve ser lido tendo em vista os diferentes contextos que ela abarca, o que, conforme o autor, tem dado ocasião a certa confusão. Uma distinção impõe-se neste caso: 1º) Modernização Ecológica como teoria da continuidade e da transformação social; 2º) Modernização Ecológica como programa político para a reforma ambiental das sociedades industriais contemporâneas. Note-se que apesar de feita esta distinção, ambas as concepções, analítica-descritiva e normativa-prescritiva são interdependentes. Mol (2002) afirma que a maior parte das críticas têm se orientado ao seu aspecto normativo, ou seja, a adoção das premissas da teoria da Modernização Ecológica como solução para a crise ambiental. Por questionáveis que possam ser suas proposições em relação à eficácia e à exequibilidade, a crítica não deveria necessariamente contaminar a teoria no que diz respeito ao seu alcance explicativo e como instrumento analítico.

Algumas críticas se dirigem a pressuposição por parte dos modelos desta teoria da possibilidade da generalização de um modo de vida baseado num elevado padrão de consumo

energético e material, que implicaria na existência de sistemas energéticos e de transformação eficientes, equivalentes aos existentes nas nações europeias mais avançadas, o que implicaria, por sua vez, na organização de um estilo de vida europeu com todo seu corolário de instituições sociais e modelos ideológicos. A esta acusação, Chávez (2004) alude que a teoria da Modernização Ecológica fora formulada originalmente naquele continente, especialmente Holanda, Alemanha e Inglaterra, fato que explica que a realidade sobre a qual se debruça inicialmente é estritamente a das economias altamente industrializadas: “(...) razão pela qual um forte cheiro eurocêntrico impregna toda ela” (Chávez, 2004, s.p.).

Outro ponto de disputa seria a afirmação de que os ambientalistas conservadores e empresários “ambientalizados” partidários da Modernização Ecológica tendem a não considerar a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. Dentro desta teoria, não haveria nenhuma referência quanto a possibilidade de existir uma ligação entre degradação ambiental e injustiça social. Consequentemente, os seus teóricos parecem negligenciar a dimensão do capitalismo por uma questão, aparentemente, de princípio. O sistema capitalista não seria em si problemático devido ao fato de que estaria tornando-se ou ainda se tornará ecológico no futuro. Haveria uma tendência no capitalismo de ecologizar a si mesmo de uma forma espontânea. Em resposta a isto, Chávez (2004) apresenta uma elegante defesa oferecida por Mol & Spaargaren:

(...) a Modernização Ecológica não está interessada em apresentar o capitalismo como essencial para a produção ambientalmente correta, não na forma que fazem os neoliberais, nem, por outro lado, acusar o capitalismo como culpável pela deteriorização ambiental. Então, segundo eles: 1) O capitalismo está sempre mudando, e um dos principais estímulos passa hoje em dia pelas questões ambientais; 2) A produção e o consumo ambientalmente corretos são possíveis sob diferentes relações de produção e cada modo de produção requer seu próprio programa de reformas ambientais; 3) O capitalismo não é pré-condição nem o principal obstáculo para por em marcha as reformas ambientais (CHÁVEZ, 2004, s.p.)

1.4- Balanço da sociologia ambiental

Finalmente, restam alguns apontamentos críticos a serem feitos sobre a sociologia ambiental. Ferreira (2002) indica que a sociologia ambiental americana desenvolveu-se originalmente, como uma reação ao descaso por parte da sociologia em relação aos fenômenos biofísicos e, em consequência disto, afeita a enfatizar a tendência das sociedades

modernas em degradar o meio ambiente, inclinada a negligenciar a teorização sobre processos que eventualmente redundem numa melhoria das condições ambientais. Além disso, a corrente dominante da sociologia ambiental americana tenderia a uma visão simplista do processo de mobilização social em torno das reivindicações ambientais, bem como tenderia a superestimar a coerência e a força dos movimentos ambientais, concedendo-lhes um destaque talvez desproporcional enquanto mecanismo para resolução dos problemas ambientais.

Dunlap (2002) indica que esta subdisciplina tem pouco dialogado com as demais áreas da sociologia e apresenta um caráter ainda muito ateuórico²⁷, especialmente nos EUA devido à orientação mais empírica de seus pesquisadores. Neste particular, Woodgate (2002) destaca uma diferenciação importante entre a sociologia ambiental americana e a europeia. Para o autor, o motivo da evitação de maiores desenvolvimentos teóricos e da adoção de uma orientação mais voltada a empiria por parte dos pesquisadores americanos poderia estar relacionado à rejeição de uma forte perspectiva social-construcionista em suas análises.

Contrariamente ao que se deu na Europa, onde a sociologia ambiental apresenta um viés mais pós-modernista, compatível com esta perspectiva. A perspectiva construcionista, que concebe o meio ambiente prioritariamente como uma construção social e tende a encarar a natureza como algo externo e decorrente da experiência humana, para os seus críticos é responsável por conferir um alcance muito limitado à análise dos problemas ambientais e dificultar compreensão de sua verdadeira natureza. Beduschi (2008) aponta como resposta a esta acusação que nesta perspectiva o foco se desloca para os processos sociais que apresentam implicações ambientais, não se tratando, contudo, de negar a existência objetiva de determinadas situações, mas antes de entender o processo pelo qual as situações são definidas, negociadas e legitimadas enquanto problemas. Controvérsias aparte, para Woodgate (2002), parece existir alguma relação à adoção de ponto de vista construcionista com uma maior facilidade em incorporar a variável ambiental no âmbito da teoria social. O autor sugere que o mais apropriado, em lugar da controvérsia, seria uma sociologia ambiental que fosse capaz de conjugar o pendor teórico dos europeus com a vocação empírica dos

²⁷ Dunlap (2002) aponta como motivo possível para a referida insularidade da sociologia ambiental o fato de ter enfrentado prematuramente – durante a década de 80 – um período de descrédito geral em relação às questões ambientais. Num ambiente de descrédito em relação ao seu objeto, os pesquisadores desta área teriam achado mais cômodo não manter muitas relações com as demais áreas da disciplina. No tocante a falta de desenvolvimento teórico, o desprezo à problemática ambiental verificado neste período também teria dado sua contribuição. O autor ainda indica a peculiaridade americana de a sociedade ter se desenvolvido em um ambiente de abundância de recursos naturais (ao contrário da Europa) como um motivo para a dificuldade da aceitação da sociologia ambiental no âmbito da sociologia.

pesquisadores americanos.

Já Buttel (2002) ressalta que a sociologia ambiental ainda não conseguiu estabelecer qual a perspectiva mais apropriada para se conceitualizar o ambiente biofísico, se em termos sócio-psicológicos, simbólicos, social-construcionistas ou em termos materiais e objetivos. Outro ponto problemático, apontado pelo autor, seria a respeito de nível de análise mais apropriado. Na sociologia tradicional, a unidade analítica convencional é a sociedade nacional e, devido à natureza e à extensão dos problemas relacionados ao meio ambiente, possivelmente as análises que contemplem a dimensão global sejam mais apropriadas. No entanto, nesse ponto, ainda não se estabeleceu um consenso.

Não obstante, Dunlap (2002) destaca que a sociologia ambiental atualmente tornou-se uma área de especialização viável tanto nos EUA, quanto alhures. No caso americano, o autor afirma que a subdisciplina já acumula uma quantidade considerável de generalizações empíricas que demonstram um grau considerável de validade e fiabilidade, assim como relevância política. Se é certo que o chamamento ao um novo paradigma capaz de incorporar as variáveis ambientais ou os “fatos não sociais” nas análises sociológicas não foi atendido integralmente, também é certo que esta reivindicação tem contribuído para a crescente perda de credibilidade de uma sociologia que concebe as associações humanas como isentas de constrangimentos oriundos do mundo material.

O presente estudo — ao recuperar elementos da realidade, favorecendo uma reflexão sobre os rudimentos de algumas das abordagens mais consagradas, de maneira a submetê-las a indagações mais atualizadas — estabeleceria alguma relação com a teoria da desorganização dos ecossistemas em razão do crescimento da economia capitalista, gerando riscos e incertezas? Ou os resultados levantados nesta pesquisa poderiam ser interpretados na perspectiva das abordagens de risco e incertezas? Aparentemente o recorte empírico e enfoque teórico aproximam esta pesquisa dos modelos designados de modernização ecológica, porque destacaria e interpretaria as preocupações empresariais no campo socioambiental. Cabe, então, a indagação: apontariam os resultados somente para a inescapável constatação dos efeitos positivos do mercado para produzir ajustes econômico-ecológicos mais balanceados? Espera-se que os dados de realidade a seguir trabalhados conformem uma perspectiva capaz de responder parcialmente a essas indagações.

CAPÍTULO 2:

MEIO AMBIENTE *VERSUS* EMPRESAS E MERCADO

2.1- O impasse entre desenvolvimento e meio ambiente

Existe uma antinomia fundamental, ainda que apresentada de diferentes modos, que perpassa todo o debate sobre a problemática ambiental desde os primórdios de seu avatar contemporâneo – década de 60 – até meados da década de 80 (isto se não levarmos em consideração as críticas dos ambientalistas mais radicais que, nos dias atuais, fundamentam suas reivindicações nesta antinomia). Trata-se do conflito entre preservação dos recursos naturais, meio ambiente e capitalismo industrial. Ainda que o diagnóstico sobre as origens da crise ambiental tenha suscitado discussões a respeito de sobre quem deveria recair a culpa, capitalismo ou industrialismo (GOLDBLAT, 1996)²⁸, os debates sobre a questão ambiental estiveram por bastante tempo fortemente marcados pelo antagonismo entre um modelo de desenvolvimento econômico e seus impactos sobre o ambiente natural.

Levando-se em conta a centralidade da economia capitalista e o modo de produção industrial para a compreensão e caracterização das instituições da modernidade, como tem sido demonstrado desde os primórdios da sociologia por autores como Weber e Durkheim até a sociologia contemporânea por autores como Giddens e Habermas, por exemplo, pode-se partir da crítica destes elementos para uma contestação de caráter mais amplo, identificando a crise ambiental como um sintoma de uma crise mais profunda do próprio projeto da modernidade. Sob esta ótica, as transformações no meio ambiente que estão sendo presenciadas pelas sociedades atuais seriam, em última instância, reflexo de uma crise paradigmática.

Leff (2006) avança nesta linha de argumentação ao identificá-las como sintoma de uma crise do efeito do conhecimento sobre o mundo, mais ainda, como crise da civilização, da cultura ocidental, da racionalidade da modernidade e da economia do mundo globalizado.

²⁸ Este autor aponta que diferentes atores envolvidos com a questão ambiental fazem diferentes juízos em relação à atribuição de culpa. Os partidos verdes europeus tendem a afirmar que o industrialismo é o principal responsável pela degradação ambiental tanto nas economias capitalistas, quanto nas socialistas. Contrariamente, os marxistas buscam as origens estruturais dos problemas ambientais na dinâmica do modo de produção capitalista. Já os economistas que se ocupam da questão ambiental, sejam os de orientação liberal ou social-democrata, têm insistido na afirmação que o problema não pode ser atribuído a uma característica intrínseca a forma de operarem os mercados e a posse privada do capital, mas sim a defeitos de orientação e de regulação do capitalismo.

Para este autor, os impactos negativos do crescimento econômico não apresentariam um caráter contingente, mas sim necessário, pois não se tratam de anomalias funcionais da racionalidade econômica moderna e sim uma consequência dos fundamentos a ela subjacentes, uma vez que, para Leff (2006, p.16): “A racionalidade da modernidade é uma racionalidade anti-natura”.

Nesse contexto, os movimentos ambientais surgidos nos anos 60 podem ser interpretados como sintomas de um amplo processo de destradicionalização e perda de valores, indicado por Giddens (1995), decorrentes de um estágio tardio alcançado pela modernidade e a crise ecológica, para a qual estes reivindicam a atenção da sociedade e do Estado, constitui a expressão material dos limites da modernidade. Segundo Goldblat (1996):

Giddens aponta para as consequências culturais e psicológicas da dissolução da tradição e para a extinção de muitas das relações com o mundo natural que as sociedades pré-modernas manifestamente mantinham. Na ausência dessas relações, os movimentos ecológicos sociais estão orientados no sentido de uma recuperação ou recriação destes valores e significados alternativos, assim como na redução das ameaças ecológicas. (GOLDBLAT, 1996 p.107)

Giddens, também, relaciona a emergência desta sensibilização à problemática ambiental com a instauração de um contexto social de pós-escassez, onde o crescimento econômico e a acumulação capitalista não são considerados como prioritários, sendo vistos como contraproducentes na medida em que se tornam ameaçadores ou mesmo incompatíveis com determinados modos de vida. O que estaria evidenciando *per se* a falência de um tipo de visão de mundo particular da modernidade.

Já Buttel (2002) aponta três perspectivas básicas na sociologia para compreender a emergência na sociedade destas preocupações que, também, por sua vez, podem ser interpretadas como um contraponto às estruturas ideológicas modernas: 1) ambientalismo como uma resposta social à realidade biofísica da destruição ambiental e ao conhecimento científico sobre elas. Perspectiva defendida e difundida por Catton e Dunlap; 2) como resultado da articulações de valores “pós-materiais” nas sociedades industriais, quando os atores sociais (especialmente a classe média) passam a priorizar objetivos não materiais (análoga à hipótese de Giddens); 3) ambientalismo preenchendo o vazio social surgido na transição das instituições “fordistas” (de meados do século XX) para as “pós-fordistas”, como uma forma de reação ao esgotamento das reservas tradicionais de significado social.

Hannigan (2000) acrescenta a estas perspectivas o que chama de abordagem do encerramento regulador/político do Estado. Nessa tese, os novos movimentos sociais – como o ambientalista – consistiriam em uma reação da sociedade contra a intrusão do Estado na vida quotidiana, ou ainda, como reação a um Estado corporativo que, unido a determinados

setores, toma decisões a portas fechadas, que terminam por impactar negativamente o meio ambiente. Esta tese explicaria o motivo pelo qual em países cujo debate político acerca das questões ambientais foi asfixiado em nome de um consenso real ou aparente são justamente os lugares onde os movimentos verdes surgem com mais força.

Dentro desse cenário de contestação das instituições modernas o movimento ambiental surge como um ator destacado e, ao ser considerado desta forma, tem sido visto como estreitamente ligado às correntes pós-modernas. Numa visão crítica em relação à percepção pós-moderna da questão ambiental, Gandy (2002) destaca que o interesse pós-moderno nos problemas ambientais é tão típico quanto ambíguo. Se, por um lado, o questionamento geral despertado a partir dos anos 1970 de que se a humanidade estivesse entrando em um período diferenciado do ponto de vista ético, filosófico e epistemológico traria como um dos seus temas palpitantes o da crise ambiental, pelo fato de ter-se criado um ambiente favorável à sensibilização da opinião pública quanto a esta; por outro lado, o mesmo desenvolvimento social e econômico que pode propiciar o surgimento de preocupações “pós-materiais”, como a ambiental é o que avançará política e economicamente na direção da desregulamentação neoliberal e no aumento dos níveis de consumo em escala global, impulsionando o ritmo da degradação ambiental.

Apesar da referida ambiguidade, Gandy (2002) ressalta que, no último quartel do século XX, desenvolve-se uma variedade de perspectivas filosóficas antimodernas, tendo como mote a questão ambiental e fazendo coro às críticas ao pensamento moderno e ao projeto do Iluminismo. De maneira que a identificação da crise ambiental, como inevitável consequência da separação operada por aqueles entre sociedade e natureza, é típica do que chama de ambientalismo pós-moderno.

Se a natureza dos problemas ambientais era percebida nestes termos, a solução plausível não poderia ser outra que não de cunho reformista. Apenas uma reforma completa e profunda não somente da ciência e da economia, mas também do pensamento e de visão de mundo poderia evitar os cenários apocalípticos evocados. Tal concepção, que opõe frontalmente preservação ambiental e modo de produção capitalista industrial²⁹, estava implícita nos debates de finais dos anos 60 sobre a crise ambiental. Colocada dessa forma a questão, interesses de ambientalistas e capitalistas tinham aparência de inconciliáveis e o ambiente de disputa política sobre o tema tendia ao impasse.

²⁹ Visto enquanto um desdobramento necessário do projeto da modernidade.

Um momento emblemático desse impasse foi a publicação do estudo intitulado *The Limits to Growth*, em 1972 – que daria a tônica dos debates da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo neste mesmo ano, e em grande parte dos debates durante toda a década. Este estudo, encomendado pelo Clube de Roma, trazia à baila uma perspectiva neomalthusiana para a questão, onde a finitude dos recursos era reintroduzida³⁰ na discussão econômica e cenários de catástrofe eram projetados em um horizonte não muito distante, caso as variáveis de crescimento industrial, populacional e de recursos naturais não se alterassem³¹. Na maneira que aparecia em *The Limits to Growth*, a introdução da ideia de finitude no modo de produção traduzia-se, necessariamente, em catástrofe (NOBRE, 2002).

A problemática encarada sob esta perspectiva induzia a uma busca de solução que passaria, inelutavelmente, pela redução do uso dos recursos naturais e, corolário disto, na colocação de um freio nos índices de crescimento das economias nacionais. Aparecia, neste momento, a polêmica proposta do “crescimento zero”. Obviamente que tal visão sombria para o futuro do modelo capitalista de desenvolvimento haveria de suscitar reações. De um lado, os economistas do *mainstream* rapidamente esforçaram-se em exorcizar o fantasma malthusiano seja alegando a possibilidade de substituição da matéria prima por outros fatores de produção como o trabalho e o capital reprodutível, seja numa linha argumentativa diversa, destacando alguns vícios de origem nas conclusões daquele estudo, como no caso da falsidade da premissa de que a estrutura econômica, política e social permaneceria a mesma no longo prazo (NOBRE, 2002).

Outra reação despertada pela proposta do “crescimento zero” veio da parte dos países do Terceiro Mundo³² que viam com desconfiança a ideia de que o desenvolvimento econômico seria o responsável pela degradação do ambiente e consideravam a alternativa de estagnação como uma estratégia imperialista da parte dos países do Primeiro Mundo. Para estes países, era inegociável uma estratégia de superação da crise ambiental que se desse nestes termos, de forma que, doravante, os interesses dos países deste bloco deveriam, de alguma forma, serem contemplados ou, ao menos, levados em consideração, para que pudesse ser estabelecida uma agenda internacional para resolução da problemática ambiental. Nobre

³⁰ Uma visão abandonada desde os fisiocratas em meados do século XIX.

³¹ Previsões que iam, inclusive, além do pessimismo original de Malthus, na medida que apontavam para um colapso geral do sistema não indicado por este autor.

³² Viola e Leis (1991) indicam que, na Conferência de Estocolmo, o governo brasileiro foi o principal articulador do bloco dos países em desenvolvimento que mantinham uma posição refratária no reconhecimento da importância da problemática ambiental sob o pretexto de que a miséria era um problema de maior dimensão.

(2002) resume os termos em que se dava a discussão e a posição dos países do Terceiro Mundo:

Neste contexto, a posição dos países do Terceiro Mundo, embora diversificada, era unânime na rejeição da imposição de limitações ao crescimento econômico. Do ponto de vista diplomático, não havia meio de se chegar a algum acordo internacional de caráter global que fosse consistente. Simplesmente por porque a posição mesma do problema impedia qualquer acordo. E a equação era bastante simples: Se há contradição entre desenvolvimento capitalista (no sentido de crescimento econômico) e meio ambiente, não há por que defender o capitalismo. Se não há contradição entre os dois termos, não há por que impor restrições à utilização dos recursos naturais. (NOBRE, 2002 p.37).

É no sentido de tentar superar estas divergências que é proposto pelo PNUMA em 1975, o conceito de “ecodesenvolvimento”, que punha em destaque um tipo de desenvolvimento calcado na dimensão regional e local e no uso adequado dos recursos naturais. Ignacy Sachs será o grande defensor e propagador deste conceito, vindo a estender o conteúdo originalmente proposto pelo referido. Sachs (2007) designa, sob este termo, ao mesmo tempo, um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, orientado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: atendimento das necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da autoconfiança das populações envolvidas e o cultivo da prudência ecológica. Neste quadro, variáveis como a redução do consumo supérfluo, do desperdício por parte da minoria rica e a cobertura universal das necessidades fundamentais da maioria pobre e socialmente excluída assumiam papel proeminente. Em suma, tratava-se de um conjunto de postulados ligados a um estilo de desenvolvimento que contemplava, especialmente, os interesses de ambientalistas e das populações dos países pobres.

Como se pode observar, este conceito trazia em seu âmago questões extremamente delicadas e potencialmente problemáticas para sua aceitação e implementação no cenário internacional – especialmente em relação às economias centrais – como mudanças nos hábitos de consumo e processos produtivos, além do seu conteúdo político, que estava centrado na ideia de emancipação das populações pobres. Tais noções comprometiam de maneira excessiva sua transposição ao campo da ação concreta e também não eram capazes de criar um ambiente favorável ao diálogo com os representantes dos interesses capitalistas. O resultado disto foi o abandono do conceito de “ecodesenvolvimento” alguns anos mais tarde. Leff aponta alguns dos motivos do fracasso do conceito de “ecodesenvolvimento”:

O potencial do Ecodesenvolvimento foi se dissolvendo nas suas próprias estratégias teórico-práticas. As suas propostas esbarraram na dificuldade de se flexibilizar as instituições e os instrumentos de planificação para se romper com a lógica economicista. (LEFF, 2006 p.136).

Contudo, o problema fundamental da relação entre crescimento econômico e preservação de recursos naturais permanecia atual e não resolvido. Como em qualquer outra questão social, este debate não se deu em termos inalteráveis ao longo do tempo. Na medida em que estava submetido à dinâmica histórica, fatores conjunturais viriam a alterá-lo, ou, ao menos, mudar o peso atribuído aos argumentos articulados pelos interesses em litígio.

A entrada da década de 1980 viria a estabelecer uma nova base para a discussão da problemática ambiental. A visão pessimista dos anos 70 da relação entre crescimento/preservação, que opunha, inconciliavelmente, “desenvolvimentistas” e “preservacionistas”, foi substituída por uma visão otimista em relação ao crescimento econômico no quadro das economias de mercado ocidentais. As economias americana e inglesa, capitaneadas pelos princípios neoliberais, começaram a apresentar resultados positivos e a sair de um período de estagnação econômica decorrente de algumas décadas de *Welfare State*. A chamada “Era Reagan”³³ proporcionou um recrudescimento na confiança da capacidade do mercado – desbaratado dos liames da intervenção estatal – e do crescimento econômico³⁴ em solucionar uma ampla gama de problemas sociais, entre eles os que concernem ao meio-ambiente. Conforme Woodgate (2002), esta fé no crescimento e no mercado teve como consequência a afirmação de que a anomalia da escassez poderia ser solucionada facilmente liberando o mercado das restrições governamentais. Nesta perspectiva, a economia de mercado seria o instrumento regulador por excelência na resolução dos problemas ambientais (LEFF, 2000).

2.2- O conceito de Desenvolvimento Sustentável

No caudal destas ideias, é proposto o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) no início da década de 80. Conforme o que foi exposto, a conjuntura do período não se mostrava favorável à receptividade de um tipo de argumentação centrada numa crítica ambientalista da economia mundial e numa solução orientada unicamente pela parcimônia no uso dos recursos naturais e nos hábitos de consumo. Fazia-se necessário que a problemática ambiental fosse reelaborada³⁵ em termos negociáveis entre os interesses divergentes

³³ Sem esquecer da ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher, talvez a chefe-de-estado mais fervorosa na defesa das ideias de Von Hayek.

³⁴ Esta é a teoria do Trickle Down, pela qual bastaria garantir o crescimento macroeconômico que seu benefícios escorreriam abaixo pela pirâmide social, irrigando todo o tecido societário (Sachs, 2008).

envolvidos, num esforço em se encontrar uma alternativa entre posições que acentuavam a dicotomia entre o que Sachs (2007, p.203) qualifica do “estritamente econômico e o incondicionalmente ecológico”.

Não se sabe ao certo qual foi a primeira vez em que este termo foi usado, mas pode-se indicar que foi na ocasião da publicação do *Worlds Conservation Strategy* (WCS) pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN) em 1980 que o conceito adquire proeminência. Este documento veiculava como ideia central a pretensão de buscar-se um tipo de desenvolvimento compatível com a conservação dos recursos naturais, sendo, desta forma, sustentável. É importante perceber uma mudança sutil em relação aos termos empregados. Se a opinião, nos anos 70, era a do conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental, a partir dos anos 80, na busca de se superar o impasse, emprega-se preferencialmente o termo desenvolvimento, que trazia um conteúdo mais vasto, contemplando aspectos que vão além da esfera estritamente econômica, relacionado-se à satisfação de necessidades intangíveis tais como qualidade de vida, justiça social e, obviamente, preservação de recursos naturais.

Constata-se, então, que ao direcionar os holofotes, em primeiro lugar, para questão da preservação de recursos naturais, estabelece-se uma significativa distinção em relação aos pressupostos assumidos pelo abandonado conceito de “ecodesenvolvimento”. A atenção foi parcialmente desviada dos aspectos mais problemáticos que emperravam a negociação, notadamente os relativos à ordem institucional, econômica e política³⁶, à mudança nos padrões de consumo e no aumento da população. De acordo com Lima (2003), uma das particularidades na noção de DS foi o esvaziamento de seu conteúdo político, especialmente em relação às concepções de Ignacy Sachs, onde era central a ideia de uma forma de desenvolvimento com potencial emancipador para os países pobres. Nobre (2002, p.38) avalia esta guinada na ênfase posta nos termos relativos ao problema, da seguinte forma:

³⁵ Vale frisar, neste ponto, a visão de Hannigan (2000) sobre a problemática ambiental. Este autor aborda o tema sob a perspectiva construcionista, que procura compreender como os problemas ambientais são formulados, contestados e legitimados socialmente. O caminho entre a percepção de uma ameaça ao meio ambiente, a sensibilização da opinião pública e a posterior produção de regulamentação legislativa se faz por um longo processo em que diversos atores disputam a prevalência de seus interesses. Neste processo, numerosos fatores internos e externos ao próprio mérito da questão intervêm a ponto do resultado final, não raro, comportar um significativo grau de casualidade. Os termos em que será dado o debate passarão por uma fase de conceituação e legitimação; tendo êxito, serão canalizados para as estruturas de poder econômico e político.

³⁶ Ressaltando-se, no entanto que a noção de desenvolvimento sustentável proposta nesta publicação não omitia a dimensão social, na verdade, já trazia a noção atual da conjugação dos aspectos do tripé econômico, social e ecológico.

“O que era a primeira vista um recuo incompreensível tornou-se uma grande jogada estratégica, se pensarmos que abriu caminho para acordos de futura importância. (...) ao deixar em suspenso as questões políticas e institucionais, o WCS afastou exatamente o que emperrava qualquer avanço negociado. (...) veio para o primeiro plano a necessidade de preservar, conservar, de maneira que, ao retornarem as velhas questões (crescimento econômico, desigualdades sociais, instituições políticas internacionais, etc.), elas viriam reorganizadas segundo este ponto de vista, abrindo caminho para o “desenvolvimento sustentável” tal como seria definido depois pelo Relatório Brundtland.”

O resultado dessa mudança na maneira de se apresentar o problema mostrou-se positivo enquanto estratégia para introduzir o conceito de Desenvolvimento Sustentável na arena da política internacional. A prova disso foi a mudança de atitude dos países em desenvolvimento em relação à problemática ambiental, manifestada na sessão especial do PNUMA³⁷ realizada em Nairobi em 1982. Em vez da rejeição enfática da saída pelo “crescimento zero” recomendada em *Limits to Growth* e, mais ainda, em lugar de um ponto de vista que afirmava a incompatibilidade entre modo de produção capitalista e preservação ambiental, agora, tornara-se possível alcançar um acordo com aqueles países em torno de um conceito de desenvolvimento que incluísse as questões ambientais sem prejudicar seus interesses econômicos – e nem os interesses do “grande capital” (NOBRE, 2002).

Nessa ocasião é proposta a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) – conhecida como comissão Brundtland³⁸ - que, em 1987, dera ao conceito de Desenvolvimento Sustentável sua definição mais célebre: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas.

Nesta formulação, o conceito de DS assevera a possibilidade da economia mundial manter seus níveis de crescimento sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo e o instrumento indicado como capaz de proporcionar este quadro é avanço científico/tecnológico. Nesse contexto, o fantasma malthusiano da escassez seria conjurado pelo recurso da ciência³⁹, sendo capaz, desta forma, de relegar ao segundo plano a consignação ambientalista de parcimônia e de prudência em relação ao uso de recursos naturais. Ao refletir uma particularidade na percepção da problemática ambiental típica deste momento, a de que a consciência em relação aos problemas ambientais na sociedade cresce na

³⁷ Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente.

³⁸ Que levava o nome da então primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, presidente da comissão.

³⁹ Como, de fato, já acontecera ao longo do século XIX, onde a adoção progressiva de novas técnicas agrícolas e a utilização de combustíveis fósseis na indústria fizeram parecer afastada – ou protelada – a possibilidade de escassez.

mesma proporção que a crença de que a ciência e a tecnologia possuem os instrumentos necessários para reverter os problemas por ela gerados. Desta forma, o estágio tardio alcançado pelo processo de industrialização carrega esta ambiguidade e o discurso da sustentabilidade o reflete (DEMAJOROVIC, 2003).

Wolfgang Sachs (2002) esclarece que o surgimento deste conceito evidencia uma mudança significativa em relação à própria percepção da natureza por parte dos movimentos ambientais. Nos anos 60 e 70, uma visão biocêntrica era o que pautava a concepção de meio ambiente: a natureza deveria ser objeto de preservação devido a um valor intrínseco e intangível do qual era possuidora. Da década de 80 em diante, esta concepção passa a mudar sensivelmente. Doravante, a analogia que passou a ser propalada a respeito da natureza não seria mais a de um tesouro a ser preservado, mas sim a de um recurso cujos rendimentos deveriam sustentar-se. Desta forma a percepção passa de um repositório de bens comuns para uma fonte de valor econômico. Para este autor, a sustentabilidade nas formulações anteriores da questão ambiental referia-se à natureza e com o tempo passou a se referir ao desenvolvimento. Tal movimento representaria uma clara evidência da adoção de uma orientação antropocêntrica no tratamento da temática.

Cabe destacar que, a despeito das críticas mais incisivas ao conceito de DS, a formulação do conceito presente no Relatório Brundtland é de natureza multidimensional, contemplando as dimensões da prudência ecológica e eficiência econômica e justiça social⁴⁰. Este relatório também enfatiza a importância da cooperação internacional e do multilateralismo no enfrentamento dos desafios de final de século, ressaltando ainda, que os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se encontram diretamente relacionados com os problemas da pobreza (LIMA, 1997). De forma que o conteúdo atribuído ao conceito, neste documento, amplia o escopo e sofisticava o debate entorno da questão ambiental, sem, contudo, perder seu tom conciliador. Neste sentido, o conceito ali proposto é inovador e constitui um avanço político e diplomático em relação às formulações anteriores.

Viola e Leis (1991) ressaltam, que apesar do conceito de DS estar assentado numa base consensual, relativa ao ideal de harmonizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental, esta não está isenta de algum grau de dissenso:

(...) em torno destas bases consensuais existe uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo e às características dos mecanismos alocativos e implementativos assim como das responsabilidades dos

⁴⁰ Ainda que estas dimensões sejam abordadas de maneira vaga, segundo Wolfgang Sachs (2002).

atores que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável. O consenso se situa assim muito mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos (VIOLA & LEIS, 1991, p.78)

No que diz respeito à maneira de como transpor o conceito de DS para o nível da ação, o terreno é bastante escorregadio, pois aí se cruzam diversas variáveis – econômicas, sociais, políticas, etc. - de difícil articulação, bem como diferentes valores éticos e morais, por natureza de difícil aproximação. Apesar disto, Viola e Leis (1991) propõem uma classificação do conceito dividida em três versões que se diferenciam de acordo com o lugar sócio-institucional considerado predominante para conduzir a transição para uma sociedade sustentável:

1) versão estadista: considera que a qualidade ambiental constitui um bem público que somente pode ser protegida de maneira eficaz por meio de uma incisiva intervenção normativa, reguladora e promotora do Estado. Este enfoque estatista – que pretende combinar equilibradamente, eficiência alocativa e equidade social – associa-se historicamente com o surgimento de políticas e agências ambientais na América do Norte e na Europa Ocidental nas décadas de 70 e 80;

2) versão comunitária: considera que as organizações da sociedade civil devem ocupar o papel predominante nesta transição. Este enfoque se radica numa desconfiança em relação à capacidade e à eficiência alocativa do Estado e do mercado, de forma que ambos deveriam realizar suas funções subordinados ao poder da sociedade civil. Este enfoque – que prioriza os níveis locais e regionais – pretende valorizar o princípio da equidade social sobre o da eficiência alocativa (o que, segundo os autores, lhe confere um componente utópico);

3) versão mercadológica: considera que a lógica intrínseca do mercado, por meio da apropriação privada dos recursos naturais e da expansão dos hábitos de consumo verdes, é suficiente para avançar rumo a uma sociedade sustentável. Este enfoque – que considera ineficiente o sistema de regulação estatal e legítima a apropriação privada dos recursos naturais – aceita a existência de mecanismos estatais reguladores e a atuação das ONGs desde que subordinados aos mecanismos do mercado. Nesta versão, a ênfase está na eficiência alocativa e a crença é a de que os setores produtivos que se apropriam privadamente dos recursos naturais irão protegê-los na medida em que exista uma demanda para tal da parte dos consumidores. Esta é a versão de maior aceitação dentro dos meios empresariais.

O conceito de DS consagrar-se-á, definitivamente, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, mais conhecida como ECO-92 (ou Rio-92), realizada no Rio de Janeiro. Para Nobre (1992), esta

conferência constituiu o momento decisivo para a institucionalização da problemática ambiental nos parâmetros do DS, assim como definiu os termos em que se daria esta institucionalização, suas amarras institucionais⁴¹. A CNUMAD 92 constitui, assim, um ponto de inflexão na discussão sobre o meio ambiente e marca o momento onde este conceito demonstrou-se uma estratégia vitoriosa para a institucionalização da problemática ambiental no âmbito da agenda política internacional, na esfera governamental, agências de auxílio, empresas e políticas públicas nacionais (Nobre, 2002).

Para Jordan (1994 *apud* Nobre, 2002), a concepção de DS que se impôs, na conferência do Rio, é fruto da maturação de um debate marcado por duas posições. Para os países do Sul, a demanda era caracterizada pela necessidade imediata da mitigação da pobreza, pela segurança alimentar e pelo fomento ao crescimento no sentido moderno. Se as restrições ambientais se impõem como obstáculo à busca destas metas, os países do Sul dispõem de uma justificativa moral para pedir alguma forma de compensação aos países do Norte seja como acesso a recursos financeiros, seja a transferência de tecnologia. Por outro lado, a visão dos países do Norte sobre a sustentabilidade é quase, exclusivamente, aproximada a uma forma pós-moderna de gestão ambiental, onde o desenvolvimento de novas tecnologias é a chave de abóbada para este fim. Para que se consiga evitar a ameaça da mudança ambiental global, o questionamento das premissas filosóficas e dos valores fundamentais da sociedade industrial moderna não são necessários.

Este conceito deu prova de persistência e crescente aceitação ao chegar a impor-se, atualmente, como recurso retórico indispensável nos discursos dos mais diferentes atores sociais ligados, de alguma forma, à problemática ambiental, ainda que localizados em campos opostos e sendo empregado mesmo em contextos que, historicamente, não estiveram diretamente envolvidos na construção da problemática ambiental, como no campo da educação, por exemplo (LIMA, 2003). E muito disto se deu em função de um alargamento de significado progressivo a que foi submetido o conceito desde sua proposição, vindo a incorporar noções como governança, ampliação dos espaços democráticos, cidadania e inclusão social.

Viola e Leis (1991) observam que, para tornar-se um conceito vitorioso, foi imprescindível a adesão, em meados da década de 80, de alguns setores empresariais ao discurso da sustentabilidade. Embora de dimensão ainda reduzida, de fato, o menos expressivo dos setores então ligados ao ambientalismo em relação ao seu impacto sobre o

⁴¹ Determinadas segundo este autor pelos ditames do neoliberalismo, incorporados pelos países ricos e especialmente, pelo FMI/Banco Mundial.

debate ambiental e influência sobre políticas econômicas, estes setores demonstraram-se de grande importância estratégica na transição do ambientalismo para o discurso da sustentabilidade. E isto porque representavam um segmento comprometido com o pragmatismo e orientado pelo realismo de propostas objetivas, capazes de “fazer acontecer” a sustentabilidade. Estes autores acrescentam que é possível levantar dúvidas sobre a vocação e o compromisso do empresariado em aderir a um modelo de DS que esteja orientado pelos valores da democracia e a equidade social, mas, por outro lado, é indiscutível que se tratou naquele momento do segmento mais decidido em situar o debate entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental dentro dos parâmetros do conceito de DS.

2.2.1- Críticas ao conceito de DS

Marcos Nobre afirma que o conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu “não só como noção fadada a produzir consenso, mas também como um enigma a ser criticado por sua vaguidão, imprecisão e caráter contraditório” (NOBRE, 2002, p.25). Do ponto de vista lógico, quando se entende que o conceito de DS afirma a possibilidade de se manter um nível de crescimento contínuo, sem comprometer a manutenção de estoques finitos de recursos naturais dos quais depende, o conceito se aproxima de um sofisma e a crítica pode, com razão, acusá-lo de encerrar em seus termos uma contradição semântica.

Outra acusação frequente é a de que, apesar de declarar a possibilidade do conúbio entre desenvolvimento e meio ambiente, não indica de maneira convincente qual seria o mecanismo – afora uma aposta difusa na tecnologia – para transpor o conceito ao nível da ação. Ao, simplesmente, asseverar uma situação, sem oferecer os elementos que a tornariam factível, o emprego do conceito se assemelha a uma profissão de fé mais do que uma tentativa positiva de resolução da problemática ambiental⁴².

Outra acusação de que o conceito é vítima é a de se tratar de uma estratégia para submeter a problemática ambiental aos interesses da globalização, indicando o mercado e a economia de orientação neoliberal como capazes de incorporar a dimensão ecológica, sem a necessidade de intervenção estatal. Neste sentido, o discurso da sustentabilidade seria uma

⁴² Alguns vão ainda mais longe. Nobre (2002) é particularmente cáustico na crítica ao conceito. O considera produto de uma grande operação diplomática, ideológica e social para superar o debate ambiental nos termos em que estava proposto nos anos 70, sem, no entanto, resolver o impasse que estava colocado. Basicamente, afirma que a superação da contradição entre termos – meio ambiente e crescimento econômico – foi superada simplesmente pela adoção do artifício retórico de afirmar-se através de um conceito deliberadamente vago que estes termos não são contraditórios.

forma de conferir legitimidade à economia de mercado (LEFF, 2006) e evitar que a questão ambiental pudesse dar ensejo a uma maior intervenção estatal na economia⁴³.

À força de agregar uma pluralidade de interesses sob sua égide, o conceito teve de formulá-los de maneira vaga, evitando formulações restritivas que pudessem vir a prejudicar seu caráter conciliador. Decorre disto a acusação frequente de conceito polissêmico e obscuro, permitindo diferentes leituras e atribuições de significado, que podem variar de interpretações vinculadas a um tipo de desenvolvimento progressista associando à preservação ambiental, à justiça social e à participação política, ou a um tipo de desenvolvimento conservador que simplesmente alia a variável ambiental à noção de crescimento econômico (LIMA, 1997).

No que diz respeito a uso do conceito de DS pelo segmento empresarial, paira a suspeita de que o conceito venha sendo utilizado como peça retórica, visando conferir legitimidade a atividades potencial ou efetivamente danosas ao meio ambiente. A adesão retórica ao conceito serviria, nestas situações, para conferir uma imagem ecologicamente correta às empresas, visando agregar valor aos seus produtos e abarcar a fatia do mercado consumidor preocupada com os problemas ambientais. Além disto, na medida em que o segmento empresarial passa a difundir amplamente este tipo de imagem, esta estratégia poderia vir a calhar para criar um ambiente desfavorável a uma ampliação, eventualmente necessária, da legislação ambiental e de aumento no rigor em sua fiscalização.

Fonseca & Bursztyn (2008) chamam a atenção, neste sentido, para o problema dos caronas (*free-riders*) do discurso da sustentabilidade. Os quais definem nestes termos:

O free-rider discursivo (aplicado à questão ambiental) é aquele que, ao manifestar apoio retórico ao desenvolvimento sustentável, desfruta dos benefícios de ser “ecologicamente correto” sem de fato sê-lo. Ou seja, é aquele que se apropria dos bens simbólicos sem que esse apoio discursivo tenha respaldo na prática, que continua sendo guiada por interesses individuais. (FONSECA & BURSZTYN, 2007, p.8).

Admite-se que o conceito de DS preste-se a este tipo de prática, devido a duas particularidades a ele inerentes: seu conteúdo vago e a sua ampla aceitação na sociedade. Para estes autores, é justamente quando um discurso goza de certo grau de difusão e aceitação na sociedade, a ponto de auferir prestígio para aqueles que dele fazem uso e, num movimento simultâneo, quando logra em criar mecanismos de exclusão e estigmatização para aqueles que a ele são contrários ou que dele não fazem uso é que estão dadas as condições para que exista

⁴³ Neste aspecto, autores como Sachs e Leff enfatizam a incapacidade do mercado em lidar com questões multidimensionais e na perspectiva do longo prazo como o caso da conservação do meio ambiente. Para estes autores o caminho em busca da sustentabilidade não pode evitar uma redefinição do papel do Estado enquanto agente planejador e regulador.

a possibilidade de apropriação e de articulação deste discurso por parte de atores que orientam suas práticas quotidianas por interesses diversos, até mesmo contraditórios à retórica que propagam.

Para Fonseca & Bursztyn (2008), é a partir de uma dupla lógica que os caronas do discurso pautam sua conduta. Pretendem receber os benefícios da adesão a determinada ordem e evitar possíveis sanções e prejuízos, que implicaria uma posição contrária a ela. Discursos de conteúdo ambíguo, demasiado amplo ou descontextualizados seriam mais suscetíveis a serem adotados como mero instrumento retórico, visando alcançar os objetivos acima descritos.

Não obstante às críticas a ele endereçadas, é forçoso constatar, assumindo-se uma posição mais realista do que crítica, que o conceito de DS foi o responsável pela façanha de desatar o nó górdio que atravancava o debate, desde finais da década de sessenta, entre “ambientalistas” e “desenvolvimentistas”. E isto não é pouca coisa. Este conceito abriu um campo de debate, onde os interesses em jogo puderam se confrontar de forma menos entrincheirada que em períodos anteriores, apontando para a possibilidade de alcançar-se uma solução negociada. O conceito de DS teve o mérito de disseminar a temática ambiental nos canais do poder e do capital, fazendo com que migrasse – ainda que não com o mesmo conteúdo – do terreno das pregações ambientalistas para as instâncias definidoras de políticas públicas e da atividade econômica. Ilustrando grosseiramente a sua contribuição para o percurso histórico da problemática ambiental, o conceito de DS foi o responsável por fazer com que preservação do meio ambiente passasse de uma reivindicação de *hippie,s* dos anos sessenta, para uma preocupação de primeira hora dos dirigentes das grandes corporações, do século XXI.

2.3- Empresas e o meio ambiente

Da discussão anterior pode-se depreender a dimensão da importância que assume a atividade industrial em relação à problemática ambiental. Desde as formulações conservacionistas do início do século XX o elemento urbano/industrial já estava presente, se ainda não como algo essencialmente agressivo ao ambiente natural, pelo menos como algo contrastante a este e que, pela sua simples presença, em constante crescimento, já valeria a pena manterem-se reservas onde a natureza intocada pudesse sobreviver e o homem, entediado da vida na paisagem cinzenta e enfumaçada da metrópole, pudesse contemplar a natureza tal qual fora concebida pelo seu criador. Com o passar do tempo e a intensificação do

crescimento das cidades e da atividade industrial a percepção dos efeitos destes sobre o meio ambiente transforma-se num processo simbiótico com a questão ambiental em geral e as reivindicações ambientalistas.

Demajorovic (2003) indica que, da primeira fase da Revolução Industrial até meados do século XX, os problemas decorrentes da degradação de recursos naturais multiplicam-se tanto em suas formas, quanto em sua magnitude. Não obstante, durante todo o período tais problemas foram relegados a plano secundário face à sua abrangência circunscrita espacial e socialmente e a uma crença de que seus efeitos permaneceriam confinados a estes tipos de limites (BECK, 2006).

A partir dos anos 50 observa-se a continuidade dos processos de degradação em áreas determinadas em consequência da ação de agentes poluidores localmente gerados e atuantes, mas, também passa-se a verificar a disseminação de problemas ambientais para além dos focos geradores de riscos. Os efeitos negativos da ação do homem sobre o ambiente natural não mais respeitam barreiras – geográficas ou sociais – e apresentam características até então desconhecidas e contrastantes com os riscos gerados pelos estágios anteriores do processo de industrialização: não podem ser limitados temporal ou espacialmente, são de difícil identificação denexo causal entre risco gerado e origem; muitas vezes são insuscetíveis de reparação (BECK, 2006). Os problemas que podem ser potencialmente gerados pelas indústrias químicas, nuclear e pela engenharia genética, por exemplo, apresentam estas características.

A interpretação deste contexto pode ser feita contra um fundo mais amplo, como sugerem as obras de Giddens e Beck, onde a percepção destes efeitos da intervenção humana sobre ambiente e sociedade correspondem ao estágio tardio alcançado pela modernidade, resultando na disseminação de um sentimento de incerteza no tecido social que constitui, segundo Ulrich Beck, um elemento característico dos tempos atuais. Giddens (1996) cunha o termo de incerteza artificial (*manufactured risk*) para se referir a este sentimento relacionado à riscos resultantes da ação humana sobre os ambientes naturais e sociais, considerando o progresso deste tipo de incerteza como resultado de um processo de amadurecimento a longo prazo das instituições modernas. A consequência deste processo é a difusão de um contexto de reflexividade⁴⁴ nas sociedades em que as instituições modernas passam a ser cronicamente alvo de críticas e são chamadas a justificarem-se perante elas.

⁴⁴ Giddens define este termo da seguinte forma: (...) se refere ao uso de informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que esta atividade é. (GIDDENS, 1996, p. 101)

Neste sentido, é apropriado ressaltar a maneira como Giddens prefere qualificar o período em que vivemos como de sociedade pós-tradicional, de preferência ao termo mais corrente de pós-moderna. A modernidade, segundo este autor, ainda não foi superada, pois vivemos ainda de acordo com as instituições modernas, o que mudou nas últimas décadas foi que as próprias tradições e instituições modernas começaram a ser alvo da reflexividade da modernidade. Giddens (1996) afirma que, apesar da modernidade ter se caracterizado por pulverizar tradições já existentes, no desenvolvimento inicial das sociedades modernas, um novo enfoque da tradição desempenhou um papel importante na consolidação da nova ordem social. Para tanto, tradições de grande importância foram inventadas ou reinventadas⁴⁵. As últimas décadas do século XX assistiram a um processo crescente de contestação destas novas tradições – processo este, em grande parte, fomentado pelo avanço concomitante da globalização – onde estas são chamadas a explicar-se, a tornarem-se abertas à interrogação e ao discurso, a se “declararem” (GIDDENS, 1996, p.99).

No âmbito deste trabalho, temos destacado a íntima conexão da modernidade com o modo de produção capitalista industrial. Com isto, queremos interpretar – a exemplo de Weber – a economia capitalista e a empresa capitalista como, respectivamente, exemplos de tradição e instituição tipicamente modernos, conseqüentemente como suscetíveis do processo de destradicionalização – característico do estágio tardio da modernidade em que vivemos – descrito por Giddens (1997), onde as tradições não desaparecem, necessariamente, mas devem ser discursivamente articuladas e defendidas em um universo de valores competitivos e plurais. Desta forma, alguns valores amplamente aceitos da modernidade e da sociedade capitalista começam a ter suas bases de sustentação abaladas, no caso que nos interessa, observa-se que a atividade produtiva começa a carecer de sustentação perante a sociedade sob a ação da crítica ambientalista.

Demajorovic (2006, p. 35) descreve bem este quadro:

Para muitos defensores da atual forma de progresso econômico, as tragédias ou problemas mencionados são fatalidades ou “acidentes de percurso” do processo necessário do desenvolvimento industrial. No entanto, parece cada vez mais evidente que o canto da sereia representado pelo trinômio produtividade-progresso-riqueza, não agrada mais todas as audiências. O agravamento dos problemas ambientais está ligado a escolhas com respeito à forma de aplicar o conhecimento técnico-científico no processo produtivo. Portanto, as catástrofes e os danos ao meio ambiente não são surpresas ou acontecimentos inesperados, e sim conseqüências inerentes da modernidade, que mostram, acima de tudo, a incapacidade do conhecimento gerado no século XX de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial.

⁴⁵ O autor cita como exemplos o nacionalismo, algumas religiões, além de tradições ligadas à vida familiar, gênero e sexualidade.

Neste novo quadro, marcado pela emergência simultânea de novos imperativos éticos e de atores sociais aglutinados em torno de preocupações em comum, configura-se uma realidade em que os benefícios sociais que tradicionalmente deram respaldo à atividade industrial – especialmente no período pós-guerra – como geração de empregos, aumento da arrecadação dos cofres públicos, aumento do produto interno e do nível de renda começam, segundo Demajorovic (2006), a encontrar cada vez menos respaldo na sociedade e a chocar-se com uma moral ecológica que se difunde progressivamente⁴⁶. Esta nova moralidade não questiona somente os aspectos tecnológicos e econômicos das atividades empresariais, mas faz-se sentir como uma forma de pressão política no sentido de um maior rigor das normas de comando e controle do Estado sobre estas⁴⁷.

A consequência faz-se notar em um aumento de custos de operação, maior interferência no processo de tomada de decisão dentro das organizações⁴⁸ e em uma pressão sobre o Poder Judiciário, no sentido da cobrança de compensações por danos socioambientais causado por estas, podendo, dentro deste quadro, responsabilizar judicialmente os dirigentes de corporações e converter os danos e as ameaças ao meio ambiente em custo direto para os negócios. Paralelamente a isso, verifica-se uma exposição crescente na mídia das tragédias ambientais provocadas por grades empresas, fazendo do setor industrial o alvo prioritário dos protestos de grupos ambientalistas (DEMAJOROVIC, 2006).

2.3.1- Agenda ambiental nacional e internacional

Conforme Speth (2005), a opinião de que as grandes corporações eram as maiores responsáveis pelos problemas ambientais e que estavam escapando da responsabilização

⁴⁶ A instauração de um contexto de pós-escassez, ou nos termos de Giddens, pós-materialista, bem como o processo de destradicionalização referidos no capítulo anterior contribuem para a compreensão deste ponto.

⁴⁷ Esta pressão social sobre o Estado para uma responsabilização dos agentes causadores da degradação ambiental se deu de maneira bastante tardia no caso brasileiro se comparado aos países do primeiro mundo. Demajorovic (2003) indica que somente em finais da década de 70 uma ainda incipiente mobilização ambientalista passa questionar as ações empresariais. Seria somente em meados da década de 80 que a pressão social resultaria em uma ação mais incisiva dos órgãos governamentais ligados ao meio ambiente nos grandes centros produtores como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, resultando em mudanças nas políticas socioambientais de empresas de alguns setores.

⁴⁸ Neste ponto, a ideia de governança ganha espaço ao defender atributos como participação, descentralização, responsabilização e equidade entre as partes interessadas, abrindo espaço para a possibilidade de se implementar um tipo de gestão e regulação que leve em conta fatores extraeconômicos no intuito de conferir legitimidade e eficiência aos mecanismos de gestão (FONSECA & BUSZTYN, 2008).

disseminou-se muito rapidamente na sociedade americana a partir do final da década de 60⁴⁹, a ponto de até mesmo ONGs ambientais serem surpreendidas com sensibilização social a respeito de suas reivindicações e de seus protestos. A comunidade empresarial, por sua vez, também fora pega de surpresa. Desta forma, o processo de pressão popular para o estabelecimento de uma agenda ambiental em nível doméstico se deu em ritmo acelerado e a materialização desta agenda em leis ambientais aconteceu antes que houvesse oposição organizada por parte das empresas e de outros setores⁵⁰.

Além dos constrangimentos gerados por pressões da sociedade nacional e consequente estabelecimento de uma agenda ambiental interna, as empresas assistiram, a partir do início da década de 90, a ascensão da problemática ambiental nos foros internacionais e, por conseguinte, a elaboração de uma agenda ambiental de escopo global. Speth (2008) destaca, no entanto, que este processo apresentou certas particularidades. Em primeiro lugar, existe o fato de que os problemas ambientais domésticos são de tipo mais agudo e imediato, mobilizando com mais facilidade a opinião pública, são mais compreensíveis. Ao contrário das questões ambientais globais, que tendem a serem mais crônicas, mais remotas e, tecnicamente, mais complexas, portanto menos evidentes e menos suscetíveis de tornarem-se uma causa a ser disputada. Em função disto, Speth (2008) acrescenta que a agenda ambiental global não fora elaborada num processo de baixo para cima, partindo da pressão oriunda de impactos sofridos pelas populações, mas ao contrário, fora forjada de cima para baixo, em nível internacional por iniciativa de membros da comunidade científica, ONGs e por algumas agências da ONU.

Outro diferencial diz respeito à identificação dos responsáveis pela degradação ambiental: se internamente pode-se, facilmente, eleger as grandes corporações, no âmbito internacional a situação é mais complexa. Responsabilizar exclusivamente as empresas pelos problemas ambientais em escala global seria uma simplificação grosseira da problemática, uma vez que fatores como estilos de vida, gestão governamental, entre outros compõem um conjunto complexo de elementos. Uma situação desta natureza não pode ser administrada

⁴⁹ Situação diferente se observou no Brasil conforme o referido por Viola e Leis (1991)

⁵⁰ No caso brasileiro, observa-se um atraso significativo em relação à elaboração de uma legislação ambiental. Em 1981 é instituída a Política Nacional de Meio Ambiente. Segundo Demajorovic (2003), representa um marco histórico ao introduzir a responsabilização por crimes ambientais e eleger o Ministério Público como um ator destacado na resolução dos conflitos judiciais relativos a degradação ambiental. Viola e Leis (1991) indicam que o ambientalismo brasileiro foi fruto de uma dialética entre sociedade civil e Estado, onde não se observa uma forte proeminência e precedência histórica do papel das organizações da sociedade, como se observou nos países do Primeiro Mundo. Esta observação contribui para a compreensão do atraso no surgimento de políticas públicas ambientais no Brasil.

simplesmente pela elaboração de um arcabouço legal e normativo, como é possível em âmbito nacional. Acordos, tratados, concerto entre governos, diplomacia constituem, enfim, graves obstáculos para um pronto estabelecimento de uma legislação ambiental internacional efetiva. Tal dificuldade é explicada por alguns autores como consequência do avanço de uma ordem econômica de orientação neoliberal, que poderia ver-se obstaculizada com a imposição de tais acordos, podendo apresentar uma oportunidade para uma reentrada da regulamentação estatal na economia no embalo dos problemas ambientais.

Cabe, no entanto, a ressalva feita por Demajorovic (2003) de que a tendência para a desregulamentação e a diminuição da intervenção estatal na economia, observada no campo econômico em grande parte dos países industrializados, não tem encontrado correspondente no campo da regulamentação ambiental. Pelo contrário, as regulamentações, visando garantir a qualidade ambiental, estão crescendo tanto em escopo como em intensidade. E isto observa-se mesmo em países considerados símbolos da reforma neoliberal, como no caso dos EUA e Inglaterra⁵¹.

Resulta disto, como afirma Speth (2008, p.31), que, em geral: “(...) a legislação ambiental internacional e suas centenas de tratados estão eivadas de acordos vagos exigências mínimas, cumprimento frouxo e escassos recursos”. O autor cita o caso dos EUA como um exemplo do descompasso entre o comprometimento com a problemática ambiental em nível interno e externo. Este país fora um pioneiro, nos anos 70, em implementar uma agenda ambiental doméstica e, constata-se que durante a década de 90 até os dias atuais, constitui o principal óbice nos acordos internacionais sobre o meio ambiente⁵².

Assim, verifica-se que a pressão sobre a atividade empresarial insere-se num quadro amplo, decorrente de uma nova percepção da sociedade sobre os efeitos deste tipo de atividade e de suas consequências para o ambiente natural. A mobilização social logra em materializar-se num ordenamento jurídico que impõe limites à atividade empresarial, em nível nacional e internacional, ainda que em diferentes intensidades. Outrossim, o contexto de

⁵¹ Demajorovic (2003) comenta que esta ampliação da regulamentação ambiental também se observa no caso brasileiro, especialmente no tocante à poluição industrial. Na legislação ambiental nacional, destacam-se avanços como o zoneamento ambiental, a obrigatoriedade de apresentação de estudos de impacto ambiental, audiências públicas para novos empreendimentos potencialmente geradores de risco para as populações, entre outros.

⁵² Whalley & Zissimos (2005, p. 195) indicam mais um obstáculo a implementação de uma agenda ambiental internacional, o problema da carona:

O problema da carona pode ocorrer quando os benefícios resultantes do controle da poluição se estendem a muitas nações independentemente do comportamento de cada uma delas. Ao negociar proteção ambiental com outro país, o país A assumiria todos os custos de tal proteção, mas os benefícios seriam compartilhados igualmente por todos. As nações não se sentiriam motivadas a negociar, na esperança que alguém fizesse isto por elas.

aumento de reflexividade social transforma os hábitos de consumo dos indivíduos juntamente com suas opiniões a respeito da atividade empresarial, apresentando para esta novos desafios e, conseqüentemente, exigindo a busca de estratégias apropriadas para que suas atividades possam, por um lado, enquadrarem-se dentro dos parâmetros legais e normativos e, de outro, conquistarem juntamente da opinião pública a legitimidade necessária para o bom andamento dos negócios.

Neste ponto, é interessante citar a observação feita por Boltanski & Chiapello (1999, p.45 *apud* Carneiro, 2008, p.324):

(...) o capitalismo, para se desenvolver, necessita apoiar-se sobre certo número de representações – suscetíveis de guiarem a ação – e de justificações compartilhadas que lhe conferem o valor de uma ordem aceitável e, mesmo, desejada. Segundo essa perspectiva, o capitalismo precisa disputar com a crítica social as condições do seu próprio desenvolvimento, de forma a poder legitimar e justificar seus mecanismos de atuação.

O discurso do Desenvolvimento Sustentável, descrito anteriormente, tem realizado um grande serviço neste sentido ao ter alinhado em torno de um eixo comum os interesses e as representações dos diferentes atores envolvidos na problemática relação entre economia e meio ambiente. Deste modo, como foi descrito alhures, tal discurso assumiu a dimensão de um imperativo, ao menos enquanto recurso retórico, para que as empresas possam operar dentro de margens mais seguras em termos de contestação social relativa às suas atividades e produtos.

Contudo, a conversão das empresas ao discurso da sustentabilidade não se deu de maneira automática ou natural, nem se fez dentro dos mesmos parâmetros desde fins dos anos 60 até hoje. Diferentes etapas foram cumpridas num processo em que, ao mesmo tempo, obstáculos e oportunidades se apresentaram às organizações empresariais. É sobre esta dinâmica que nos ocuparemos a seguir.

2.4- A evolução da gestão ambiental empresarial

A atividade da empresa capitalista sempre esteve coagida por dois elementos: aumento da produção e diminuição de custos. A manutenção ou incremento da margem de lucro – condição para a permanência no mercado – torna necessária a busca destas duas metas e, para atingi-las, as empresas veem-se constringidas a buscarem a otimização no uso da mão-de-obra e na utilização dos insumos necessários às suas respectivas atividades. Esta otimização implica em redução de custos a preços mínimos para atingir a maximização da utilidade.

Observa-se, assim, que a atividade produtiva devido à sua lógica interna tende à busca de limites extremos, que, apesar de hipotéticos, constituem uma meta a ser alcançada pelos dirigentes das corporações. Quando falamos em insumos e mão-de-obra, obviamente que está se tratando de recursos naturais e humanos. Tendo-se em mente a aludida perseguição à máxima conversão de matéria-prima e ao trabalho em margens de lucro, pode-se facilmente imaginar o impacto que teria esta dinâmica, se fosse realizada num contexto de ausência de restrições legais, sobre o ambiente social e natural.

É nesse sentido que se refere Habermas (apud DEMAJOROVIC, 2006) ao afirmar que o papel regulador do Estado, a partir do século XIX, surge como um mecanismo de defesa contra as disfunções geradas nesse processo. Nesse contexto, as ações do Estado não se orientam mais a realizar objetivos práticos e passam a ser pautadas por medidas de compensação para a sociedade de disfunções e riscos que possam ameaçar o equilíbrio e a integridade do tecido social. Como instrumentos criados pelo Estado, visando conferir estabilidade ao sistema, é que surge a previdência social, os financiamentos aos setores produtivos, sistema de saúde pública, educação e as legislações trabalhista e ambiental.

Assim, constata-se que as preocupações sociais e ambientais, num primeiro momento, representavam um custo e um obstáculo à busca do capitalista pelo seu maior objetivo: a maximização de seus lucros. De semelhante forma se dava a visão das organizações empresariais em relação à legislação ambiental e à questão ambiental, em geral, até meados da década de 80. Esse gênero de problemas era vistos como fator exógeno e antagônico na busca pela competitividade (DEMAJOROVIC, 2003).

Esse ponto de vista, em relação à questão ambiental suscitava uma postura reativa por parte das empresas, caracterizada, por Donaire (1994), com a tomada das seguintes medidas: instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas como chaminés e redes de esgoto (as chamadas tecnologias de fim de tubo, *end of pipe*), sem alterações na estrutura produtiva. Nesse contexto, aponta Demajorovic (2003) que os órgãos ambientais estabeleciam os padrões de qualidade ambiental e a tecnologia a ser aplicada pelas empresas para a adequação a eles sem nenhum incentivo à superação desses padrões pré-estabelecidos. Tal situação proporcionava pouca flexibilidade para as empresas, o que, por sua vez, dava origem ao desenvolvimento de uma cultura de engenharia ambiental típica do período, cuja meta era desenvolver equipamentos de controle de poluição que se limitassem a operar de forma a atender os requisitos legais.

Para Demajorovic (2006), apesar de esta alternativa ser normalmente eficaz para que as empresas possam operar dentro do enquadramento legal, ela evidencia um aspecto

importante da relação das empresas com o controle da qualidade ambiental: o da defasagem de preocupação social e ambiental das empresas em relação à evolução dos processos produtivos responsáveis pelos danos ambientais. Cabe destacar, ainda, que tais medidas corretivas e mitigatórias implicam em elevação de custos e não costumam causar um grande impacto positivo na imagem das empresas perante a sociedade (DONAIRE, 1994). A longo prazo, este tipo de reação aos constrangimentos de ordem ambiental costuma mostrar-se:

“(...) ecológica e economicamente ineficaz por contrariar a própria razão de ser das organizações: a busca da produtividade e de vantagens comparativas. Quanto mais se aprimoram os padrões de qualidade ambiental, resultantes da maior pressão de governos e cidadãos, maiores são os custos para as empresas em investimentos no controle da poluição e na segurança dos processos (DEMAJOROVIC, 2006, p.56).

No final da década de 80, observam-se, segundo Demajorovic (2003), mudanças importantes na forma de atuação dos órgãos ambientais nos países centrais bem como uma maior pressão das ONGs. Esses novos componentes, atuando, juntamente, com insatisfação do empresariado em relação à adequação entre as exigências ambientais e seus interesses, assim como a insatisfação do público em geral em relação à realidade observada e a esperada em termos de gestão ambiental empresarial, compuseram um cenário propício às estratégias empresariais passarem para um segundo estágio, onde a postura reativa passa a ceder espaço para uma de natureza pró-ativa.

2.4.1- Ambientalismo empresarial

O setor produtivo, nessa nova etapa, passa a adotar ações onde o controle ambiental começa a ser incorporado nas práticas e nos processos produtivos, transitando de uma atividade de controle da poluição à categoria de uma função da produção. Neste momento, o princípio orientador é o da prevenção da poluição, o que implica na seleção das matérias-primas, desenvolvimento de novos processos produtivos e produtos, otimização do uso da energia, bem como a reciclagem de resíduos (DONAIRE, 1994). Após a adoção desse tipo de atitude frente aos problemas ambientais, a imagem das empresas progressivamente deixa de estar vinculada a de inimigos do meio ambiente para a de atores responsáveis e comprometidos com a busca da melhoria nas condições ambientais, inclusive dando provas de comprometimento pela adesão voluntária a programas de gestão ambiental, numa flagrante mudança de rota em relação à postura reativa, que marcara a entrada das questões ambientais na gestão corporativa.

Esse momento marca a adesão do empresariado ao discurso do Desenvolvimento Sustentável, que defende uma reorientação nos rumos traçados pelo estilo tradicional de desenvolvimento, orientado pelas preocupações ambientais e sociais, contrapondo-se ao passado recente das empresas onde a externalização das consequências negativas do processo produtivo sobre o meio ambiente e a sociedade era a regra. Esta mudança, em consequência de uma sensibilização ambiental por parte as empresas, sinalizaria, conforme Layrargues (2000), o início de um processo de transição ideológica, onde se passou a agregar os princípios ecológicos ao *modus operandi* da produção industrial, marcando o início de uma nova fase, baseada em critérios de sustentabilidade ambiental.

A dianteira desta transformação foi tomada pelas grandes companhias situadas nos países centrais, em especial nos EUA, como destaca Johnson (1998, p.289, *apud* Demajorovic, p.112):

Multinacionais norte-americanas exportaram uma visão particular de ideologia ambiental – ambientalismo corporativo voluntário – para indústrias e companhias (...) no mundo inteiro. Por sua própria escolha, as multinacionais optaram por esta alternativa racional visando o lucro – no sentido de proteger a legitimidade (...) para evitar legislações mais restritivas, para equilibrar as forças em jogo e para incrementas as suas operações.

Neste momento, o fato novo é que a política de prevenção à poluição começa a angariar simpatias no meio empresarial. Demajorovic (2003) explica que, nesse contexto, começa a se disseminar uma nova filosofia na gestão ambiental corporativa, destacadamente no âmbito das grandes empresas norte-americanas. Surgem as chamadas estratégias “ganha-ganha” (*win-win strategies*), onde é proposta uma nova leitura da relação entre incremento da legislação ambiental e o impacto no desempenho empresarial. Na contramão da visão corrente até meados na década de 80, em que o avanço da legislação ambiental consistia em um obstáculo ao desempenho das empresas, essa nova perspectiva advoga que foram justamente os padrões de qualidade ambiental mais restritivos que aumentaram a competitividade no mercado internacional das empresas que a eles adequaram-se. Nessa nova visão, o acicate da legislação teve consequências positivas ao pressionar as empresas a procurar o caminho da inovação, resultando em novos produtos e serviços para serem comercializados no mercado internacional. Essas mudanças foram batizadas de estratégias “ganha-ganha”, por resultarem em benefícios para a sociedade e para o meio ambiente, assim como para as empresas ao contribuírem para melhorar as suas performances ao reduzirem custos e agregarem valor às suas mercadorias.

Concomitantemente com este processo, observa-se o avanço na liberalização dos mercados pelos efeitos da globalização da economia⁵³, o que trouxe como uma de suas consequências para as empresas o acirramento da concorrência e a criação de novos mercados. A partir deste momento, as empresas passaram a operar em um cenário onde, segundo Esty & Winston (2008), os elementos tradicionais da vantagem competitiva, como o acesso a mão-de-obra mais barata e capital de baixo custo foram gradualmente reduzidos, tornando-se imperioso que estas buscassem outras formas de obter um diferencial em relação à concorrência. O que, evidentemente, incidiu sobre as estratégias empresariais onde a preocupação ambiental, substantivada na adoção de políticas pró-ativas, pode converter-se em uma fonte geradora de vantagens competitivas. Num primeiro momento, apresentava-se como um obstáculo ao bom andamento dos negócios, assumindo, após meados da década de 80, os contornos de uma oportunidade para os negócios.

Donaire (1994) ressalta que a sensibilização da sociedade em relação à degradação ambiental durante esse processo foi crescente a ponto de influenciar o próprio mercado. Surgem consumidores, especialmente nos países de economia mais avançada, que, vivendo em sociedades onde, na opinião de alguns autores, já se alcançou uma situação de pós-escassez, seus hábitos de consumo não respondem mais, necessariamente, aos critérios meramente quantitativos. Dessa forma, uma visão pós-materialista passa a influenciar as decisões de alguns consumidores de como e onde irão gastar seu dinheiro⁵⁴. Esta nova categoria de consumidores cria uma demanda por produtos que sejam produzidos sob critérios éticos e contribui para uma redefinição do mercado onde valores, como responsabilidade ambiental e social, podem converter-se em possibilidade de incremento nos lucros. Por ocasião dessa transformação de hábitos de consumo e orientação mercadológica, a proteção ao meio ambiente passa de:

(...) uma exigência punida com multas e sanções e inscreve-se em um quadro de ameaças e oportunidades, em que as consequências passam a poder significar

⁵³ Alguns autores indicam, como efeito da globalização econômica sobre a questão ambiental, uma diminuição no papel regulador do Estado no roldão da reformas neoliberais. Isto, de fato, se observa em alguns domínios da ação estatal, como no setor previdenciário nos países industrializados e na onda de privatizações de companhias estatais nos países em desenvolvimento. Porém, esta opinião pode ser refutada, no que tange a legislação ambiental, se for levado em consideração o que Demajorovic (2003), referido anteriormente, esclarece: a tendência a desregulamentação estatal verificada em muitos países ocidentais coincide, paradoxalmente, com um importante incremento na regulamentação ambiental destes mesmos países.

⁵⁴ Esta explicação, apesar de convincente, cria uma dificuldade no que diz respeito às causas da sensibilização às questões ambientais nas sociedades dos países periféricos. Observam-se, nesses países, casos onde esse tipo de preocupação coexiste com condições bastante distanciadas daquelas de abundância material. Isto pode sugerir que a emergência dessas preocupações possa estar associada a causas mais profundas e difusas, como a instauração de um período histórico de modernidade tardia marcada pela destradicionalização e reflexividade em diferentes sociedades. Essas ideias serão retomadas posteriormente.

posições na concorrência e a própria permanência ou saída do mercado (DONAIRE, 1994, p.70).

Tal cenário exige que, conforme Demajorovic (2003), as empresas tomem consciência da existência de uma nova arena de negociações e, em função disto, procurem adequar os seus discursos a esta realidade. Assim, conceitos, como não somente o de Desenvolvimento Sustentável, mas também os de ética e responsabilidade social, passam a assumir papéis de relevância nas estratégias das organizações. O papel do setor produtivo vê-se constrangido a assumir funções que não se esgotam mais simplesmente na geração de riqueza; as dimensões sociais e ambientais devem, doravante, ser contempladas.

No entanto, este cenário que se apresenta não constitui uma situação de todo inusitada para o mundo dos negócios. Já em períodos recuados do capitalismo industrial, elementos alheios a uma racionalidade essencialmente econômica (num sentido reducionista do termo) houveram de ser incorporados às estratégias de gestão dos capitalistas da modernidade clássica. As repercussões no tecido social do período da nova disciplina laboral e das novas condições de existência dos trabalhadores, advindas do novo modo de produção, rapidamente suscitaram reações por parte destes com consequências potencial ou efetivamente negativas tanto para o setor produtivo, quanto para a própria manutenção do sistema capitalista. Num primeiro momento, operários enfurecidos com as condições de trabalho decorrentes da mecanização do processo produtivo perpetraram atos de sabotagem nas indústrias. Mais tarde, já conscientes de que a dominação a qual estavam sujeitos não era obra dos artefatos mecânicos que operavam e sim de uma estrutura política, econômica e ideológica a qual estavam submetidos, passaram a congregarem-se em torno de partidos e ideias que acreditavam poder instaurar uma nova ordem social. Tais elementos criavam um ambiente desfavorável ao bom andamento dos negócios, bem como a continuidade do próprio sistema capitalista.

Para reduzir os riscos e incertezas dentro deste contexto, tanto os agentes capitalistas como os próprios governos viram-se obrigados a redimensionar, respectivamente, processo produtivo e políticas públicas. Novos ambientes fabris, jornadas de trabalho e remuneração da mão-de-obra passaram a ser adotados, visando criar condições mais propícias à satisfação das necessidades da força de trabalho. Assim como governos, progressivamente, passaram a implementar políticas de proteção social. Em ambas as situações, as mudanças ocorridas implicavam em diminuição de margem de lucro para capitalistas e aumento de gastos públicos para governos, no entanto, indispensáveis para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, observa-se que a incorporação de aspectos alheios ao cálculo econômico tradicional (o binômio redução de custos/aumento de receita) às estratégias e políticas de gestão corporativa

não é novidade e, ainda, este quadro pode sugerir que a racionalidade econômica orientada pelo autointeresse possa ser capaz de abarcar certas complexidades para além do diagnóstico de miopia endêmica que, por vezes, lhe é atribuído.

Bakan (2008) indica – no caso dos EUA – que a preocupação das empresas com aspectos ligados à responsabilidade social surgiu ainda na primeira metade do século XX, entre o pós Primeira Guerra Mundial e a década de 30, quando a opinião pública creditava à ganância das grandes corporações a responsabilidade pela Grande Depressão. Segundo este autor, as empresas tiveram de tomar algumas iniciativas para melhorar sua imagem a fim de conferir alguma legitimidade às suas atividades, arrefecendo a demanda social que existia por maior controle dos governos sobre as corporações – o que realmente veio a acontecer com a criação do *New Deal*.

Em períodos mais recentes, observa-se como fato novo que, além da pressão dos consumidores, da legislação e de entidades da sociedade civil, o próprio mercado de capitais passa a incorporar esta dimensão e desenvolver mecanismos que geram estímulos no sentido da internalização da variável ambiental no mundo dos negócios⁵⁵. As bolsas de valores passaram a classificar empresas em índices de sustentabilidade⁵⁶ e deles fazendo uso como ferramentas para orientar os investimentos dos *players* do mercado de ações. O capital especulativo, sempre na busca de reduzir as incertezas e riscos inerentes ao jogo em ações, passa a compreender que empresas com bom desempenho e/ou imagem no campo socioambiental tendem a ser investimentos menos arriscados. Admite-se uma afinidade entre uma boa gestão destas questões, saúde financeira, competência administrativa, enfim, solidez das companhias. Esty & Winston (2008) afirmam que, em geral, as empresas sensíveis a estas preocupações são mais inovadoras e empreendedoras, estando melhores preparadas para lidar com as forças imprevisíveis que atuam nos mercados.

O sistema financeiro internacional, por sua vez, não ficou alheio a esta demanda por responsabilidade socioambiental. Em 2003, dez dos maiores bancos no financiamento internacional de projetos (ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac), responsáveis por mais de 30% do total de investimentos em todo o mundo, adotaram as regras dos Princípios do Equador na sua política de concessão de crédito. Tais princípios consistem em critérios mínimos para a concessão de crédito, que asseguram que os projetos financiados

⁵⁵ Esty e Winston (2008) apontam este elemento como a grande novidade do momento atual.

⁵⁶ Como o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável⁵⁷. Isto evidencia que o sistema financeiro passou a compreender que o desrespeito à legislação ambiental e trabalhista, bem como a imagem negativa de um empreendimento perante a sociedade, podem comprometer a viabilidade dos negócios e, conseqüentemente, a capacidade das empresas em cumprir com os seus compromissos financeiros⁵⁸. De forma que, neste novo ambiente de negócios, as empresas com boa reputação no campo da responsabilidade socioambiental encontram-se em condições de reduzir o seu custo de capital e agregar valor a sua marca, aumentando o valor de suas ações.

Na esteira dessas mudanças, começa a ganhar força a ideia de um novo contrato social a ser estabelecido entre empresas e sociedade civil, no qual a relação de partes interessadas extrapola os limites das estratégias corporativas tradicionais onde os dirigentes das companhias tomavam suas decisões, influenciados por um número reduzido de interlocutores: concorrentes, clientes, canais de fornecimento e distribuição e, eventualmente, alguns reguladores governamentais. E todos estes subservientes aos interesses dos acionistas (ESTY & WINSTON, 2008).

Ainda que não estejamos em uma situação onde o equilíbrio de poder tenha se alterado completamente, a legitimação da atividade das organizações do setor produtivo sofre uma pressão para que incorpore as demandas da sociedade civil, seja ela representada por ONGs, pelos consumidores em geral ou ainda populações expostas a algum grau de risco, envolvendo as atividades empresariais⁵⁹. Como atores novos surgem, também, os acionistas ativistas, entre eles grandes empresas investidoras (ESTY & WINSTON, 2008), capazes de conjugar interesse econômico e imperativos éticos como diretrizes dos negócios.

Viola e Leis (1991) acrescentam que este quadro de ampliação pública da preocupação ambiental acarreta na entrada em cena de novos atores sociais que tomarão parte no debate sobre as questões ambientais e que exercerão sua influência nos rumos da dinâmica entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Esses autores destacam seis atores principais:

- 1) organizações não governamentais e grupos comunitários ambientalistas, alguns deles atuando em escala internacional;
- 2) agências estatais (de nível federal, estadual e municipal), encarregadas de proteger o meio ambiente;

⁵⁷ Disponível em <<http://www.equator-principles.com>>.

⁵⁸ Assim como empresas com um histórico de insensibilidade a estas questões costumam afugentar as seguradoras.

⁵⁹ Neste sentido, Esty & Winston (2008) assinalam que adventos tecnológicos, como a internet e outras tecnologias de informação, tornam a ação coordenada da sociedade civil contra as organizações irresponsáveis cada vez mais fácil.

- 3) grupos e instituições científicas que estudam os problemas ambientais;
- 4) um segmento de administradores e gerentes que incorporam aspectos como processos produtivos baseados na eficiência do uso de materiais, energia e controle da poluição gerada nos processos;
- 5) um mercado consumidor verde que demanda produtos produzidos sob critérios de conservação de recursos naturais e de controle da qualidade ambiental;
- 6) agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais de alcance transnacional.

Em linhas gerais, fases pelas quais passou a dinâmica histórica da relação entre empresas e meio ambiente podem ser sintetizadas pelo quadro que segue:

Período	Abordagem	Valor	Concepção	Atitude
Até 1970	Sem controle de poluição	Lucro	Indiferença aos problemas ambientais	Poluir e degradar
Até 1985	Controle de poluição	Lucro e respeito à regulação	O controle da poluição diminui os lucros	Poluir no limite que a legislação permite
Atual	Prevenção da poluição	Lucro, respeito à regulação e eficiência	Aumento dos lucros	Reduzir os resíduos no processo produtivo e desenvolver maior política de segurança
<i>Cenário futuro</i>	Desenvolvimento Sustentável/Análise do ciclo de vida	Lucro, eficiência e preservação da qualidade ambiental no longo prazo	Aumento dos lucros e de vantagens competitivas no longo prazo	Gerenciar os produtos desde a produção até sua disposição final, de forma a não agredir o meio ambiente

Fonte: adaptado de DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

Quadro 1- Evolução das abordagens de gestão ambiental empresarial

Esses novos cenários, que apresentam-se às empresas, têm dado margem a diferentes atitudes em relação à incorporação da variável ambiental em seus mecanismos de gestão. Nem todas as empresas recebem os mesmos estímulos para adotarem práticas de responsabilidade socioambiental. Esty & Winston (2008) indicam um conjunto de circunstâncias que constrangeriam as empresas a encararem as práticas de responsabilidade socioambiental com mais seriedade:

- a) Alta exposição da marca;

- b) Geração de alto impacto ambiental, especialmente as que atuam em nos setores de extração e na indústria pesada;
- c) Dependência de recursos naturais;
- d) Atuação em setores mais expostos a normas e regulamentações;
- e) Atuação em setores com potencial de incremento de regulação;
- f) Ramos de alta competição por mão-de-obra qualificada;
- g) Baixo poder de mercado;
- h) Reputação ambiental (boa ou má) estabelecida.

Tais elementos contextuais irão conformar situações às quais a resposta das empresas poderá transitar desde uma posição de menor comprometimento, restrita a adequação aos critérios mínimos exigidos pela legislação⁶⁰, até casos onde se verifica uma forte adesão aos princípios da gestão responsável.

O arranjo organizacional das empresas sofrerá, por sua vez, diretamente o impacto da postura das empresas em relação a estas considerações. A incorporação da temática ambiental poderá dar-se em diferentes níveis: seja no nível das atividades e responsabilidades relativas à sua área de atuação, seja no exercício de sua autoridade, mesmo no entrosamento e comunicação das ações ambientais com as demais funções organizacionais (DONAIRE, 1994).

No que diz respeito à relação entre esta ordem de problemas e a cúpula das organizações, Donaire (1994) indica outro aspecto importante para situar o lugar da preocupação ambiental nas estratégias empresariais, que é o conhecimento de como esta problemática é trabalhada pela alta administração das empresas, qual sua influência na elaboração da política organizacional e como ela interfere na elaboração do planejamento estratégico. A forma como cada empresa lida com esta questão repercute em diversos arranjos organizacionais. Pois conforme este autor:

(...) a proteção ambiental deslocou-se, uma vez mais, deixando de ser uma função exclusiva de produção para tornar-se também uma função da administração. Contemplada na estrutura organizacional, interferindo no planejamento estratégico, passou a ser uma atividade importante na organização da empresa, seja no desenvolvimento das atividades de rotina, seja na discussão dos cenários alternativos (...) gerando políticas, planos e metas de ação. Esta atividade dentro da organização passou a ocupar os interesses dos presidentes e diretores e a exigir uma nova função administrativa (...) que pudesse abrigar um corpo técnico específico e um corpo gerencial especializado, com a finalidade de propiciar à empresa uma

⁶⁰ Este tipo de enquadramento à legislação ambiental tem sido chamado por alguns autores de “adaptação residente” (DEMAJOROVIC, 2003).

integração articulada e bem conduzida de todos os seus setores e a realização de um trabalho de comunicação social moderno e consciente (DONAIRE, 1994, p.70).

Este autor propõe o seguinte modelo, desenvolvido por Aeckerman & Bauer, para acompanhar as fases do envolvimento organizacional no processo de conscientização das empresas em relação às questões ambientais e aos seus reflexos, dentro dos arranjos organizacionais:

NÍVEL ORGANIZACIONAL	NÍVEL 1* (Percepção)	NÍVEL 2** (Compromisso)	NÍVEL 3*** (Ação)
CÚPULA	1) Reconhece importância no nível organizacional 2) Escreve e comunica esta importância aos grupos externos 3) Desenvolve projetos especiais internos	1) Obtém conhecimento 2) Contrata assessoria especializada	1) Obtém compromissos organizacionais 2) Modifica padrões de desempenho organizacional
ASSESSORIA ESPECIALIZADA		1) Soluciona problemas organizacionais 2) Desenvolve sistema de aprendizado nos níveis técnicos e administrativos 3) Desenvolve sistema de interpretação do ambiente externo 4) Representa a organização externamente	1) Provoca alterações nas unidades operacionais 2) Aplica os dados desenvolvidos na avaliação do desempenho organizacional
UNIDADE ADMINISTRATIVA			1) Incorpora função na atividade linha da estrutura organizacional 2) Modifica os processos e investe recursos 3) Dissemina a responsabilidade por toda a organização (insere na cultura organizacional)

* Preocupação socioambiental existe, mas não está especificamente ligada com a organização.

** Fica clara a implicação da organização, mas a obrigatoriedade da ação é reduzida.

*** Exige ações específicas da organização e torna-se possível a adoção de sanções.

Fonte: DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ambiental na empresa. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v.34, n.2, p.73, 1994.

QUADRO 2- Fases do envolvimento organizacional no processo de conscientização social das organizações

Ao analisar esse modelo, Donaire (1994) comenta que a fase 1 corresponde a uma situação na qual a cúpula da administração entende que a variável ambiental é importante, que deve ser contemplada pela política organizacional e que há necessidade de buscar assessoria especializada para tanto, porém, esta percepção não encontra-se disseminada nos níveis hierárquicos inferiores, permanecendo restrita à alta administração.

Já na fase do compromisso, adota-se a contratação de tal assessoria que, por sua vez, desencadeia um processo de disseminação de comprometimento organizacional que atinge os setores hierárquicos inferiores e prepara o terreno para alcançar-se a fase da ação, quando, então, a variável ambiental atinge um estágio de maturação dentro da organização. Este estágio, o de ação, caracteriza-se pela incorporação desta variável nas atividades estruturais, especialmente nas de produção e administração, onde modifica processos, exigindo investimentos de recursos e ocasionando alterações na estrutura e na cultura organizacional.

Este autor acrescenta que o grau de comprometimento organizacional em relação à atividade/função meio ambiente depende mais do grau de envolvimento filosófico e político da cúpula administrativa para com estas do que do resultado de uma apreciação técnica das consequências ambientais do tipo de atividade desenvolvida – quanto maior a possibilidade de causar danos ambientais, maiores deveriam ser a autoridade e o impacto funcional das considerações ambientais. Neste quadro, a maneira como a alta administração da empresa concebe esta variável é que irá determinar sua importância:

(...) se ela é considerada uma variável importante dentro da organização, então a variável/função ecológica possui, *status*, prestígio e autoridade; caso contrário, torna-se uma atividade meramente acessória, que existe meramente para configurar que a empresa tem algo ou alguém para lidar com esta atividade, mas que não se traduz em uma ação efetiva e muito menos em um compromisso organizacional (DONAIRE, 1994, p.72).

2.5- Críticas ao ambientalismo empresarial

Apesar da evidente evolução do quadro de adequação das atividades produtivas com a questão da preservação de recursos naturais e da qualidade do ambiente humano e natural, existe um considerável grau de desconfiança entre acadêmicos, cientistas, ONGs e sociedade civil em geral sobre esses avanços e, especialmente, sobre a honestidade e a efetividade com a qual as empresas costumam divulgar e implementar suas ações socioambientais, bem como seus discursos ecológicos.

Assim, a conversão das empresas de um modelo de desenvolvimento tradicional, onde a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida das populações não fazia parte das principais variáveis a serem levadas em conta no planejamento de suas ações por seus dirigentes, para um novo modelo em que tais variáveis passam a ser incorporadas às estratégias corporativas tem sido constantemente colocada em tela de juízo.

Subjaz a esta discussão uma ideia, ainda que não compartilhada por todos os segmentos da sociedade, da atividade capitalista enquanto possuidora de uma natureza predatória devido à sua própria lógica interna. Bakan (2008), estudando o caso das corporações de capital aberto ao investimento público (as chamadas sociedades anônimas), as qualifica como instituições não apenas no sentido de uma estrutura única submetida a um conjunto de normas que direcionam as suas ações, como também instituições legais, cuja existência e capacidade de funcionamento dependem da lei. E o objetivo legalmente definido para elas é a defesa do interesse de seus acionistas, não importando as repercussões que a realização destes possa vir a ter sobre outros públicos.

Consequentemente, uma corporação que se empenhe, por exemplo, em ações de cunho filantrópico que resultem em prejuízo sobre os lucros e dividendos dos acionistas, estes podem, por via judicial, responsabilizar os dirigentes corporativos. O argumento é que os dirigentes são meros administradores de capital alheio, limitando sua função a encontrar meios de garantir retorno àqueles que investiram nas ações da empresa, no intuito de, com isto, obterem lucro. Qualquer ação que extrapole estes limites consistiria em ato de prevaricação por parte dos dirigentes.

Baseado nisto e na opinião de Milton Friedman sobre os limites morais das corporações – segundo a qual, considera como imoral qualquer ação que não esteja pautada pelo imperativo de procurar o máximo retorno financeiro para os acionistas –, o autor sustenta que ações de responsabilidade socioambiental só podem ter lugar na medida em que não constituam fins em si mesmo, mas sim instrumentos de incremento à lucratividade. Reduzindo os esforços de algumas empresas em construir uma imagem de social e ambientalmente responsáveis a uma fachada de hipocrisia.

Portanto, Bakan sustenta a ideia de que a nova doutrina da responsabilidade social corporativa é uma forma deliberada de corrigir uma imagem das corporações impregnada pela noção de ganância, mas que:

Apesar dessa mudança, a corporação em si não mudou. Ela continua como era na época de suas origens em meados do século XIX, sendo uma instituição de negócios moderna, uma “pessoa” oficializada e criada para valorizar seus próprios interesses e ignorar preocupações morais. (BAKAN, 2008, p. 33)

Constata-se que a conversão a esta nova doutrina demandou um período de pelo menos, uma vintena de anos, encontrando-se, ainda, em processo de implementação, visto que ocorreu prioritariamente nos países mais industrializados e as empresas que mais prontamente aderiram a estes novos princípios foram as multinacionais que, na opinião de Demajorovic (2003), foram as responsáveis por exportar a nova ideologia da responsabilidade socioambiental.

Ao determo-nos brevemente neste ponto, Franco & Druck (1998) comentam que justamente estas grandes corporações, que assumiram a dianteira neste processo de conversão a um modelo de gestão preocupado com os componentes socioambientais, reagiram aos avanços da legislação trabalhista e ambiental em seus países de origem, onde historicamente estas pressões fizeram-se sentir mais cedo, migrando para países/sociedades mais permissivos em matéria de direitos trabalhistas e ambientais. De forma que se observa, a partir da década de 70, o movimento dos investimentos produtivos no sentido da busca de regulamentações menos restritivas onde as corporações encontrem condições de realizar o *dunping* social e ambiental.

Além disto, o grau de apropriação desta ideologia por parte dos países periféricos tem variado em escala de acordo com as especificidades de cada país. Desta forma, a disseminação das práticas de responsabilidade socioambiental vem acontecendo em ritmo bastante diverso quando se trata de países em desenvolvimento e empresas de médio e pequeno porte⁶¹. Constata-se que a adesão a estes novos princípios por parte das empresas sediadas e nos países centrais fez-se, inicialmente, de maneira relutante e à força de uma série de constrangimentos seja de ordem legal, mercadológica ou financeira. Tudo isto torna pouco crível o discurso de conversão unicamente voluntária das empresas a este novo modelo de gestão.

Layrargues (2000) chama a atenção do uso que o setor empresarial vem fazendo de uma pretendida mudança no paradigma produtivo, oportunizado pela inserção da variável socioambiental. O que se deve ter em mente, em primeiro lugar, para este autor, é que a sensibilização do setor produtivo a esta ordem de fatores foi motivada por razões econômicas e não ecológicas como alguns discursos empresariais propalam. Isto posto, torna-se evidente que este processo de transformação não corresponderia a uma forma de transição

⁶¹ Koch-Weser (2005) ressalta um aspecto importante da relação entre este tipo de empresas e a problemática ambiental. Empresas de pequeno e médio são passíveis de imposição de multas, encargos e tributos oriundos da legislação ambiental, mas devido a suas características, estruturas de custo e capital, podem encontrar mais dificuldade em se adequar às normas ambientais, o que, não raro, demanda investimentos de vulto. A autora sugere que seria mais proveitoso que tais empresas recebessem ajudas de custeio para adequarem-se às normas ambientais do que, simplesmente, serem penalizadas pela legislação.

paradigmática de uma racionalidade econômica para uma ecológica⁶². Conforme o autor, o que tem sido apresentado pelo discurso empresarial como uma guinada no rumo da gestão corporativa, não representaria senão uma singela reforma, uma adequação aos imperativos de uma nova ordem econômica mundial.

Contudo, se por um lado, impõe-se a constatação do fato de haver ocorrido um grande avanço em relação ao cenário que se apresentava até a década de 1970, também é forçoso reconhecer que a incorporação das preocupações socioambientais nas ações empresariais, como se observa atualmente, de forma alguma poderia ser já considerada uma meta cumprida. Esta incorporação vem se dando em etapas que compõem o longo processo em busca da sustentabilidade. Na opinião de Layrargues (2000) e de outros autores, que se alinham numa visão crítica a respeito do ambientalismo empresarial, os avanços obtidos pelas corporações na direção do Desenvolvimento Sustentável (e mesmo o surgimento deste conceito) devem ser creditados ao avanço da globalização e dos princípios neoliberais, nunca a um compromisso efetivo com o meio ambiente nos moldes de um ambientalismo profundo.

Para Layrargues (2000), o peso da variável ambiental nas decisões das empresas é significativo, porém, nunca fora determinante. Este autor advoga pela seguinte tese à respeito da incorporação da variável ambiental:

(...) o interesse pela manutenção da qualidade ambiental no âmbito empresarial só fez sentido, e tornou-se viável, quando a globalização da economia colocou o mercado mundial sem fronteiras nacionais estabelecidas (...) o que provocou um forte acirramento da competição empresarial, redundando na alteração do tradicional conceito da vantagem competitiva, que se deslocou da mão-de-obra para capital intensivo, expresso pelo domínio das inovações tecnológicas (...). O desenvolvimento tecnológico caminhou em sintonia com a necessidade de imprimir maior eficiência econômica ao acréscimo de produtividade com as tecnologias limpas, poupadoras de recursos naturais, energéticos e de mão-de-obra (LAYRARGUES, 2000, p.84).

De acordo com esta posição, a questão ambiental estaria sendo utilizada, em grande parte, como uma forma de “maquiagem verde” (*greenwashing*) para disfarçar as transformações que estão ocorrendo no seio do sistema capitalista, em sua passagem do estágio liberal para o neoliberal, onde o intuito é a progressiva substituição do Estado pelo mercado como instrumento regulador da economia. Se esta tese estiver correta, procede a ideia de que o discurso da sustentabilidade consista em uma maneira de conferir legitimidade

⁶² Fazendo coro a esta opinião, Leff (2006) afirma que o questionamento da economia por via da ecologia não tem sido suficiente para levar a desconstrução da racionalidade econômica e, desta forma, as políticas ambientais continuam caudatárias das políticas neoliberais.

à economia de mercado, por meio da variável ambiental (LEFF, 2006). Aliás, o mercado parece ser um alvo privilegiado dessa corrente de contestação do ambientalismo empresarial.

No que concerne à retração da regulação estatal, Cheibub & Locke (2002) sublinham um aspecto a respeito dessa discussão que consideram estar sendo negligenciado. Deslocando o foco para além das considerações de até que ponto o discurso da responsabilidade social empresarial (RSE) é autêntico⁶³ ou não, estes autores concentram-se na questão de que o assumindo como um fato, admite-se quase que irrefletidamente que todos os outros atores sociais ganham com a adoção de RSE. Essa suposição, de que há um ganho líquido e certo para a sociedade da adoção de SER, decorreria do fato de que não há nenhuma consideração da dimensão pública e política dessas ações.

Ao partir da constatação que a sociedade constitui um conjunto de valores e interesses vigentes em determinada época e local, corporificados na figura do Estado ao qual todos devem legalmente obediência na medida em que nele encontrem a materialização destes valores e interesses. Quando agentes privados passam a distribuir bens de cidadania e serviços que, a princípio, o Estado deveria prover, cabe questionar em que medida as ações de responsabilidade social e empresarial são ou não capazes de estendê-los ao conjunto dos cidadãos e, além disso, quais são suas consequências. Conforme os autores:

Esses bens podem chegar aos cidadãos com a intermediação de ou provisão por agentes privados, mas o Estado tem que garantir que eles alcancem a todos. Essa é função do Estado e não de qualquer ator ou atores privados. Outros atores podem ajudar, podem colaborar e é bom que o façam, mas não podem minar e/ou diminuir o papel e/ou função do estado nesta questão (CHEIBUB & LOCKE, 2002, p. 5).

Nesse sentido, essa delegação de obrigações da parte do Estado e a assunção destas por parte das empresas alteraria a distribuição do poder dentro da sociedade, retirando legitimidade do poder público e conferindo maior peso político ao setor privado. O fato de investir agentes já dotados de grande poder econômico, como as empresas, de um adicional de poder político poderia ensejar uma situação de fragilização de outros atores sociais em relação a estes e esvaziamento do espaço público.

Leff (2006) enxerga com um olho incrédulo a capacidade do mercado regular processos de longo prazo como os que estão implícitos no discurso do Desenvolvimento Sustentável. A funcionalidade de uma economia especulativa, como a atual, parece uma base pouco confiável para hipotecar o futuro do meio ambiente. Dessa forma, cabe a suspeita levantada pelo autor sobre a validade de políticas de Desenvolvimento Sustentável, que se fundem num suposto controle de processos de longo prazo, por meio do automatismo do

⁶³ O que, para os autores, constitui um questão analiticamente supérflua e até mesmo prejudicial à compreensão do fenômeno.

mercado, onde não parece estar sendo levado em conta o importante grau de incerteza que rege não apenas os processos econômicos, como também os ambientais.

Outro ponto controverso é o que diz respeito às referidas estratégias “ganha-ganha”, pois, de acordo com Demajorovic (2003), muitos acadêmicos vêm discordando dessa visão otimista do conúbio capitalismo/proteção ambiental. Alguns autores têm demonstrado que os programas de redução de poluição, em algumas empresas, ainda que tenham, efetivamente, reduzido os custos de adequação à regulamentação ambiental, não geraram retornos positivos. De forma que algumas empresas que, orientadas pelas ditas estratégias, investiram no desenvolvimento de novos produtos e processos, mostraram-se desiludidas pelo retorno alcançado. Além do fato de que os custos crescentes que a legislação ambiental impõe às empresas tornam cada vez mais estreitas as margens para se alcançar as metas de uma estratégia “ganha-ganha”.

Sachs (2007), sem fazer referência direta a estas estratégias, ventila uma possibilidade explicativa para as dificuldades que se apresentam a sua implementação. Para ele, como o sucesso de uma empresa é calculado pelo critério do lucro, seria inútil esperar que uma tomada de decisão, a partir de um jogo de preços que supostamente expresse as preferências sociais, seja viável se estas preferências estiverem em desacordo com a rentabilidade calculada em preços de mercado.

Apropriadamente, Demajorovic (2003) sugere um outro fator complicador na adequação das estratégias empresariais a esta nova realidade. O autor indica que o sucesso nas mudanças das políticas corporativas não depende somente de colocar a variável socioambiental no centro das deliberações empresariais; também inclui repensar os processos educacionais em contextos organizacionais que, durante décadas, limitaram-se em apenas oferecer treinamento para as funções produtivas em moldes tradicionais. O que não consiste em uma tarefa simples, pois a incorporação da problemática socioambiental é algo novo tanto para as empresas, como para a própria teoria organizacional, desenvolvida dentro de um paradigma que dissociava as atividades das organizações humanas da biosfera e das comunidades.

Segundo o autor, este árduo processo aprendido tem demonstrado diferenças sensíveis em relação com o que nomeia as teorias empresariais declaradas e as em uso. Com relação às primeiras, as grandes empresas têm demonstrado empenho bastante generalizado em publicizar as mudanças que vêm adotando em seus processos produtivos por meio de declarações de missão, programas e relatórios que, listando diversos objetivos nas áreas do

meio ambiente, segurança e saúde, procuram demonstrar a importância atribuída aos riscos socioambientais na estratégia corporativa.

No caso da segunda, o cenário é outro. No campo das mudanças da teoria em uso, observa-se que as respostas são menos padronizadas e mais complexas, variando imensamente de empresa para empresa de acordo com as percepções gerenciais dos riscos e das oportunidades a que cada empresa estaria sujeita, em função do contexto próprio da atividade de cada uma.

CAPÍTULO 3:

CAMPO ECONÔMICO E RACIONALIDADE EMPRESARIAL

3.1- Campo econômico e racionalidade empresarial

A presente dissertação de mestrado vê-se desafiada a abstrair uma racionalidade socioambiental que retém um conjunto de ações das empresas nesse campo da realidade em meio aos novos desafios objetivamente colocados às empresas, relativamente às novas expectativas do público consumidor e outros atores sociais, em um ambiente competitivo e marcado pela emergência de uma demanda pública por responsabilidade ambiental e social. A proposta deste capítulo é dar um fundamento teórico à abordagem metodológica que será empregada posteriormente, indicando tanto a noção de racionalidade que adotaremos, como o panorama social e teórico dentro do qual pretendemos enquadrar tal racionalidade.

No capítulo 2, foram abordados os novos desafios que se apresentaram à gestão empresarial tradicional por conta da crescente liberalização dos mercados, decorrente da instauração de uma ordem econômica globalizada, que apresentou como principais consequências para as empresas o acirramento da concorrência, o fim das formas tradicionais de vantagem competitiva e a abertura de novos mercados. Além disso, indicamos como veio a surgir, nesse contexto histórico, o conceito e Desenvolvimento Sustentável e suas implicações para a gestão empresarial.

Juntamente com esses novos imperativos de ordem mercadológica, diagnostica-se que as implicações ético-morais trazidas pela preocupação pública com o meio ambiente nas suas variedades de matizes científicos e ideológicos – indicativas ou não de um estágio de pós-escassez⁶⁴, alcançado pelas sociedades atuais onde progressivamente preocupações imateriais passam a oferecer insumos para a orientação das condutas individuais – afetam o mercado e, conseqüentemente, as empresas que se obrigam a reformular suas políticas e estratégias de maneira a adequarem-se às mudanças comportamentais dos diversos agentes econômicos envolvidos na teia do mercado, com destaque para as exigências do público consumidor

Este quadro pode ser interpretado, segundo Habermas (1980), como sintomático do capitalismo tardio, que tem como uma de suas características principais um crescente incremento de complexidade sistêmica, no qual a dinâmica entre economia e Estado atinge

⁶⁴ Este diagnóstico não é isento de contestação, pois pode-se facilmente questioná-lo por conta do fato de que preocupações de ordem “pós-material” – como o caso das preocupações com a qualidade do meio ambiente – têm surgido mesmo em países periféricos, ainda longe de atingirem os níveis de conforto dos países ricos.

uma escala de complexidade que a torna quase incontrolável. Goldblat (1996, p.186), comentando o diagnóstico de Habermas das crises contemporâneas, alude ao seguinte:

A natureza da transformação da técnica e da expansão organizativa excederam em termos de tempo, de espaço, e a nível social, a capacidade de o mundo natural tomar a responsabilidade dos processos arriscados, e moralmente problemáticos desencadeados.

Paralelamente, Habermas constata o esvaziamento de sentido do discurso burguês tradicional que dava respaldo à atividade capitalista dentro de uma sociedade, onde a análise e a crítica racional da realidade encontram-se amplamente difundidas. Nesse contexto, quando analisados os impactos sobre a vida sociocultural da distribuição do poder e da riqueza nas sociedades capitalistas atuais, estes não podem mais, racionalmente, serem consentidos pela população, constituindo, juntamente com o problema do excesso de complexidade, razões potenciais para o surgimento de uma crise de legitimação da atividade capitalista (GOLDBLAT, 1996).

Assim, esse estado das coisas interpela a ação e a racionalidade dos empresários expondo-os a desafios de uma nova natureza, incluindo aí os decorrentes das novas maneiras de buscar a legitimação de suas atividades perante a sociedade. Decorre disto a necessidade das empresas em rastrear os contextos econômicos e sociais onde estão inseridas, pontuando os elementos condicionantes, sob a ótica dos obstáculos e oportunidades, a partir da obtenção de informações desses contextos. Ao mesmo tempo, empenham-se em fornecer informações a respeito de suas atividades com o intuito de operacionalizar seus novos projetos de ação dentro de níveis aceitáveis de controle e previsibilidade que puderem alcançar.

Nessa dissertação, optou-se, para buscar a decodificação das ações e das estratégias que as empresas – movidas por seus interesses e visões de mundo – põem em movimento, um olhar mais voltado aos elementos estruturantes da realidade socioeconômica onde a empresa está inserida para, então, buscar a compreensão de como os valores socioambientais vão imiscuindo-se aí e constituindo a lógica da ação econômica. Esta opção está orientada pela recomendação metodológica de Bourdieu (1989), em que na construção de um objeto de estudo sociológico há que se ter sempre presente, que ele nunca está isolado de um conjunto de relações de onde retira o essencial de suas propriedades, o que impele o pesquisador a pensar seu objeto relacionalmente.

3.2- O conceito de campo e a recuperação de seus elementos éticos e políticos

Nesse sentido, adotamos aqui o conceito de Bourdieu (1997) de campo econômico para abordarmos de maneira mais geral a ordem socioambiental onde a empresa, que é objeto desse estudo – Aracruz Celulose –, está inserida e realiza as suas atividades, acreditando que tal noção aporta elementos de valor heurístico e metodológico, que contribuem para a compreensão da racionalidade que subjaz as ações socioambientais da empresa. Assim, acreditamos que para a compreensão do objeto nos termos que nos propomos aqui, faz-se necessário uma abordagem que, além de considerar que a ação social a enquadre dentro de um modelo relacional e dinâmico, fora dos modelos atomísticos e estáticos que nos oferecem as abordagens econômicas ortodoxas e a teoria da ação racional.

Primeiramente, deve-se esclarecer que o conceito de campo econômico, daquele autor, é construído a partir da aplicação em uma realidade particular⁶⁵ de seu conceito de campo social, do qual compartilha suas propriedades gerais. Segundo, que a adoção deste conceito cumpre, no interesse desse estudo, o duplo intento de propor, por um lado, um modelo de interação social que pretende transcender dicotomias tradicionais nas ciências sociais, como ação e estrutura, ou indivíduo e sociedade (CORCUFF, 2001) dando conta da riqueza de contextos sociais que integrem múltiplos agentes, bem como das relações de poder que se estabelecem entre eles. A superação destas dicotomias faz parte de uma orientação mais contemporânea na teoria social, que tende a conceber a ordem social como produto da construção humana, não como fruto da ação de leis ou forças impessoais sobre a sociedade, sem, contudo, ignorar o componente histórico e as relações de poder que impedem a constituição da sociedade pela ação livre do espírito e da imaginação humana. Por meio da adoção desse ponto de vista, que visa superar as heranças materialistas e idealistas é que pretendemos abordar nosso objeto.

Por outro lado, o conceito de campo oferece também a vantagem de propor um quadro para a compreensão da racionalidade dos agentes divergente daquele construído pelos modelos de racionalidade da ação da ortodoxia econômica⁶⁶, que nos parece menos apropriado para abarcar as complexidades e os desafios que se apresentam a gestão de questões relativas a públicos e interesses externos à empresa, como no caso da gestão dos aspectos socioambientais.

⁶⁵ A da produção e comercialização de moradias na França.

⁶⁶ Quando nos referimos à ortodoxia econômica, temos particularmente em mente a escola neoclássica, principal corrente ortodoxa contemporânea.

O conceito de campo social é, a princípio, a maneira como Bourdieu concebe as instituições sociais. Não como entidades dotadas de substância própria, hipostasiadas, mas como configurações de relações entre agentes⁶⁷ individuais e coletivos. Constituem esferas da vida social que, progressivamente, autonomizaram-se ao longo da história em torno de conteúdos, relações sociais e recursos que lhe são próprios e conferem-lhes um caráter diferencial em relação a outros campos (CORCUFF, 2001). Assim, pode-se falar de campo científico, artístico, econômico, jornalístico, cada qual com seu tipo de capital (econômico, cultural, social, simbólico) e com um sistema de relações de força entre seus componentes, definido pelas dotações de recursos (capitais) que possuem, funcionando conforme uma lógica própria.

O campo constitui, portanto, um determinado espaço social – delimitado pelos diferentes agentes que nele exercem ou sofrem os seus efeitos – marcado por relações de concorrência entre os que o compõem. Um campo social, conforme Corcuff (2001), é sempre um campo de lutas onde uma multiplicidade de agentes sociais, assimetricamente dotados de poder e recursos, e hierarquicamente dispostos em função destes, estabelecem determinadas relações de força (posições), relativamente uns aos outros, e lutam para conservá-las ou transformá-las, enfim, para definir e delimitar o próprio campo dentro de seus próprios termos, onde a força de um agente dentro do campo depende do volume e da estrutura do capital que possui em suas diferentes formas (BOURDIEU, 1997).

A noção de campo econômico de Bourdieu (1997) supõe que as ações econômicas não são realizadas por indivíduos isolados e sim por um coletivo, grupo, família, empresas, segundo um campo social onde estão distribuídos, sendo que a posição que determinado agente ocupa dentro do campo é que torna inteligíveis as estratégias e ações por ele articuladas. Os constrangimentos do campo, por meio da sua estrutura, tal como foi definida pela distribuição desigual do capital, são exercidos continuamente, fora de toda intervenção ou manipulação direta por conta dos agentes que habitam o campo, restringindo tanto mais suas possibilidades e opções, quanto mais mal colocados estiverem dentro desta distribuição (BOURDIEU, 1997). Por conta disto, os agentes orientam suas estratégias no sentido de melhorar suas posições dentro do campo por intermédio do aumento de suas dotações de capital, valendo-se para tanto dos “mecanismos específicos de capitalização dos recursos legítimos que lhe são próprios” (CORCUFF, 2001).

⁶⁷ Ressalta Corcuff (2001) que Bourdieu deliberadamente faz uso do termo agente de preferência à ator para indicar que eles tanto recebem a ação do interior e do exterior, como encontram margens para agir livremente.

Segundo Bourdieu (1997), é o agente dominante (o melhor posicionado) dentro do campo que está em condição de impor a representação mais favorável aos seus interesses da maneira mais conveniente de jogar o jogo e definir suas regras, enfim, de manter o *status quo*. Ele constitui um ponto de referência obrigatório em relação aos seus parceiros, o que quer que eles façam terá relação com aquele. As ameaças que pesam sobre ele fazem com que tenha de manter uma vigilância constante e se empenhe constantemente em defender ou melhorar sua posição, valendo-se das estratégias de capitalização que julgue mais adequadas.

Vemos assim que, para Bourdieu, os constrangimentos estruturais que pesam sobre os agentes econômicos, sejam eles consumidores ou produtores, não se reduzem às necessidades inscritas em um momento dado no tempo, nas disponibilidades econômicas imediatas ou na instantaneidade das interações. Os efeitos estruturais são irredutíveis às intervenções intencionais e pontuais de atores particulares. É toda a estrutura de um determinado campo que pesa sobre as decisões dos agentes que nele interagem, sejam elas as determinações dos preços, estratégias publicitárias ou, aqui queremos acrescentar, as ações socioambientais das empresas.

Constata-se, portanto, que por conta do conceito de campo econômico, Bourdieu, ao mesmo tempo, propõe um referencial original para alcançar a inteligibilidade das estratégias e das ações dos agentes econômicos – sua racionalidade – assim como concebe uma ideia de mercado que rivaliza com a noção da economia neoclássica onde ele estaria elaborado, como “uma ficção matemática, como mecanismo puro de encontro de agentes isolados, regido pela relação entre a oferta e a procura” (BOURDIEU, 1997, p.64). Assim, esse conceito concebe um agente que orienta suas escolhas sob o condicionamento de uma estrutura de relações que se estabelece entre ele e outros agentes dentro de determinado contexto social. A racionalidade que ele demonstra não pode, dentro deste referencial, ser deduzida de um agente tomado isoladamente, agindo conforme uma escala de preferências dada *a priori*. Aqui, inteligibilidade da ação só é possível quando confrontada contra um referencial social mais amplo.

Ainda que no conceito de campo de Bourdieu fique bastante evidente o peso da estrutura na conformação da ação e da racionalidade, de modo algum se pode equiparar a influência estrutural que admite como aquelas expressadas pelas correntes marxistas ou ainda as estruturalistas. A estrutura em Bourdieu é um produto histórico da interação humana, artefato derivado de uma gênese social, logo não pode ser assemelhada a forças não históricas ou manifestações do subconsciente independentes e alheias às lutas dos indivíduos para

conservá-la e transformá-la. Existe uma importante margem de manobra para a negociação e a transformação.

Para este autor, a ideia de racionalidade da ação na qual se baseia a economia neoclássica, a saber, de agentes perfeitamente informados, agindo num mercado em perfeito equilíbrio (concorrência perfeita⁶⁸), denota o que chama de “antropologia imaginária da teoria da ação racional” (BOURDIEU, 1997, p. 64). Tal perspectiva denotaria uma visão extremamente atomística e descontínua do mundo social, propondo um modelo mecanicista de ação que exclui a possibilidade de interrogar o componente histórico na conformação da ação na esfera econômica. Decorre disto a incapacidade endêmica desta abordagem de compreender o papel da influência das experiências passadas na conformação das preferências dos agentes econômicos, tornando-as inacessíveis às flutuações históricas.

O que a economia ortodoxa considera como um dado puro – oferta, procura e mercado –, Bourdieu (1997) considera como produtos de uma construção social, um tipo de artefato histórico do qual somente através da inspeção do componente social e histórico pode-se compreender completamente a razão. Esta maneira de conceber o mundo das trocas econômicas permite a possibilidade de que o fluxo histórico, por meio da incessante fricção entre interesses e valores pelos quais os indivíduos se movem e combatem, possa imprimir ao mercado uma dinâmica em que a lógica que o rege seja fruto de um momento histórico contingente, portanto essencialmente mutável. Não interditando, dessa forma, que novos componentes normativos possa vir a imprimir sua marca na elaboração dessa lógica, bem como nos hábitos de consumo e modos de produção. Vale frisar que, nesse particular, Bourdieu (1997, p. 51) comenta que:

No campo econômico a lógica do mercado jamais chegou a suplantar economicamente os fatores não econômicos da produção e do consumo. As trocas jamais podem ser reduzidas completamente a sua dimensão econômica, como notava Durkheim, os contratos sempre apresentam cláusulas não contratuais⁶⁹.

Por outro lado, a premissa exclusiva da maximização do autointeresse para interpretar a racionalidade – e caracterizá-la como tal – dos agentes econômicos, adotada pela ortodoxia econômica não permite, na opinião de Amartya Sen (1999), que se abarque a pluralidade de motivações pelas quais os agentes econômicos são impelidos a agir, bem como a complexidade do componente societário interveniente. Pois, de tal premissa, decorre, ao mesmo tempo, uma forma muito simplista de conceber as instituições sociais e uma

⁶⁸ Condições estas que, segundo alguns críticos, somente podem existir nos modelos elaborados pelos economistas neoclássicos.

⁶⁹ Tradução nossa.

concepção muito limitada de ser humano. O uso disseminado deste ponto de vista acarreta, conforme este autor, uma séria limitação no alcance preditivo da teoria econômica, assim como graves dificuldades para a investigação de várias relações econômicas importantes que funcionam graças à versatilidade dos comportamentos. Desta forma, consideramos que uma análise sociológica da realidade deve evitar orientações teóricas que tendam ao reducionismo e ao empobrecimento do quadro rico que é oferecido pela análise da racionalidade, subjacente às práticas dos agentes sociais, num âmbito geral, e das empresas, num âmbito específico.

No entanto, também, deve-se evitar uma postura condescendente ou excessivamente crédula à incorporação de uma dimensão ética ou altruísta nas ações corporativas. No capítulo II foi enumerada uma série de argumentos críticos em relação ao ambientalismo empresarial e ao próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável. Porém, entre a credulidade e o ceticismo é necessário interpor a consideração de que a realidade amiúde apresenta complexidades que devem ser consideradas antes de qualquer tipo de tomada de posição.

Neste sentido, Sen (1999), ao discutir sobre a oposição que correntemente se estabelece entre as escolhas movidas por considerações sobre objetos ou comportamentos que possuem valor intrínseco e aquelas orientadas por considerações instrumentais, destaca algumas complexidades subjacentes à objeção que alguns filósofos morais fazem ao tratamento instrumental que o pensamento utilitarista dispensa a certas considerações que possuem valor intrínseco⁷⁰. A esta objeção, o autor acrescenta a seguinte afirmação:

(...) mesmo esta importância intrínseca sendo aceita, a necessidade da análise consequencial e instrumental não se reduz de fato, pois variáveis intrinsecamente importantes *também*⁷¹ podem ter papéis instrumentais, influenciando outras coisas intrinsecamente importantes (SEN, 1999, p. 26).

Esta reflexão abre uma brecha para a possibilidade de uma articulação possível entre ordens de valores vistos por alguns como opostos – como o respeito a imperativos éticos e a busca do lucro –, concorrendo à criação de uma forma de racionalidade onde a possibilidade de coexistirem se torna real. Não é impossível que determinado tipo de comportamento aparentemente altruísta possa servir aos propósitos do egoísmo mais estreito. Desta forma, Sen (1999) indica que o afastamento do tipo de comportamento tradicional da economia, o do egoisticamente orientado, pode advir de uma multiplicidade de considerações éticas e morais, mas também é possível que se origine da importância instrumental de tal comportamento. Pode ser útil, do ponto de vista da avaliação entre fins e meios, a abdicção – ainda que

⁷⁰ No nosso caso, aspectos como a preservação da vida (humana, animal e vegetal), respeito à dignidade da pessoa humana e outras considerações presentes nas reivindicações de grupos sociais e ambientalistas.

⁷¹ Em itálico no original.

momentânea – de ações egoístas. Esta consideração seria importante, na opinião do autor, em situações típicas de ineficiência provocada por externalidades ou interdependências alheias ao mercado.

A supervalorização do papel da conduta autointeressada na determinação da racionalidade dos agentes, sendo um ponto de partida falso, terminaria por criar falsos problemas para o entendimento da ação social. Quando projetada na reflexão da racionalidade socioambiental das empresas impõe sérias limitações para a elaboração de um quadro geral para a compreensão das motivações que estas poderiam exibir na implementação de ações de responsabilidade socioambiental. De forma que, preventivamente, fosse afastada a suposição de orientação da conduta tradicional dos modelos da economia ortodoxa, a investigação das razões para agir neste âmbito poderia estar abrindo-se para novas possibilidades:

“Os problemas de incentivo ao lidar com estas externalidades podem ter de ser totalmente reformulados se os afastamentos do comportamento auto-interessado (...) puderem ser sistematicamente admitidos na análise econômica” (SEN, 1999, p. 105).

Os efeitos da concepção de *homo economicus* da economia neoclássica estende-se à própria ideia de sustentabilidade, que é colocada sob suspeita por alguns autores ao considerá-la subsidiária da concepção de agência da economia neoclássica. Amazonas (In: NOBRE & AMAZONAS, 2002) indica que da economia neoclássica, por constituir o *mainstream* da teoria econômica atual, é que provém boa parte do embasamento das alternativas elaboradas pelos economistas para oferecer uma solução via mercado para os problemas apontados pela crítica ambientalista na relação entre economia capitalista e preservação ambiental. Por extensão, a visão neoclássica de mercado constitui, para esse autor, o cerne do modelo de Desenvolvimento Sustentável. O autor problematiza, dessa forma, a possibilidade de uma teoria econômica embasada na racionalidade da maximização das utilidades individuais em poder apresentar uma solução não contraditória para o problema da sustentabilidade.

Argumenta, também, que a racionalidade do agente maximizador – fundamentada na determinação do uso “ótimo” e “eficiente” – não é compatível com a racionalidade subjacente à ideia de sustentabilidade, baseada numa ética de perpetuação e de equidade. O uso “ótimo” e o uso “sustentável” são categorias que atendem a critérios distintos: o de eficiência e o de equidade⁷². A questão fundamental que se coloca para a economia neoclássica é como compatibilizar “otimalidade” com “sustentabilidade”. (In: NOBRE & AMAZONAS, 2002, p. 108). Esta divergência entre formas de racionalidade redundando em severas restrições à possibilidade de se alcançar uma posição de equilíbrio entre os valores capitalistas e os

⁷² Ambos termos em itálico no original.

socioambientais, que, por via de consequência, torna-se uma condenação antecipada à busca do Desenvolvimento Sustentável, como esclarece o autor:

(...) tais princípios neoclássicos, fundados em sua ética utilitarista-individualista, não encontram correspondência com a ética da perpetuidade e equidade presente na ideia de DS. Mais do que não-correspondência, essas duas formas de racionalidade mostram-se mesmo como antagônicas em larga medida, apresentando dentro de estreitos limites, possibilidades de compatibilidade. O comportamento utilitarista-individualista buscando “egoisticamente” o bem-estar individual, aprofunda as assimetrias, em vez de buscar a equidade”. (AMAZONAS, In: NOBRE & AMAZONAS, 2002, p.142).

Tais considerações têm servido de subsídio para a crítica do discurso da sustentabilidade e, por extensão, da responsabilidade socioambiental das empresas. Quando se admite como verdadeiras as premissas sobre as quais são erigidas tais críticas – a do egoísmo cego dos agentes econômicos – torna-se consequente a acusação, ou suspeita, de que tanto a ideia da sustentabilidade, o conceito de Desenvolvimento Sustentável quanto o discurso corporativo sobre responsabilidade socioambiental não passem de estratégias políticas e retóricas para submeterem a dimensão social e ambiental aos interesses do capital e neutralizarem, por meio de sofismas, os riscos potenciais que a demanda social por atenção a estes aspectos pode oferecer ao bom andamento dos negócios. Não há outra motivação além da dissimulação para interpretar a racionalidade socioambiental de agentes tão estreitamente orientados na ação econômica.

Contudo, se buscarmos desnaturalizar a noção de ação racional na economia ortodoxa e do modelo de mercado dela decorrente, considerando esta escola como uma entre tantas – peculiar a uma determinada época e a um determinado grupo de aderentes –, destacando seu caráter arbitrário e abstrato enquanto modelo teórico, passamos a conceder à ideia de sustentabilidade e ao conceito de Desenvolvimento Sustentável a possibilidade de serem considerados dentro de quadros conceituais diversos, onde, eventualmente, é possível que se constituam, pelo menos hipoteticamente, em opções viáveis para o atendimento simultâneo dos imperativos de ordem capitalista e socioambiental.

Sen (1999), além de haver indicado, como vimos mais acima, que não é impossível que um comportamento autointeressado e instrumental possa, colateralmente, servir a outros propósitos intrinsecamente valiosos do ponto de vista ético, indica a contingência histórica da concepção de racionalidade da economia neoclássica. O autor esclarece que o estudo da economia, ainda que desde o seu princípio estivesse intimamente orientado para a questão da busca da riqueza, em última análise estava ligado às motivações mais básicas desta, logo, relativo, portanto, à ética e à política, como no caso dos seus primeiros expoentes como

Aristóteles, onde as considerações sobre como alcançar o “bem para o Homem” eram fundamentais.

Muito mais tarde, após o século XVII, surge outra abordagem mais preocupada com os problemas técnicos e logísticos das relações econômicas, especialmente quanto ao funcionamento dos mercados, influenciada pelos modelos mecânicos das ciências naturais, dedicando pouca atenção às questões éticas e motivacionais. Nesta nova abordagem, o comportamento humano é considerado de forma bastante simples e as motivações facilmente caracterizáveis. A discussão sobre os fins importava menos do que a maneira de encontrar os meios adequados para realizá-los.

A teoria econômica moderna refletia, nas obras de seus principais autores, a influência destas duas abordagens. Conforme Sen (1999), no século XIX, os autores fundadores da economia moderna alternavam sua atenção aos componentes éticos que intervinham na motivação das condutas, nas reflexões de natureza normativa, ao mesmo tempo em que abordavam os aspectos propriamente matemáticos e técnicos das relações econômicas. Em autores clássicos como Adam Smith, John Stuart Mill e Karl Marx, os aspectos éticos eram mesmo preponderantes e constituíam um enfoque direcional para seus modelos matemáticos.

Foram, portanto, desenvolvimentos ulteriores da disciplina – como o advento da economia positiva – os responsáveis, para Sen (1999), por uma substancial diminuição da importância da abordagem ética, até chegarmos ao momento atual da disciplina, onde a negligência em relação à análise econômica normativa teve como efeito:

(...) deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam este comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinado as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (SEN, 1999, p.23).

Ao ver o problema por este ângulo, parece-nos que a concepção de mercado e da economia, enquanto um todo como entidades antiéticas por natureza, é mais fruto de um momento histórico particular⁷³ na história desta ciência do que uma questão essencial. Uma teoria econômica construída sobre fundamentos diferentes, incorporando mais enfaticamente as variáveis éticas e sociais na modelização dos mercados e das condutas dos agentes

⁷³ No que diz respeito ao afastamento das considerações de caráter ético e normativo, não é difícil imaginar a necessidade que a economia moderna deva ter sentido em adotar de preferência um arcabouço teórico similar ao das ciências exatas para ter-se afirmado como disciplina científica no meio acadêmico do século XIX, marcado pelas exigências de critérios positivistas de cientificidade. Exigências, aliás, das quais as ciências sociais não estiveram isentas.

econômicos, poderia estar em condições de, a partir de leituras diferentes da realidade, elaborar proposições originais à problemática do desenvolvimento econômico e da preservação dos ambientes naturais e humanos, aceitando os agentes econômicos – mercados, empresas e consumidores – como elementos indutores tanto do agravamento da referida problemática quanto de uma via para sua superação.

3.3- Racionalidade econômica e crítica ambiental

Quando os críticos das soluções para a problemática ambiental, via mecanismos do mercado e da responsabilidade socioambiental empresarial – e mesmo do conceito de Desenvolvimento Sustentável –, concebem suas refutações a ambas as situações, normalmente fundamentam seus argumentos no substrato neoclássico do paradigma econômico atual, condenando, por extensão, o mercado como mecanismo e os agentes econômicos como candidatos a propor um meio de superação para tais problemas. O mercado aparece nestas críticas como uma entidade rígida, funcionando por meio de forças que acarretam e acarretarão, inevitavelmente, o colapso ambiental (LEFF, 2006). A possibilidade de uma ética diferente da maximização do lucro, nesta dimensão, encontra uma margem muito estreita, assim como a racionalidade dos agentes causadores de danos ambientais é concebida dentro de parâmetros igualmente estreitos.

A ortodoxia econômica e a concepção de ação racional que concebe parecem ter contaminado a crítica ambientalista da incapacidade do sistema econômico em incorporar uma dimensão ética, a dos imperativos socioambientais. Quando decretam previamente fadadas ao fracasso todas as tentativas de buscar, via mercado, os instrumentos necessários para a melhoria das condições ambientais e sociais, pois seria impossível esperar que a lógica do mercado – na opinião de Sachs (2008), míopes em termos sociais e ambientais –, responsável pela deterioração destas condições, fosse capaz de apresentar algum tipo de solução, estes críticos baseiam-se no tipo de rigidez conceitual das formulações neoclássicas de mercado e da teoria da ação racional que concebe os agentes econômicos como autômatos hedonistas, maximizadores inveterados, com suas preferências e escolhas dadas *a priori* e *ad eternum*, onde a função da maximização da utilidade – no caso a perseguição do lucro via internalização do lucro e externalização (para o meio ambiente e sociedade) dos custos (SACHS, 2008) – na orientação da conduta é considerada como algo imutável. Negando a possibilidade de compreender-se o componente histórico e social na conformação da conduta

econômica, reconhecida como “racional” em determinadas sociedades de determinadas regiões em determinadas épocas (BOURDIEU, 1997).

Pierre Bourdieu e Amartya Sen defendem a ideia de que mercado, consumidores e empresas – os agentes econômicos, enfim – constituem entidades mais complexas do que pode supor o cânone neoclássico da teoria econômica e, acrescentamos por nossa conta, alguns dos seus detratores enquanto instrumentos capazes de apresentar uma via de solução para problemas de ordem ambiental e social. Pode ser correto que as soluções que recorrem aos automatismos do mercado econômico para a mitigação de problemas destas ordens, como o princípio do poluidor pagador, por exemplo, sejam insuficientes (SACHS, 2007). Mas se o são, também estes mecanismos têm sido apontados como ineficientes por terem sido concebidos, justamente, dentro de um rol de soluções concebidas nos limites que a economia neoclássica pode propor (SACHS, 2007, 2008, LEFF, 2006, 2009). Apontamos algumas das deficiências que esta teoria econômica apresenta e, tendo-as em vista, não parece surpreendente que tais mecanismos demonstrem-se, de fato, insuficientes.

No entanto, nada disso inviabiliza a possibilidade de que outras soluções, via mercado, elaboradas dentro de formulações menos obtusas na compreensão da racionalidade dos agentes econômicos e mais realistas sobre os mecanismos de funcionamento do mercado possam configurar dentro de um leque de opções viáveis. Da mesma forma que, ao relativizar os diagnósticos sobre as consequências da ação dos agentes econômicos nos aspectos sociais e ambientais, concedendo-lhes a possibilidade de compreender sua racionalidade num contexto outro que o da invariável maximização do autointeresse, talvez seja possível que encontremos comportamentos variando dentro de um espectro que tenha como seus polos uma dimensão egoísta e outra altruísta.

Elster (1994), ao problematizar a teoria da escolha racional e sua pressuposição do autointeresse, indica que uma das questões fundadoras das ciências sociais é a de por que não vivemos em um estado hobbesiano, que seria o resultado lógico em termos agregados de uma coletividade de indivíduos que atomisticamente orientam suas condutas pela perseguição do próprio prazer. Este autor admite que a premissa do autointeresse na orientação do comportamento possa ter uma certa prioridade na explicação social, mas que afirmar que toda a ação humana tenha como primeiro móbil o hedonismo é incorreto. Pois existem variadas formas de comportamentos quotidianos não recíprocos que não podem ser explicados segundo este argumento por exemplo.

De maneira mais essencial, indica que o fato que explica o motivo de não vivermos em um estado de natureza é o de que todos os grupamentos humanos exibem formas de

autorrestrrição nos comportamentos. Elster oferece como uma das explicações para a manifestação de mecanismos de autorrestrrição a “previsão” que define como a capacidade de se estar motivado pelas consequências de longo prazo da ação. Este elemento do longo prazo é de grande importância para se captar a racionalidade empresarial na medida em que um dos principais objetivos de um empreendimento capitalista é a sua perpetuação na atividade. Muito raramente, empresas são criadas com o objetivo inicial de terem vida curta. Determinados contextos socioeconômicos da atividade podem oferecer condições para que a realização de objetivos de longo prazo por parte das empresas gere estímulos a formas de autorrestrrição do comportamento egoísta.

Pode-se propor que esta característica seja extensiva a entidades impessoais, fruto da agregação dos seres humanos agindo em sociedade, como os mercados, e ao próprio sistema capitalista como um todo. Na medida em que seja do seu interesse ou, melhor dizendo, das instituições que neles interagem evitar o “imminente colapso” que os ronda segundo os prognósticos agourentos dos profetas do desastre – na figura dos seus avatares contemporâneos, os ambientalistas –, que incorporem ao seu funcionamento interno dispositivos que cumpram um papel de autorrestrrição com vistas à duração no longo prazo⁷⁴.

A esta visão fatalista futura, gostaríamos de opor os argumentos desenvolvidos por Unger (2001), ao defender uma teoria social radicalmente antinaturalista e antinecessária. Este autor rebela-se tanto contra a pertinência de um componente teleológico para a compreensão da história, quanto ao que denomina fetichismo estrutural e institucional, típicos de teorias sociais funcionalistas e deterministas. Nega, portanto, a validade de uma interpretação histórica onde o devir é regido por leis de transformação e se lhe apresenta uma lista fechada de possibilidades. Assim como afirma que os contextos sociais e as instituições, por mais naturais e persistentes que possam parecer, apresentam um caráter em grande parte acidental. Os contextos e as instituições nos quais a atividade humana acontece estão sempre suscetíveis, em maior ou menor grau, de revisão, pois a capacidade de romper ou transformar contextos é inerente à condição humana para este autor.

Numa visão fetichizada, as estruturas e as instituições mais básicas são consideradas como entidades neutras, onde os ideais e os valores humanos conflitantes não se encontram refletidos – semelhante aos modelos mecânicos, assépticos e não históricos de mercado na economia neoclássica – esta visão prejudica a possibilidade de se reduzir a distância entre a a

⁷⁴ À guisa de exemplo, podemos citar a proposta da França na UNCCC de 2009, de que seja adotada uma taxa sobre as transações financeiras globais a ser revertida para um fundo mundial para o meio ambiente.

reprodução e a revisão das práticas dos acordos sociais e sua contestação, pois aquelas têm a aparência de naturais.

Para Unger (2001), as instituições, mesmo as mais importantes e de maior abrangência da nossa época, como a democracia representativa e a economia de mercado, foram geradas e evoluíram de uma série de acidentes históricos. Desta forma, afirma que “as disposições institucionais existentes formam um subconjunto de um conjunto de possibilidades mais amplas” (UNGER, 2001). A ideia é que não se deve identificar o conceito abstrato de uma economia de mercado ou de uma democracia representativa com conjunto específico de instituições, tais como aquelas que vieram a prevalecer nas sociedades do primeiro mundo.

Pelo contrário, a ideia de uma economia de mercado ou de uma democracia representativa pode revestir-se de uma grande variedade de formas institucionais, bastante diferentes daquelas que hoje predominam nos Estados Unidos e nos países centrais da Europa Ocidental hoje. Essas instituições não encerram um conteúdo jurídico e institucional pré-determinado. No caso que nos interessa, à economia de mercado não está vedada a possibilidade de existir e funcionar dentro de uma conformação diferente da qual a conhecemos. Mercados e democracias podem ser institucionalmente reinventados, para Unger.

Resulta deste argumento que, constantemente, novas instituições podem ser inventadas, mercados e democracia podem ser institucionalmente reinventados. Disto, Unger extrai o conceito de que tudo é política. A dinâmica histórica, vista por este ângulo, admite o homem como autor, a sociedade como artefato e o conflito como instrumento. As estruturas fundamentais dos mercados atuais, como regime de propriedade e contrato, são menos o reflexo de uma lógica profunda de necessidades econômicas e sociais que o resultado incerto de lutas políticas, que poderiam ter resultado em outras formas institucionais (UNGER, 2001).

Esta perspectiva tem o mérito de recuperar a importância do aspecto político para a compreensão do funcionamento do mercado econômico, aspecto amplamente negligenciado nos modelos da economia ortodoxa. Quando este aspecto é esquecido, surge a tendência de considerar os mercados como uma espécie de autômato regido por leis internas pouco suscetíveis à influência do componente societário. Assim concebido, o mercado caminha para um destino fatal com consequências previsíveis sobre certas esferas da realidade. Dentro desse quadro fatalista, as consequências do funcionamento normal deste autômato cego sobre o meio ambiente e determinadas condições sociais podem ser concebidas em termos de colapso iminente, assim como as possibilidades que se apresentam para evitá-lo não podem

ser outras senão as cunho profundamente reformista – como encontramos em Leff e Sachs –, reforma econômica, social, política, científica, cultural, enfim, uma reforma da própria concepção de mundo da modernidade⁷⁵. É muito difícil contestar a validade de argumentos elaborados num grau tão elevado de generalidade, mas pode-se facilmente perceber as margens estreitas de exequibilidade no curto e no médio prazo que tais alternativas proporcionam.

Nesse sentido, é importante atentarmos para a importância conferida aos movimentos ambientalistas como força política da atualidade por autores como Giddens e Beck, num contexto de modernização reflexiva⁷⁶, onde a crise ambiental é elemento fundamental para compreender as possibilidades de renovação política atuais (GIDDENS, 1995). Assim, é razoável supor que tais atores políticos sejam capazes de exercer algum tipo de pressão sobre governos, empresas e mercados no sentido do aumento da sensibilização para com aspectos ligados a uma ética ambiental. Esses atores sociais poderiam estar em condições de proporcionar o tipo de revisão de contexto referido por Unger. Este autor, ao refutar hipóteses fatalistas sobre a dinâmica histórica e a defender a capacidade humana em criar novos rumos para seu futuro, evidencia a importância do fator político nesse sentido, essencialmente social e contingente, nunca necessário e imutável. Por meio da política, é possível chegar a resultados imprevisíveis em alto grau, que podem desafiar os prognósticos mais evidentes da realidade.

A versatilidade e a complexidade da ação política são destacadas por Goldblat (1996) quando indica que, durante a modernidade clássica, a urgência da busca pelo crescimento econômico e a expansão militar criaram condições políticas que legitimaram e alimentaram um modelo de capitalismo ecologicamente insustentável. Além disto, não gerava interesse nos eleitores para contestá-lo e nos governos para intervir ecologicamente no processo de produção. No entanto, considera notável do ponto de vista histórico de, posteriormente, ter havido uma mobilização política de massas contra os efeitos da degradação ambiental a ponto

⁷⁵ O caso extremo estaria representado pela visão reformista da ecologia profunda, como alude Giddens (1995, p. 237): “(...) uma revolução não-violenta para derrubar toda a nossa sociedade industrial poluidora, saqueadora e materialista e, em seu lugar, criar uma nova ordem social e econômica que permitirá aos seres humanos viverem em harmonia com o planeta”.

⁷⁶ De certa forma, a própria disseminação da reflexividade no seio das sociedades modernas constitui um tipo de revisão estrutural e institucional crônico, com amplo potencial transformador inclusive sobre as bases da sociedade capitalista industrial. Pois, na opinião de Giddens (1991, p. 45): “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

de, sob um regime democrático capitalista, leis rígidas sobre questões ambientais terem sido promulgadas.

Este autor considera uma questão bastante complexa o modo como a atividade política, incorporando ideais ecológicos, foi capaz de forçar empresas a pagarem pelos custos ambientais e conseguir o apoio do eleitorado para questões relativas ao meio ambiente. No entanto, é muito significativo o fato de sociedades capitalistas industriais terem criado políticas ambientais que, de certo modo, agem em seu desfavor, na visão do autor. Isto evidencia o caráter versátil da política aludido, pois, através da emergência e da incorporação de novos valores culturais, bem como de perspectivas morais, a política passa por uma transformação substancial: “(...) a política deixa de ser apenas uma condição que permite a degradação do ambiente. Pode passar a ser antes um braço ativo para refrear o processo de degradação do ambiente” (GOLDBLAT, 1996, p. 75).

Assim como a política é capaz de rever e alterar contexto dentro do qual opera, a economia, quando concebida fora da rigidez e da abstração dos modelos neoclássicos (capazes de concebê-la separadamente da política), também pode ser capaz de fazê-lo. Seja na visão de Bourdieu sobre os mercados – como construto sociais e históricos –, seja na visão de Sen sobre a economia – indissociavelmente unida a aspectos morais e éticos –, não resulta absurdo que forças sociais, e mesmo financeiras, atuem no sentido da sua transformação para formas não inerentemente nocivas às condições ambientais e a determinados aspectos sociais.

Neste particular, não devemos, sobretudo, negligenciar o papel de um ator – tanto político, como econômico – difuso e muitas das vezes desorganizado politicamente, mas que através dos seus atos cotidianos gera consequências de grande alcance para a economia. O público consumidor, quando orienta seus hábitos de consumo por algum tipo de preferência (como, por exemplo, o “consumidor verde”, preocupado com as consequências para o meio ambiente que podem gerar seus hábitos de consumo) e na medida em que esta prática é compartilhada por um número grande o suficiente dentre eles, passa a fornecer uma informação que não pode ser ignorada pelos demais agentes do campo econômico sob pena de prejudicar sua rentabilidade e, conseqüentemente, no modelo de Bourdieu, sua posição dentro dele.

Conforme for o peso e a importância deste consumidor dentro de determinado segmento, a consequência da não observância de suas preferências pode variar da queda na venda de determinado produto, até a interdição de mercados inteiros a determinadas empresas, ramo de negócios ou produtos que não estejam em conformidade a elas. Tornando, assim, criteriosamente racional, num quadro de razões para agir dentro do campo

econômico, a adoção de práticas e políticas efetivas que atendam àquelas demandas do consumidor. Mesmo que tais ações sejam postas sob suspeita ou francamente desacreditadas pela crítica ambientalista.

Em nenhum momento advoga-se aqui que a transferência exclusiva para o mercado da responsabilidade pela resolução dos problemas dos efeitos negativos do crescimento econômico sobre as sociedades e o meio ambiente seja uma alternativa viável. Nisto concordamos com Sachs (2008) de que, neste processo, o mercado é apenas uma das muitas instituições que devem intervir, mesmo que seu funcionamento deva ser regulado com certa urgência. O objetivo da argumentação desenvolvida limita-se a apontar alguns elementos para compor um quadro de reflexão sobre a racionalidade econômica, quando confrontada aos imperativos de ordem social e ambiental que extrapole o reducionismo de uma visão econômica de orientação ortodoxa e os argumentos de uma crítica ambientalista que, em nossa opinião, compartilha desta visão quando condena antecipadamente a possibilidade dos agentes econômicos causadores de danos ambientais comportarem-se de outra forma e do funcionamento dos mercados somente poder contribuir para o agravamento do quadro.

3.4- O consumidor e a racionalidade socioambiental empresarial

Na explicação do fenômeno social da ação da empresa com vistas ao que se denomina de responsabilidade socioambiental, procura-se uma unidade de sentido que estrutura a racionalidade sobre o qual a Aracruz Celulose orienta o seu agir no campo da responsabilidade socioambiental em que se verifica a influência de fatores não econômicos na constituição da agenda econômica da empresa. Como anteriormente exposto, postula-se nessa dissertação, que o mundo econômico e as instituições econômicas propriamente ditas são socialmente constituídas.

Disto decorre que questões fundamentais relativas às estratégias das empresas resultam de medidas de ajustamento a conteúdos valorativos da sociedade, especialmente representada na figura do indivíduo consumidor, de forma direta ou ainda quando as atitudes destes agregam-se a ponto de fomentar mecanismos mercadológicos que geram incentivos e conformam a ação da empresa no mercado econômico.

Obviamente não se defende que o voluntarismo da ação de indivíduos isoladamente conforma a estrutura complexa do mercado, pois como ressalta Bourdieu (1997), no campo econômico, os efeitos estruturais são irredutíveis a intervenções intencionais e pontuais de agentes particulares. Assim como os mercados não constituem entidades que pairam acima

dos indivíduos, determinando suas condutas sem deles receberem qualquer influência. O que se quer destacar é justamente este quadro rico da realidade, onde as influências exercem-se reciprocamente, apresentando elementos valiosos e estruturantes, não unilaterais de determinação.

A empresa projeta suas ações no campo da responsabilidade socioambiental, investindo recursos e tempo, a partir dos cenários que constrói, dentro de uma ordem de prioridades de ação que dispõem quanto aos investimentos no presente e futuro, que importam em face de duas realidades interpenetrantes: a da ordem do mundo dos negócios e da ordem social na qual está inserida, construída através do monitoramento que faz das representações que os consumidores articulam com vistas ao consumo, segundo sua própria ordem de valores.

As sociedades políticas democráticas apresentam graus maiores e menores de estabilidade, referidos às modalidades de organização, de discussões e de decisões públicas. Goldblat (1996) frisa que consumidores, empresas e organismos públicos apresentam uma esfera de interesses em conflito para a qual devem dar resposta, assim como devem, também, lutar contra uma série de posições morais com diferentes graus de coerência. Aplicando o conceito de campo de Bourdieu a essa esfera pública, podemos concebê-la estruturada segundo a lógica da distribuição de recursos de grupos interessados e hierarquicamente situados em busca de posição vantajosa nos processos discursivos e deliberativos.

Do ponto de vista de uma esfera pública ambiental, como se pretende abordar aqui, indivíduos e grupos empenham-se, também, na definição das bases normativas do agir coletivo que influencia o agir econômico para que denote uma ordem de representações sócio-políticas concatenadas. Neste empenho para assumir uma posição proeminente no campo econômico, os agentes irão lançar mão de ações no sentido, conforme preconiza Bourdieu (1997), de acumular as diferentes formas de capitais disponíveis, econômico, simbólico, político, etc. Na busca da obtenção destes recursos, as empresas veem-se constrangidas a empreender estratégias que contemplem e articulem diferentes ordens de valores (econômicos, financeiros, culturais, políticos, etc.) de modo a adequar suas práticas e/ou discursos da maneira que lhe seja mais favorável em cada âmbito. Daí se pode supor a importância que assume o relacionamento das empresas com os diferentes públicos que compõem a esfera pública ambiental e a necessidade que ela elabore um tipo de racionalidade capaz de confrontar de maneira satisfatória estes desafios.

Contudo, a compreensão de uma esfera pública ambiental não considera somente os aspectos ativo e reflexivo da conduta individual e coletiva, supondo que não se trata de uma

tipologia de ações denotativas de um grau máximo de racionalidade e controle. Eventos, processos sociais e suas consequências geram outros eventos, processos e consequências fora do controle racional e político daqueles indivíduos implicados na cena. Outrossim, a capacidade de reunir informação suficiente por parte dos agentes sociais no curso de suas ações nem sempre é a ideal. Elster (1994) ressalta, inclusive, que muitas vezes o gasto de tempo em buscar uma quantidade ótima de informação pode prejudicar a própria ação. De forma que não se pode cair na suposição ingênua de que as formas de racionalidade e previsão exibidas pelos agentes nesta esfera sejam sempre eficazes em alto grau. Eventualmente podem sê-lo como, também, podem induzi-los a graves erros. Evitamos, contudo, no segundo caso, aceitar a hipótese de Pareto, em que o sujeito da ação quando escolhe meios impróprios para a consecução de seus fins, devido à inexatidão de seus conhecimentos, incorre numa ação não racional (ARON, 1999).

Aceita-se como elemento de grande importância dessa nova equação socioambiental que se apresenta ao cálculo racional das empresas o indivíduo consumidor. Esse agente passa a ocupar uma posição cada vez mais central dentro de um contexto de capitalismo tardio, onde os argumentos que tradicionalmente legitimaram a atividade capitalista passam, progressivamente, a ser contestados, especialmente sob os ângulos ambientais e sociais. Encontramos este agente distribuído difusamente no campo econômico onde parece não ter maiores poderes de determinação das dinâmicas econômicas em face dos recursos que as grandes empresas e os governos apresentam quando se movimentam nesse tabuleiro. Em verdade, consagrou-se uma visão, de um lado, de certo determinismo econômico, sustentado no agir da empresa a moldar os interesses e ações de governos e indivíduos. O papel do Estado tem sofrido forte esvaziamento político e teórico, mas nada comparável ao status ínfimo que o indivíduo situado no campo econômico, concebido como um mero reagente diante dos estímulos maiores que o alcançam.

A sociedade de consumo e o consumismo têm sido apontados com traços característicos do estágio avançado do capitalismo industrial que vivemos, onde se evidencia o constante assédio que os indivíduos sofrem por conta dos mercados (via seus instrumentos de persuasão como a mídia). No entanto, este momento foi concomitante com a emergência de preocupações e movimentos ambientais, bem como sua crescente importância política nas sociedades capitalistas mais avançadas. Este fenômeno que não poderia ser compreendido dentro de uma perspectiva em que o consumidor encontra-se subsumido pelos ditames do mercado.

Torna-se, portanto, necessário dimensionar as capacidades de ação dentro deste campo primeiramente em termos da relação indivíduo *versus* estrutura. Não para se chegar a quaisquer formas de unilateralismos, mas para um modelo que balanceie aspectos de uma subjetividade rica e com margens de manobra com uma noção de estrutura. Não se deve nem recuar à condição da experiência do ator individual soberano e nem à vigência de qualquer forma de totalidade social completamente externa aos indivíduos. A ação social, sem dúvida, acontece dentro de determinadas formas institucionais, que, no entanto, como adverte Giddens (1989), só adquirem realidade enquanto forem constantemente reconstituídas pela ação individual, assim como as estruturas, que conforme este autor “não têm existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana” (GIDDENS, 1989, p. 21).

Dessa forma, a perspectiva adotada neste trabalho abstém-se de considerar o público consumidor como refém do mercado na orientação da sua conduta, pois, ainda segundo Giddens (1989), a ação social tem como qualidade inerente a de o ator entender sua ação no tempo de sua realização, de monitorá-la de forma crônica. Qualidade importante, levando-se em conta o que sublinha Goldblat (1996), que o consumidor não pode contar com informações com um alto grau de honestidade e regularidade por parte do mercado para orientar suas escolhas especialmente em relação a aspectos socioambientais.

Este estudo pressupõe, pois, que o consumidor não se orienta exclusivamente pelo mercado na definição da sua conduta econômica – compreendida aí sua escala de preferências –, mas sim obtém informações e mesmo valores normativos oriundos de outras instâncias, conecta-se a outras energias sociais em interface com o campo econômico que, por sua vez, mostram-se vigorosas no sentido de influenciar o campo e conformar tanto a conduta do consumidor, como a dos demais agentes que nele interagem.

Desse modo, torna-se necessário uma prévia conceituação, ainda que em termos gerais, do universo relativo ao consumidor para que se possa, posteriormente, abarcar uma dimensão importante da racionalidade das empresas quando confrontadas a uma esfera pública mobilizada em torno das implicações no âmbito social e ambiental de suas atividades. Pois, admite-se que se a empresa for desidiosa em relação a este aspecto, seus negócios sofrerão consequências diretas. Seria mesmo redundante, nesse propósito, asseverar que uma empresa que não leve em conta as preferências de seu público consumidor estaria agindo de forma irracional do ponto de vista econômico. Na perspectiva mais rudimentar do funcionamento dos mercados, encontramos a dualidade oferta e procura. O consumidor compõe, dessa forma, um dos aspectos essenciais: o da procura, tornando incoerente qualquer

espécie de cálculo econômico que não incorpore escrupulosamente esta variável. Pretendemos aqui, além de evitar, como já aludido, os modelos neoclássicos de mercado, evitar também uma visão econômica de extração marxista onde existe uma supervalorização na explicação econômica da esfera da produção em relação a da procura. Constituindo-se aquela, nesta perspectiva, a determinante fundamental de outros aspectos da vida social. Compartilhamos da visão de Goldblat (1996), na qual, embora a relação entre estas duas esferas seja muito estreita, o consumo não pode ser encarado como um mero derivado da produção. A isto se pode opor a constatação evidente de que os produtos que não forem consumidos acabarão por não serem produzidos. A produção não pode ser vista no mundo econômico como variável independente.

Dessa maneira, no referencial aqui adotado, encontramos o indivíduo consumidor mergulhado em uma sociedade política, em formas de sociabilidade diversas, respondendo aos estímulos simbólicos e institucionais do universo das suas relações sociais de referência. Sua ação econômica é filtrada a partir desses níveis institucionais da vida quotidiana, bastante idiossincráticos e mesmo isolados, mas que em termos agregados repercutem no âmbito da esfera econômica.

O ator individual apresenta níveis de compreensão para as ações que produz no campo econômico seja no plano discursivo (onde novas e renovadas ideologias sobre um mundo social e ambientalmente mais justo ganham relevo), seja de um ponto de vista mais prático, no fluxo da vida quotidiana, nos atos de consumo, nos padrões de sociabilidade (no bairro, na família, etc.) e da política. Deve-se considerar, também, a componente intencional do agir individual, porque o indivíduo, enquanto consumidor consciente, pretende afetar, com sua conduta, uma ordem de expectativas dos grandes agentes institucionais do campo econômico. O grau de elaboração discursivo desse estatuto de um mundo social e ambiental mais justo e sustentável, que repercute no plano do consumo, tem vários níveis de sofisticação e elaboração. No caso do consumidor “verde”, este pode variar desde um ativista ambiental, militando politicamente dentro de alguma organização até o consumidor isolado, que se preocupa de uma forma ainda que difusa com a consequência de seus atos de consumo.

De todo modo, nosso objetivo é destacar que um conjunto massivo, diferenciado, desarticulado – considerando que estes indivíduos não estão todos reunidos em uma entidade de maneira a sugerir um ator coletivo com grau máximo de cooperação para determinados fins – afeta, com maior ou menor eficácia, o campo econômico e seus atores institucionais maiores, como as empresas, repercutindo sobre a formulação de suas razões para agir.

A pesquisa, contudo, não enveredou pelo estudo do universo do público consumidor. Daí, apenas pode hipostasiar que, para além do ato econômico estrito, os indivíduos consumidores estão mergulhados em ordens simbólicas e em formas de sociabilidade que conformam em seus quadros mentais novas disposições relativamente ao mundo com impacto sobre o agir econômico.

Nesta pesquisa, o público consumidor é difuso, porque compreende desde um grande comerciante atacadista e importador, passando por governos. Contudo, pretende-se ressaltar a figura última do indivíduo que compra e utiliza o produto no tipo comum do sujeito comprador de papel (no caso de uma empresa de celulose). Não é possível, neste estudo, capturar os aspectos da cognição dos indivíduos construindo projetos de ação com base em valores. No entanto, o que aqui se pretende dar destaque são as modificações verificadas na outra ponta do sistema, na esfera da produção, especificamente na forma da organização e práticas das empresas, respondendo a estímulos que emanam destes indivíduos e que sugerem um curso de ação de adaptação às novas conformações e demandas do indivíduo consumidor. Tomaremos, pois, produção e consumo como variáveis interdependentes.

A proposta desse estudo é levantar elementos para compreensão da racionalidade que orienta as práticas da empresa Aracruz Celulose no âmbito socioambiental, tendo como ponto de partida a perspectiva da própria empresa e como contexto a ordem social na qual está inserida. Admitindo-se que, a princípio, a ação racional costuma ser entendida como uma relação entre meios adequados para atingir-se determinados fins, o estatuto de racionalidade que nos interessa vai algo além disto. A orientação que nos servirá de guia é a de Weber (1992), segundo a qual a ação que merece a qualificação de racional não é somente aquela relacionada a fins, instrumental, típica da ação no campo econômico, mas também aquela com relação a valores.

Este detalhamento é importante, pois a forma como queremos abordar a racionalidade da empresa não se limita aos seus aspectos instrumentais somente, mas também a definição dos seus objetivos, que, como quaisquer outros, pertencem à esfera dos juízos de valor. Temos, então, a ação da empresa como resultante de duas orientações, uma relacionada a fins e outra, anterior, a valores que os definem. Concebemos, dessa forma, um quadro de racionalidade empresarial que conjuga razões para agir – motivações, objetivos – e meios adequados para alcançá-los, combinando dois tipos de ações igualmente racionais na percepção de Weber. Levanta-se, aqui, a questão de se os agentes econômicos, especificamente as empresas, que constituem o exemplo mais bem-acabado em termos

weberianos de orientação racional instrumental da conduta são capazes de agir racionalmente orientados por valores não econômicos, imateriais.

Os imperativos socioambientais que se apresentam à empresa não são outra coisa senão valores que conformam a ação social de determinados agentes sociais e aos quais a empresa vê-se desafiada a incorporá-los em sua racionalidade, a fim de instrumentalizá-los para a consecução de seus fins, definidos por seus valores enquanto empreendimento capitalista. Caímos aqui na percepção fina de Amartya Sen, vista antes da ambivalência entre comportamentos orientados por aspectos de valor intrínseco e os instrumentais, que aqui se coaduna com a ideia de Weber, na qual diferentes tipos de racionalidades podem articular-se na determinação da ação social⁷⁷.

Adotamos como hipótese inicial que a esfera pública ambiental, compreendida como o conjunto de públicos aos quais a empresa presta conta de suas atividades quanto as suas implicações nos domínios ambientais e sociais, é um elemento definidor das suas políticas e ações. Logo, sua capacidade de monitoramento desta esfera, dos valores e interesses que nela habitam, bem como sua capacidade de diálogo e de compartilhamento de valores comuns com a mesma, torna-se um componente crucial para a definição de suas razões e meios para a ação. Aqui, novamente, o pensamento de Weber nos fornece conceitos úteis para compreender a racionalidade da empresa: o de ação social e o de relação social.

Para Weber (1992), a sociedade é um meio onde uma multiplicidade de valores confronta-se, alguns inconciliáveis, na orientação da conduta de uma multiplicidade de agentes. A ação para que seja considerada social, deve ter como característica a atribuição de significado por parte dos agentes que a realizam e este significado é definido de acordo com a conduta – ou expectativa dela – dos outros, ocorrendo em consonância com isto. Está baseada num jogo de orientações recíprocas, onde os agentes, no fluxo da ação cotidiana, estão em constante monitoração, uns relativamente aos outros. O conceito que permite a passagem desta categoria de ação ainda em nível individual para o da ação coletiva é o de relação social, no qual as condutas, como vimos, orientam-se reciprocamente em conformidade a um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações, mas para que se estabeleça alguma regularidade nestas ações – ou seja, para que se configurem relações – é necessário que existam conteúdos de sentido reciprocamente compartilhados entre os diferentes agentes, capazes de conferir legitimação e estabilidade a determinados contextos de atividades

⁷⁷ Nunca esquecendo que as modalidades de ação em Weber constituem de tipos ideais e, como tais, dificilmente podem ser encontrados em estado puro na realidade estudada. Possuem existência isolada precipuamente nos esquemas analíticos do pesquisador.

(COHN, 2003). Pretendemos reter este quadro weberiano de agência para compreender a influência na racionalidade da empresa da sua relação com a esfera pública e os valores que nela existem.

Ao lado disto, como aspecto igualmente importante na elaboração da racionalidade da empresa, tem-se a visão que ela faz de si mesma, enquanto empreendimento capitalista, imerso dentro de determinado ramo de atividade, com suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, atuando dentro de um mercado econômico global. Destes elementos decorre a segunda hipótese inicial, a de que os objetivos que informam a racionalidade socioambiental da empresa elaboram-se no encontro destas outras duas dimensões: da empresa e seu ramo de atividades e de um mercado distante, global. Desta forma, temos como hipótese geral, orientadora da pesquisa, a de que a racionalidade socioambiental da empresa Aracruz Celulose pode tornar-se inteligível a partir da perscrutação de três níveis analíticos concatenados: o dos grupos sociais próximos com que se relaciona (a esfera pública); o da imagem que faz de si enquanto empreendimento, bem como de seu ramo de atividade; também, de um nível mais afastado e geral: do mercado financeiro e consumidor global.

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO: A RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA ARACRUZ CELULOSE

4.1- A empresa: aspectos descritivos

Antes de tudo, é preciso advertir que a empresa Aracruz Celulose S.A. deixou de existir com este nome. Em janeiro de 2009, iniciou-se um processo de fusão da empresa com a Votorantim Celulose e Papel (VCP) que já era proprietária de 28% das ações da empresa, passando a ser a acionista majoritária após a compra de mais uma quota de 28%⁷⁸ (ZERO HORA, jan. 2009). O empreendimento resultante deste processo passou a chamar-se Fibria⁷⁹, tornando-se a maior empresa mundial no ramo de celulose.

Como a pesquisa iniciou antes de realização dessa operação de fusão e teve como parte do material empírico coligido os relatórios anuais de sustentabilidade da Aracruz Celulose dos anos 2006, 2007 e 2008⁸⁰, as informações que serão apresentadas aqui, bem como os resultados da pesquisa dizem respeito à empresa antes da sua fusão com a VCP.

A Aracruz Celulose é uma empresa brasileira sediada no município de Aracruz, no Espírito Santo, com mais de quarenta anos de atuação no mercado. Iniciou seus primeiros plantios de eucalipto em 1967, sendo o empreendimento um projeto do empresário norueguês Erling Sven Lorentzen. Vindo a tornar-se, ao longo deste período, a líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 24% da oferta global do produto. Dessa produção, 98% é exportada, chegando ao consumidor na forma de produtos como papéis para impressão e para escrever, papéis sanitários, lenços, guardanapos, entre outros produtos. Seus principais mercados consumidores são Europa, América do Norte e Ásia. Até a crise financeira mundial de 2008, a Europa constituía o principal mercado para os produtos da empresa, ano que foi superada pela América do Norte⁸¹ (ARACRUZ, 2009).

Sua produção provém de plantações de eucalipto que totalizam uma área de 313 mil hectares distribuídas pelos estados do Espírito Santo, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Além dos plantios próprios, a empresa conta com mais 96 mil hectares contratados de produtores independentes distribuídos nas mesmas regiões.

⁷⁸ Pertencente até então a uma *holding* formada pelos grupos Lorentzen e Moreira Salles e Almeida Braga (ARACRUZ, 2008).

⁷⁹ O controle acionário da Fibria é exercido da seguinte forma: 35,8% de ações no mercado, 34,9% de ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e 29,3% de ações do grupo Votorantim (FIBRIA, 2009).

⁸⁰ O relatório de sustentabilidade de 2009 ainda não foi divulgado.

⁸¹ Segundo o mais recente relatório de anual da empresa a participação de cada mercado fica assim distribuída: América do norte 40%, Europa 37%, Ásia 21% e Brasil 2% (ARACRUZ, 2009).

A capacidade anual de produção da Aracruz é de 3,3 milhões de toneladas de celulose de fibra curta de eucalipto realizadas nas três unidades produtivas da empresa, localizadas em Barra do Riacho (ES), Guaíba (RS)⁸² e Eunápolis (BA), sendo que esta unidade se trata de uma *joint venture* com o grupo finlandês Stora-Enso, onde cada empresa detém 50 % da produção e do controle acionário.

No que diz respeito à gestão socioambiental, a empresa figurou, até 2008⁸³, no Índice Dow Jones de sustentabilidade (DJSI World) da bolsa de valores de Nova Iorque, que destaca anualmente as empresas reputadas mundialmente como as de melhores práticas em sustentabilidade corporativa, sendo a única no setor da celulose a figurar neste índice. Todos os plantios da empresa são certificados pelo Sistema Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor)⁸⁴, sendo que aqueles da sua *joint venture* Veracel também obtiveram certificação por órgão internacional, do *Forest Stewardship Council* (FSC)⁸⁵. A empresa planeja para o ano de 2010 iniciar o processo para a obtenção da dupla certificação (Cerflor e FSC) para todas as suas plantações.

Há extenso relato de contestações de ordem social e ambiental a que a empresa tem sido alvo, por conta de suas atividades. Pretende-se fazer, neste momento, um breve resumo destas contestações para dimensionar a importância que o relacionamento da empresa com as partes interessadas assume dentro de suas estratégias de negócio, bem como as questões mais sensíveis que se apresentam a ela.

Segundo Gomes (2005), o complexo agroindustrial de celulose de fibra curta de eucalipto é considerado uma atividade indutora da desconcentração industrial, geradora de substanciais divisas para o país e de significativa receita tributária. As empresas do ramo destacam, além disso, a grande quantidade de emprego, tanto de baixo, médio e alto nível de qualificação gerado pela atividade⁸⁶. Por outro lado, o modelo econômico adotado pelo setor tem sido alvo de muitas críticas de grupos sociais organizados, movimentos sociais e até mesmo instituições públicas, que percebem nele uma fonte causadora de exclusão econômica,

⁸² Esta unidade foi vendida em dezembro de 2009 para o grupo chileno Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (ZERO HORA, dez. 2009).

⁸³ Ano em que, em função da crise financeira mundial, a empresa realizou operações financeiras mal sucedidas com derivativos, acarretando grandes prejuízos para a mesma e por conta disto, sendo excluída do índice.

⁸⁴

⁸⁵ Ou Conselho de Manejo Florestal, que é uma organização internacional não - governamental fundada em 1993, que não emite certificados e sim credita certificadoras no mundo inteiro, garantindo que os certificados destas obedeçam a padrões de qualidade. As certificadoras desenvolvem um método para certificação baseado nos princípios e critérios do FSC, adaptando-os para a realidade de cada região ou sistema de produção.

⁸⁶ O setor é responsável pela criação de 114.000 empregos diretos e 500 mil indiretos e pelo montante de 2,2 bilhões de reais em impostos pagos no ano de 2008 (BRACELPA, 2009).

social e de inúmeros conflitos sociopolíticos nas comunidades onde concentram suas atividades florestais.

Gomes (2005) indica que o setor de celulose e de papel tem sido fortemente criticado por organizações não governamentais (ONGs) e por setores da sociedade que não participam efetivamente dos benefícios gerados por esses empreendimentos, devido aos impactos sociais oriundos da sua concentração espacial, econômica e técnica, do tamanho dos projetos de base florestal e de suas complexas inter-relações com setores das economias nacional e internacional, além do fato de a matéria-prima ser de base natural.

A Aracruz é acusada nacional e internacionalmente por ativistas de movimentos sociais e ambientalistas de ocupar terras de povos indígenas e quilombolas. No Espírito Santo, a empresa esteve em longo litígio com comunidades Tupiniquim e Guarani, devido à reivindicação de terras por parte delas, tendo sofrido invasões em suas propriedades inúmeras vezes. Atualmente, o conflito com as populações indígenas parece estar resolvido com a assinatura de um termo de ajustamento de conduta pelas partes em 2007, em virtude do qual a empresa teve de doar 11 mil hectares à uma reserva indígena.

As áreas de plantio, bem como imóveis de propriedade ou posse da empresa têm sido reiteradas vezes alvo de ações hostis por parte de movimentos sociais organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Via Campesina e movimento dos pequenos produtores em episódios de invasão de terra e depredação de bens. Além de movimentos sociais, a empresa sofre o assédio de grupos de carvoeiros e lenhadores que contestam a posse de suas terras, realizando invasões, retirada de madeira e mesmo queimadas nos plantios de eucalipto.

A empresa, também, é criticada pela poluição das águas e do ar e por supostamente causar poluição devido à emissão de dioxinas na atmosfera, material cancerígeno gerado pela produção de celulose, afetando as condições de saúde das populações vizinhas às suas plantas. Outrossim, tem sido acusada de produzir forte odor, ruído e poeira por conta de suas atividades.

As grandes extensões de terra ocupadas pelos plantios da empresa nos diversos estados brasileiros estariam colaborando com o êxodo rural na opinião de alguns críticos. A Aracruz recebe incentivos fiscais dos governos e é acusada de gerar menos empregos que as atividades rurais convencionais, que deixam de existir após instalados seus plantios. Além disso, os benefícios dos empregos gerados no campo por conta das suas atividades têm sido contestados pelo fato de serem eminentemente sazonais e a cargo de empresas terceirizadas.

Outros impactos sociais, decorrentes das atividades da empresa foram apontados por Gomes (2005) tais como: destruição dos modos de vida das comunidades locais rurais, perda da identidade e riqueza culturais destas comunidades; seu isolamento quando circundadas pelos plantios; a violação dos direitos de povos indígenas, de remanescentes de quilombolas e de outras minorias

Do ponto de vista ambiental, o crescimento rápido do eucalipto é acusado de exaurir os recursos hídricos e naturais do solo. Além disso, as plantações de eucalipto apresentam forte impacto na transformação da paisagem e dos ecossistemas onde são realizadas. Tendo como agravante o fato de que grande parte delas encontra-se em área de mata atlântica, um dos ecossistemas mais ricos do ponto de vista da biodiversidade e dos mais ameaçados do Brasil. Os plantios industriais de eucalipto consistem em monoculturas extensivas de espécies exóticas, acusados por ambientalistas de constituírem verdadeiros “desertos verdes”, pois nas áreas por eles ocupadas não coexistiriam outras espécies animais e vegetais.

Os investimentos da empresa para a aquisição de áreas para plantios de eucalipto têm sido também acusados de gerar especulação imobiliária elevando o valor dos imóveis rurais e dos arrendamentos, o que estaria acarretando no aumento dos custos para outras atividades rurais, dificultando especialmente a situação dos pequenos produtores rurais.

Tais espécies de contestação, nas suas diferentes motivações, têm dado motivo a reiteradas ações judiciais⁸⁷ em que ora a empresa é ré, ora é autora. São comuns as ações de reintegração de posse, proteção ao patrimônio, danos materiais e termos de ajustamento, onde figura a empresa como parte. Menos frequentes são multas por emissão de poluentes, contudo, eventualmente, ocorrem. Fatos estes que proporcionam visibilidade negativa para a empresa.

A contestação judicial da qual é alvo assume uma importância para os negócios que vai além dos motivos óbvios, como as despesas decorrentes do pagamento de multas por problemas de adequação à legislação. Podemos citar, como exemplo, o fato da empresa não ter obtido a certificação do FSC, de grande importância para sua penetração nos mercados mais exigentes, quanto a aspectos ambientais e, em termos gerais, de criação de vantagem competitiva decorrente da exigência do órgão certificador de que a empresa opere em total conformidade com a legislação. Tais aspectos jurídicos repercutem na imagem da empresa e impactam diretamente o seu desempenho financeiro.

⁸⁷ A empresa apresenta uma relação destas anualmente nos seus relatórios de sustentabilidade.

Além da contestação judicial, existem os riscos para a empresa decorrentes de problemas nas relações com a comunidade. Carlberg (2004 *apud* GOMES, 2005) indica que os principais entre estes são a perda de reputação, a perda de confiança, os danos à imagem, além de danos materiais, que, também, influem de forma direta no ambiente dos negócios.

4.2- Níveis de análise

No objetivo de compreender sociologicamente a racionalidade empresarial da empresa Aracruz Celulose a partir de uma ordem socioeconômica e ambiental em que está situada, consoante ao quadro teórico elaborado para interpretar esta racionalidade, a pesquisa irá adotar níveis analíticos aplicados ao material empírico, que serão trabalhados discursivamente. A análise discursiva destes níveis almeja reunir um quadro de significados e representações que legitimam e tornam inteligível uma atitude da empresa não somente local, pelos interesses de investimentos na esfera próxima, mas também global, porque referido a um campo econômico competitivo das projeções da empresa.

No que diz respeito às representações da empresa Aracruz Celulose, tem interesse para a pesquisa um entendimento das suas representações em relação ao caráter/natureza, valores e motivações para a ação de outras instâncias (outras empresas, fornecedores, comunidades, ONG's, etc.) com influência na elaboração de suas ações estratégicas. Assim como uma representação do mundo socioeconômico e político mais abrangente, onde cabem as visões de futuro com bases nas mudanças de valores que governam este sistema amplo. Finalmente, a representação que a empresa faz de si mesma, na qual pesem os elementos concernentes à sua realidade interna e externa .

Com o intuito de perceber estas representações, a pesquisa será estruturada sobre três níveis analíticos a serem abordados discursivamente, quais sejam:

- 1) Em um primeiro nível encontra-se um agir local, imediato. Considera-se uma equação do agir da empresa na qual intervêm informações sobre fornecedores, comunidades, organizações sociais e outros, em um campo da realidade próximo das plantas industriais e dos plantios. Procurar-se-á identificar um conjunto de preocupações e ações da empresa que respondam atentamente aos interesses desses atores institucionais. A análise terá como objetivo, num primeiro momento, identificar, na ótica da empresa, quais são os principais agentes com quem se relaciona no campo econômico e socioambiental, listando-os por ordem de importância. Posteriormente, o esforço será no sentido de mapear conceitos, interesses, valores e projetos de ação que a empresa relaciona com

estes atores. Também, serão destacadas as práticas difusas da empresa no campo da atenção às populações circundantes e ao meio ambiente e, mesmo ao público em geral, que denotem a valoração da empresa em relação a um projeto de comprometimento socioambiental. Entram aqui, especialmente as preocupações de “responsabilidade socioambiental” da empresa. O objetivo será captar elementos oriundos dessa esfera que motivam ações dessa natureza e conformam estratégias e políticas da empresa, contribuindo na construção da sua racionalidade.

- 2) Num segundo nível, o objetivo será captar uma discursividade relativa à autoimagem da empresa e da visão que tem do seu ramo de negócio. Procurar-se-á identificar os valores, princípios, objetivos que estabelece para si, no sentido de construir uma identidade própria, bem como as peculiaridades que identifica no seu ramo de atividade. Neste nível, apesar da preocupação fundamental ser com a imagem que a empresa faz de si, espera-se que esta contenha um forte componente relacional com os diferentes públicos com que interage. Pretende-se, aqui, captar os elementos discursivos apresentados pela empresa que indiquem a sua compreensão do negócio e de suas políticas e programas básicos relativamente à ampliação de sua capacidade competitiva no mercado. O que interessa neste nível é captar a forma como a empresa projeta seu agir racional para fins de lucro, levando em consideração seu ramo de atividade e sua identidade corporativa. Pretende-se encontrar elementos pertinentes à esfera da gestão e da governança que influam na construção da racionalidade da empresa.
- 3) Há um terceiro nível em que a empresa precisa ajustar seus discursos, projetos e ações para os indivíduos e grupos que têm uma presença global, notadamente seu mercado consumidor e de outros *players* globais. A Aracruz Celulose basicamente tem como destino de seus produtos o mercado consumidor internacional, mormente europeu e norte-americano, mais exigentes quanto a atitudes de responsabilidade socioambiental. Acredita-se que nos seus projetos e políticas, a empresa precise reter os interesses e os padrões comportamentais desses atores institucionais distantes. Neste nível analítico o objetivo será destacar elementos que indiquem a percepção da empresa relativamente a esta esfera mais distante, a maneira como, discursivamente, entende sua influência para os negócios, assim como os valores e interesses que nela se articulam. Aqui, pretende-se destacar a contribuição dos elementos oriundos do mercado financeiro e consumidor na conformação da racionalidade da empresa.

A estas dimensões discursivas e representacionais não será atribuída, *a priori*, nenhuma proeminência de sentido hierárquico na conformação das ações e das estratégias da empresa. Estes três níveis, construídos para fins analíticos em separado, serão confrontados posteriormente uns em relação aos outros, na tentativa de construir um quadro geral para a compreensão das motivações e estratégias de ação – sua racionalidade – da empresa nos âmbitos social e ambiental.

4.2.1- Procedimento metodológico

Neste estudo, optou-se metodologicamente pelo procedimento de pesquisa bibliográfica e documental.

O material empírico coligido para a aplicação destes níveis analíticos consta, primeiramente, dos relatórios anuais de sustentabilidade da Aracruz Celulose dos anos 2006, 2007 e 2008⁸⁸, disponíveis na *internet* no *site* da empresa⁸⁹. Estes relatórios reúnem informações anuais da empresa nos âmbitos financeiro, ambiental e social, a partir de uma estrutura padronizada dividida nas seguintes seções: Matriz de Materialidade, Administração, Mensagem da Administração, Informações Econômico-Financeiras Seleccionadas, Sobre a Aracruz, Criação de Valor, Satisfação do Cliente, Processos Internos, Aprendizado e Desenvolvimento, Objetivos de Sustentabilidade para o Ano, Prêmios e Reconhecimento, Visões Externas, Verificação Independente, Índices, Informações Adicionais, Informações Financeiras.

No sentido de complementar estas informações, foi confeccionado um relatório constando de nove questões relativas aos interesses da pesquisa⁹⁰ enviado por correio eletrônico para a Gerência de Relações com a Comunidade da unidade da Aracruz sediada em Barra do Riacho.

A técnica de análise empregada sobre estes materiais foi o da análise qualitativa de conteúdo, que, segundo Flick (2004), trata-se de um procedimento clássico para a análise de material textual, não importando sua origem. Um de seus aspectos essenciais segundo este autor, é o emprego de categorias obtidas a partir de referenciais teóricos, de forma que as

⁸⁸ Em anos anteriores, a empresa não utilizava o formato de *disclosure* de relatório anual de sustentabilidade, publicando relatórios social e ambiental em separado dos relatórios anuais e financeiros. Para fins de padronização e comparação, escolhemos os relatórios destes anos que apresentam um formato unificado e padrão para divulgar as práticas corporativas no âmbito social, no ambiental e no financeiro. Estes permitem agrupar um montante maior de informação dentro de um mesmo padrão expositivo, o que vai ao encontro dos interesses da pesquisa.

⁸⁹ Disponíveis em: <http://www.aracruz.com.br>.

⁹⁰ Vide Anexo A.

categorias são trazidas do modelo teórico para o material empírico, não necessariamente desenvolvidas a partir deste. Embora podendo ser revistas à luz destes.

Bauer (2008) aponta este método como válido para produzir inferências a partir de um texto focal para o seu contexto social de origem de maneira objetivada (por meio de procedimentos metodicamente explícitos e replicáveis). Contexto este que poderia ser inacessível de outra forma para o pesquisador. Para este autor, um *corpus* de texto constitui a representação e a expressão de uma comunidade que escreve, dessa forma, que através da análise de conteúdo é possível reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos destas comunidades e compará-los entre si.

Este autor ainda destaca que esta técnica não deve ser julgada como uma “leitura verdadeira” do texto, mas: “(...) em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e a luz de seu objetivo de pesquisa” (BAUER, 2008, p.191).

Conjugando a análise de conteúdo dos relatórios anuais de sustentabilidade com o questionário aplicado à empresa, seguimos o procedimento indicado por Krippendorff (1980 *apud* GOMES, 2005), no qual se aplica uma técnica de pesquisa adequada para se fazer inferências replicáveis e válidas dos dados a partir do seu contexto (a análise de conteúdo), complementada com informações internas da empresa pesquisada.

Dessa forma, a pesquisa será realizada através da aplicação da análise de conteúdo nos relatórios e questionários indicados, no intuito de destacar elementos discursivos que se reportem a cada nível representacional 1) e/ou 2) e/ou 3).

4.3- Nível 1: A empresa em relação a seus públicos próximos

4.3.1- Campo socioambiental da Aracruz Celulose

O primeiro momento da análise deste nível é uma tentativa de construir uma visão do campo econômico e socioambiental, analiticamente, a partir da perspectiva da empresa. Iremos nos servir da visão da empresa em relação às partes interessadas de maior importância com as quais se relaciona, bem como mensurar a importância destas para empresa na tentativa de hierarquizá-las por ordem de relevância.

Para tanto, foi formulada a questão 1 do questionário apresentado à empresa, nos seguintes termos: “Em relação às partes interessadas com as quais a empresa se relaciona,

seria possível hierarquizá-las por ordem de importância para os negócios?” Que obteve como resposta a seguinte:

Acionistas; clientes/consumidores; empregados; comunidades locais; fornecedores; governos e ONG's. A empresa não hierarquiza suas partes interessadas. Todas são tratadas com a mesma postura e o nosso relacionamento com todas é orientado por nossos valores: Solidez, Ética, Respeito, Empreendedorismo e União.

No intuito de complementar estas informações, especialmente em função de que na resposta a empresa evitou ordenar as partes interessadas de acordo com a importância de cada uma para os negócios valendo-se de um discurso de isonomia em relação às mesmas, procurou-se, baseando-se nos relatórios anuais de sustentabilidade que “sintetizam a sua inserção na sociedade” (ARACRUZ, 2007, p. 93), identificar uma ordem de importância nas diferentes partes interessadas com as quais a empresa se relaciona. Partindo-se do entendimento da empresa, que um relatório de sustentabilidade é uma ferramenta para reportar à sociedade o desempenho da mesma nos âmbitos financeiro, social e ambiental (ARACRUZ, 2007), supõe-se que os agentes relevantes do campo social que se procura construir possam ser inferidos a partir das partes interessadas presentes nos relatórios. Pois estas constituem os públicos aos quais a empresa presta conta de suas atividades, logo relevantes enquanto componentes do contexto dentro do qual a empresa opera e elementos contribuintes para a conformação da racionalidade da empresa.

Inspirados na visão de Bourdieu sobre o campo social como um espaço onde os agentes encontram-se hierarquicamente dispostos, dispersos numa escala que varia dos subordinados aos dominantes, é que se procurou elencar, por ordem de importância, os agentes sociais relevantes – as partes interessadas – presentes nos relatórios. Visando, dessa forma, captar quais deles seriam os de maior relevância na conformação de suas ações e estratégias. Este levantamento foi feito valendo-se de elementos textuais dos próprios relatórios para inferir a importância atribuída pela empresa aos mesmos.

Partindo-se da suposição de que a presença destes públicos – e frequência desta – no texto dos relatórios da empresa seja um indicativo da importância a eles conferida, adotou-se um modo quantitativo para dimensioná-la. Para tanto, usou-se o parágrafo de texto como unidade de contagem. Dessa forma, foram destacadas do texto as referências às partes interessadas constantes nos seus relatórios e, posteriormente, procedeu-se a contagem da quantidade de parágrafos em que apareciam, em alusão direta ou indireta, nos textos do relatório. Resultando no seguinte quadro:

<i>PARTES INTERESSADAS (PÚBLICOS EXTERNOS)</i>	<i>ANO DO RELATÓRIO E QUANTIDADE DE PARÁGRAFOS</i>			<i>TOTAIS</i>
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	
FORNECEDORES	20	15	11	46
CLIENTES	24	29	11	64
COMUNIDADES LOCAIS	140	233	218	591
ONGs	17	50	14	81
COMUNIDADE FINANCEIRA*	18	15	15	48

* Nesta categoria estão agrupados as referências a acionistas, investidores, bancos e outros atores do mercado financeiro.

QUADRO 3- Relação da quantidade de parágrafos dispensados a cada parte interessada nos relatórios anuais de sustentabilidade da Aracruz Celulose S.A.

Observa-se que a listagem de partes interessadas indicada na resposta da questão 1 não discrepa do levantado nos relatórios. Optou-se, porém, por eliminar a categoria de empregados por considerá-la menos importante para os objetivos desta pesquisa. Constituindo um público interno da empresa, a análise das relações da empresa com estes estaria mais próxima do âmbito da gestão interna, da administração e, nesta pesquisa, o que se objetiva é levantar elementos que possibilitem compreender a racionalidade da empresa em relação a agentes sociais externos, às representações relativas à sua inserção na sociedade e às questões ambientais.

A análise deste quadro nos permite ordenar, segundo o critério quantitativo exposto, os públicos mais presentes nos relatórios da empresa nos três anos. Constatase, portanto, uma situação em que as partes interessadas mais relevantes encontram-se dispostas nessa ordem decrescente:

- 1) Comunidades locais;
- 2) ONGs;
- 3) Clientes;
- 4) Comunidade financeira;
- 5) Fornecedores.

Nos limites propostos por esta pesquisa, as partes interessadas identificados pela empresa e dispostos nesta ordem constituem os agentes do que chamamos de campo econômico socioambiental da empresa Aracruz Celulose. Dentro do modelo interpretativo

adotado, são estes os agentes com os quais a empresa estabelece relações de força e frente aos quais deverá adotar estratégias que visem aumentar suas dotações de capital, condição para que melhore sua situação no campo e que consiga alcançar a posição hegemônica, quando estará em condições estabelecer as relações de força mais favoráveis a ele e, conseguido isto, manter o *status quo*.

Visto a diversidade de agentes que compõe este campo, as ações empresariais, com fins a aumentar seu volume de capitais, deverão adequar-se aos diferentes tipos de “moeda corrente” em cada domínio. Frente a alguns destes agentes, o capital relevante será o de natureza financeiro, para outros o reputacional, o simbólico, político, etc. O que é importante destacar neste momento é que a racionalidade empresarial deve estar concentrada no desenvolvimento de suas equações do agir aos valores, interesses, representações e expectativas destes agentes na finalidade de estabelecer ações que sejam adequadas a capitalizar a empresa relativamente às demandas de cada uma destas partes interessadas.

Fica evidenciada a importância que assumem as comunidades locais como parte interessada nos relatórios da empresa. A frequência desproporcional com que aparecem talvez possa ser explicada pelo longo histórico de problemas que a empresa teve com relação a populações indígenas, quilombolas, entre outras populações locais. A constante referência às comunidades locais nos relatórios autoriza a suposição que constituam a parte interessada com maior potencial de causar problemas ao bom andamento dos negócios. Outra observação importante relativa a esta parte interessada é o aumento de 66,42% de parágrafos a elas relacionados do relatório de 2006 para o de 2007.

Cabe observar, nesse sentido, que o ano de 2006 foi o ano de maior agravamento do conflito da empresa com comunidades indígenas do Espírito Santo, quando ocorreram invasões em propriedades da empresa e a destruição de 170 hectares de plantios de eucalipto. No ano de 2007, foi posto fim a esta disputa com a cessão de 11 mil hectares da empresa para estas comunidades. De forma que, possivelmente, o impacto deste problema de relacionamento com comunidades locais possa ter influenciado na elaboração dos relatórios subsequentes, aumentando a atenção a elas dispensada.

Na sequência, como partes interessadas mais frequentes nos relatórios obteve-se, pela contagem, ONGs e clientes. A importância que estes assumem, juntamente com as comunidades locais, enquanto agentes do campo socioambiental, reflete-se na própria elaboração das estratégias e ações da empresa, na constituição de sua racionalidade empresarial. Como fica constatado na resposta à questão 3: “Do ponto de vista da competitividade à qual a empresa se vê obrigada a ajustar-se, qual (ais) o(s) público(s)

(consumidor, político, ONG's, Ministério Público, empresas concorrentes, comunidades) que mais tem gerado estímulos para a reorganização das políticas e estratégias da empresa? Por quê?”

A resposta que se obteve foi:

Consumidores, comunidades e ONG's. Porque a ação desses atores, de forma individual e por meio de redes locais e globais, pode influenciar as licenças legais e sociais para operar, o acesso ao capital, a posição no mercado, a imagem e a reputação da empresa.

Observa-se aí a interferência dos agentes mais relevantes do campo na gestão da empresa, pela via da competitividade. A empresa deve organizar a gestão em função de determinados agentes do campo que se tornam estratégicos, pois, através de suas ações, podem vir a afetar a sua competitividade de maneira ampla seja no acesso ao capital, na participação no mercado, no aspecto legal, seja mesmo em relação a aspectos imateriais como imagem e reputação. De forma que, no interesse de atender a imperativos de ordem econômica – da sua competitividade no mercado –, a empresa vê-se constrangida a organizar sua gestão em função de determinados públicos externos. Torna-se relevante, portanto, para a compreensão da racionalidade da empresa sua relação com os outros agentes que coabitam o campo socioambiental. Pois, como se pode depreender da resposta da questão referida, a empresa encontra-se imbricada numa teia de causas e efeitos, composta por diversos agentes sociais que configuram um ambiente de negócios complexo, onde a empresa não ocupa uma posição preponderante, mas mantém relações de interdependência com determinados públicos. Uma elaboração equivocada de estratégias e ações dentro deste campo, fruto de uma racionalidade falha, pode repercutir negativamente sobre o andamento dos negócios.

4.3.2- A empresa e as comunidades locais

No nosso esquema de campo social, as comunidades locais aparecem como agente mais importante frente ao qual a empresa será constrangida a adotar ações com vistas a capitalizar sua imagem. Passaremos agora a destacar, a partir de elementos discursivos levantados dos relatórios anuais de sustentabilidade da empresa, a sua visão sobre esta parte interessada, procurando representações, valores, interesses e objetivos que concebe relativos àquela. Num segundo momento, iremos descrever, em linhas gerais, as ações concretas implementadas pela empresa na relação com as comunidades circundantes. Nos tópicos

seguintes, abordaremos as representações da empresa relativamente aos outros agentes do campo.

Para iniciar a abordagem das representações da empresa para com as comunidades, cabe destacar a afirmação de que seu relacionamento com as partes interessadas tradicionais – que identifica como clientes, acionistas, empregados e fornecedores – tem sido marcado por um alto grau de confiança mútua, mas no caso do relacionamento com comunidades, apesar de se pautar pelos mesmos padrões, há espaços para melhorias (ARACRUZ, 2007). A empresa admite que

Apesar de mantermos boas relações com a maioria das comunidades em que estamos presentes, há questões sensíveis que estamos tentando solucionar em benefício de todas as partes. A complexidade de algumas dessas questões, associada ao contexto político do País, requer de todas as partes envolvidas um grande esforço para sua solução (ARACRUZ, 2006, p. 81).

Em outras passagens, a empresa igualmente reforça a “necessidade de intensificar o relacionamento com estas partes interessadas” (ARACRUZ, 2006, p. 4), assim como “aprimorar e aprofundar nosso relacionamento com um importante e amplo grupo de partes interessadas” (ARACRUZ, 2008, p. 9). Nesse intuito, apresenta como meta para 2009 iniciar um novo modelo de diálogo com as comunidades vizinhas aos seus plantios florestais. A empresa admite que, na sua trajetória futura, “deverão estar cada vez mais presentes e ser objeto de ainda maior atenção todas as questões ligadas à nossa inserção na sociedade” (ARACRUZ, 2006, p. 5).

Em relação às comunidades quilombolas e aos carvoeiros, a empresa identifica que a origem dos problemas que se estabeleceram entre eles está no estado de carência em que vivem estas comunidades que “precisa começar a ser revertido, através da aplicação de políticas públicas efetivas, em geral ausentes nessas regiões” (ARACRUZ, 2007, s.p.) e por meio de “projetos de geração de renda que criem um ambiente propício ao desenvolvimento das comunidades sem desrespeito à lei.” (ARACRUZ, 2007, s.p.). Perante tais comunidades, a empresa afirma ter procurado, independente do andamento das ações judiciais a elas relativas, “aprofundar seu relacionamento com essas comunidades em busca de formas que possam ajudá-las a melhorar suas condições de vida” (ARACRUZ, 2007, p. 86). Nota-se, portanto, que a empresa identifica, na origem do quadro de incerteza e conflito, no relacionamento com essa parte interessada a precariedade de suas condições de vida. Dessa forma, ações no sentido da mitigação da pobreza destas comunidades podem redundar em maior segurança jurídica para as operações da empresa.

No que diz respeito ao relacionamento com comunidades indígenas, identificada pela empresa como a questão mais crítica enfrentada por ela no ano de 2006, a Aracruz “considera o entendimento como uma solução sustentável, que busca o equilíbrio entre os diversos interesses das partes envolvidas” (ARACRUZ, 2007, p. 80), destacando que o que procura na sua relação com estas comunidades é a segurança jurídica de que a propriedade de suas terras não será contestada. O tipo de relação – que considera complexa – que pretende estabelecer com estas comunidades seria a do tipo que “tenha como premissas a definição clara dos direitos legais das partes envolvidas e o diálogo tendo em vista uma conveniência harmoniosa e de longo prazo” (ARACRUZ, 2006, p. 4).

É importante destacar, no que diz respeito à questão das comunidades indígenas, a seguinte afirmação da empresa:

O enfrentamento desse conflito reforçou internamente a necessidade de intensificarmos o relacionamento com as partes interessadas e aumentarmos a transparência no nosso processo de comunicação. Com esse objetivo, entre outras medidas, reformulamos nosso portal na Internet e reforçamos a divulgação de nosso posicionamento sobre questões importantes como biodiversidade, mudanças climáticas, certificação florestal e uso de defensivos agrícolas, além da própria questão indígena (ARACRUZ, 2006, p. 4).

Constata-se, portanto, que, nesse caso, o conflito surge como um incentivo no sentido da busca por maior contato com as partes interessadas, bem como para busca de maior transparência nas suas atividades. Pode-se compreender essa situação como uma iniciativa defensiva de duplo propósito. Primeiro, ao buscar maior proximidade com as partes interessadas, a empresa pode obter mais informação sobre estas e antecipar as fontes potenciais de atrito, bem como o relacionamento mais intenso é um indicativo da disposição da empresa em contemplar os interesses das outras partes, gerando assim confiança e estabilidade nas relações recíprocas. Segundo, os conflitos de grande visibilidade acarretam em exposição da imagem da empresa, atraindo a atenção sobre as suas atividades. É do interesse da empresa, portanto, no sentido de evitar ou mitigar a propagação de uma imagem negativa, adotar uma postura transparente quanto às suas atividades, implicações sociais e ambientais. O esforço da empresa em deixar “às claras” suas operações e relações, mesmo as que se demonstram problemáticas, pode infundir no mercado confiança ao indicar boa fé e franqueza da parte da empresa.

A repercussão do relacionamento da empresa com as comunidades indígenas tem influência direta e extensa nas suas estratégias de mercado, como no caso da obtenção da certificação do FSC, importante na sua inserção dentro de mercados consumidores exigentes e

vigilantes quanto ao respeito às questões socioambientais, como se pode depreender da seguinte passagem:

A Empresa solicitou, em junho, o cancelamento da certificação pelo FSC das florestas da Unidade Guaíba (RS), que fora obtida antes da compra dessa unidade. A decisão levou em conta preocupações manifestadas ao FSC por algumas partes interessadas, a respeito da disputa de terras entre a Aracruz e comunidades indígenas no Estado do Espírito Santo, localizadas a mais de 2 mil Km da unidade de Guaíba. (ARACRUZ, 2006, p. 45)

Neste episódio, a empresa adotou uma estratégia defensiva ao abrir mão da certificação obtida por conta do risco de tê-la cancelada em função de problemas de relacionamento com as comunidades indígenas. A busca pela certificação do FSC permanece até seu último relatório como uma meta a ser atingida.

Este é um exemplo de como um problema local pode assumir implicações amplas nas estratégias globais de negócios da empresa. O rigor desta certificação quanto à contestação judicial da empresa gera um constrangimento importante no sentido do bom relacionamento dela com as partes interessadas da esfera próxima. Um problema de relacionamento local, circunscrito às suas propriedades, no Espírito Santo, repercutiu na gestão dos negócios no Rio Grande do Sul, não relacionados com o episódio, repercutindo, enfim, sobre o próprio objetivo de busca pela certificação que se enquadra como uma estratégia global da empresa, visando sua inserção nos mercados consumidores.

A empresa também afirma, com relação a estas comunidades, que está desafiada, doravante, a construir junto a elas “um modelo de relacionamento diferente do passado, que era pautado pela polarização e pelo paternalismo, envolvendo no processo outros atores que possam contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades” (ARACRUZ, 2008, p. 40). A empresa apela, portanto, nesta questão, a um discurso pautado tanto pelo respeito ao marco da legalidade, quanto a um esforço no sentido do concerto de interesses buscado pela intensificação do diálogo com estas comunidades. A busca pela solução viável no longo prazo fica também evidenciada. O respeito ao marco da legalidade é invocado, ainda, quando falha a estratégia do acerto por meio do diálogo, como ficou demonstrado no episódio envolvendo a invasão de suas terras por comunidades indígenas, do Espírito Santo:

A Aracruz respeita as comunidades indígenas, a quem reconhece como uma importante parte interessada, e está empenhada em buscar uma solução estável para essa disputa que tenha como premissas a segurança jurídica e o entendimento entre as partes. Uma vez que falharam as tentativas de resolver o conflito por meio do diálogo, a Empresa acredita que os instrumentos legais são o único caminho legítimo para que uma solução justa seja alcançada. (ARACRUZ, 2006, p. 83).

Outro ponto que se destaca no discurso da empresa é que seu relacionamento com as comunidades locais não atingiu um patamar ideal, tornando necessário um esforço contínuo na melhoria desta relação. A empresa admite que “as nossas ações sociais, apesar de gerarem benefícios nas regiões de atuação da Aracruz, poderiam ser mais efetivas na promoção do desenvolvimento social para as comunidades” (ARACRUZ, 2006, p. 30).

Desse modo, identifica como um objetivo rever o modelo de relacionamento e implementar processos de engajamento com comunidades selecionadas (ARACRUZ, 2007). Uma vez que considera necessário redefinir o papel da empresa nas comunidades onde se concentra sua atividade produtiva (ARACRUZ, 2006).

Nesse sentido que a empresa afirma que, durante o ano de 2008, avançou na “construção de um modelo de diálogo e engajamento com as comunidades vizinhas que leva em consideração as características e demandas próprias de cada região e a forma como nossas atividades afetam suas realidades” (ARACRUZ, 2008, p. 14).

Esta reorientação relativa ao relacionamento da empresa com as comunidades deverá ser feita na intenção de “corrigir e aperfeiçoar nosso estilo de relacionamento, substituindo ações assistencialistas por projetos sustentáveis, que busquem a convergência das necessidades das comunidades com as competências da empresa, especialmente na área florestal” (ARACRUZ, 2008, p.14)

Nota-se, portanto, que uma noção de sustentabilidade deve pautar a gestão da inserção da empresa nas comunidades afetadas por suas atividades, pois a empresa adota como uma orientação geral da ação nesse âmbito o compromisso, segundo o qual “A Aracruz cresce e faz crescer as comunidades com as quais desenvolve seu negócio” (ARACRUZ, 2007, p.1). Alega pautar-se por uma visão de sustentabilidade na qual as comunidades vizinhas são consideradas como parceiras nos negócios (ARACRUZ, 2008).

A preocupação por desenvolver formas de engajamento torna-se, portanto, parte integrante da busca da empresa por uma gestão sustentável e, na evolução desta busca, considera como elemento importante do processo “ampliar nossa capacidade de ouvir, uma vez que sabemos que é apenas incorporando o máximo de percepções externas que poderemos conceber compartilhadamente um negócio que gera ganho para todos” (ARACRUZ, 2008, p. 34).

O engajamento com comunidades é considerado pela empresa como uma decorrência do aumento das pressões e dos desafios do ambiente dos negócios que sinalizam à empresa a necessidade de melhor estruturar sua relação com as partes interessadas. No exercício de seu compromisso com a sustentabilidade, tem observado que este vem sendo acompanhado por

uma crescente vigilância e cobrança por parte da sociedade de maior responsabilidade das empresas com o bem estar das comunidades (ARACRUZ, 2007).

A estratégia de crescimento sustentável da empresa comporta a gestão de ativos intangíveis vinculados aos seus relacionamentos sociais. Neste sentido, estes ativos podem ser considerados uma forma de capitalização de sua imagem junto às comunidades locais. Um capital de natureza intangível que, contudo, poder ser revertido, idealmente, em retorno concreto para seus negócios. Esta posição ajuda a compreender por que sua inserção junto às comunidades é vista sob a ótica de um investimento, um “investimento de longo prazo, que deverá apresentar resultados positivos dentro de alguns anos” (ARACRUZ, 2008, p.33).

A empresa afirma que um relacionamento transparente com as comunidades, aliado ao rigor no trato das questões ambientais, é parte de sua "licença social" para operar e, portanto, tão importante quanto a confiança de seus empregados, acionistas, clientes e fornecedores (ARACRUZ, 2006). Admitindo que a empresa utilize o termo numa analogia à licença ambiental, seu significado seria, presumivelmente, a necessidade do aval das comunidades envolvidas para que um empreendimento que as afetará possa ser realizado mediante um processo de discussão transparente, no qual elas serão ouvidas e atendidas nas suas demandas. Nota-se, também, na afirmação da empresa, a necessidade que a ela admite em infundir confiança em todos os seus públicos para poder operar.

Como objetivo para 2009, a empresa pretende implantar um novo modelo de relacionamento com as comunidades vizinhas, baseado em três eixos principais:

- Diálogo operacional: realizado de forma estruturada com comunidades vizinhas e, de alguma forma, afetadas pelas operações florestais da Empresa. O principal objetivo é discutir e listar ações a serem tomadas em caso de impactos positivos ou negativos advindos dessas operações.
- Agenda presencial: representante da Empresa (profissional selecionado nos escritórios regionais) vivencia a realidade local através da aproximação e presença constante nas comunidades. A presença física facilita a acessibilidade da empresa nas comunidades e vice-versa.
- Engajamento: relacionamento estruturado de maior profundidade que estabelece a Empresa como parceira no desenvolvimento local. Orientado inicialmente para comunidades consideradas de alta prioridade para o relacionamento. (ARACRUZ, 2008, p. 33).

Este novo modelo de relacionamento faz transparecer a preocupação da empresa em reduzir a complexidade e a imprevisibilidade inerente à sua inserção nas comunidades afetadas por meio de maior contato com estas. Para tanto, a troca de informação e a aproximação efetiva servem tanto ao propósito de reunir maior quantidade de informação relevante para a empresa, orientando com mais precisão suas estratégias, como para a geração

de confiança – materializada na intenção de promover engajamento – necessária para estabilização das relações e, conseqüente, dilatação do horizonte de previsão da empresa.

A busca do diálogo comporta outra dimensão além da aquisição de informação relevante sobre as partes interessadas, aquela que incide na direção oposta, a de fornecer informação relevante relativa à empresa para as comunidades. Pois a vantagem da empresa advém da situação em que está corretamente informada, dos seus públicos externos, como também, quando a estes é fornecida informação apropriada relativa à empresa:

Entre os aprendizados obtidos, podemos destacar; a percepção de que as comunidades, quando devidamente informadas da intenção da Empresa, se dispõem a estabelecer um diálogo franco, sem trazer demandas impossíveis. (ARACRUZ, 2006, p. 76).

A preocupação que se observa por parte da empresa em estabelecer formas de engajamento constitui um desafio à sua racionalidade, pois os projetos de inserção nas comunidades, como vimos, devem demonstrar-se efetivos (pois, como vimos, tratam-se de investimentos de tempo e dinheiro) e, para tanto, exigem um esforço de monitoramento social que deve ser prévio ao estabelecimento destes projetos. Assim, a empresa afirma que “A partir de um mapeamento das partes interessadas, buscou-se compreender a forma como a Empresa relaciona-se com elas e identificar oportunidades para um engajamento mais efetivo.”. O que pode ser comprometido pela falta de pessoal adequado dentro dos quadros da empresa para execução desta tarefa a contento, pois a empresa admite como um dos aprendizados que obteve no seu esforço por alcançar engajamento efetivo com as partes interessadas “a necessidade de treinamento do pessoal interno” (ARACRUZ, 2006, p. 76).

A necessidade de estabelecer canais eficientes de comunicação e entendimento entre empresa e comunidades parece constituir uma dificuldade gerencial para a empresa, pois admite que “a necessidade de assegurar linhas de comunicação e apoio entre a alta gerência e as equipes de engajamento, para que as questões discutidas sejam consideradas no processo decisório.” (ARACRUZ, 2006, p. 76). Trata-se, pois, de um dos desafios decorrentes da adoção da noção de sustentabilidade socioambiental corporativa, que amplia o leque de atores sociais contemplados nas equações do agir da empresa para além dos tradicionais com quem a empresa capitalista tipicamente se relaciona. A questão assume, portanto, o aspecto de um aprendizado onde a componente comunitária passa a constituir um estímulo para uma nova racionalidade da ação empresarial.

A busca pelo bom relacionamento com comunidades tem fomentado não somente a busca por novas formas de diálogo e engajamento, mas também a revisão de aspectos ligados à esfera da produção:

Também foram revistos os processos e estabelecidas iniciativas para a prevenção e mitigação desses impactos negativos, criando melhores condições para o bom relacionamento entre a Aracruz e seus vizinhos. (ARACRUZ, 2008, p. 50).

Constata-se, portanto, que a preocupação da empresa com as comunidades circundantes apresenta-se como um elemento de influência ampla na conformação da racionalidade da empresa, suscitando transformações tanto na esfera da governança, quanto na esfera técnica.

A empresa no seu relacionamento com estas partes interessadas busca a geração de confiança por meio do diálogo e do engajamento, de demonstrar comprometimento com os interesses por elas manifestados. Tais ações visam estabilizar o contexto social onde se insere, numa estratégia de gestão de riscos, riscos sociais, que podem influir negativamente nos seus negócios.

4.3.2.1- Ações sociais da empresa

A empresa declara em seus relatórios o montante despendido com ações sociais anualmente, utilizando o termo de “investimentos sociais”. Assim, em 2006, foram gastos R\$ 16,8 milhões de reais, em 2007, 12,3 milhões e, em 2008, 19,5 milhões em ações desta natureza.

No que se refere às ações efetivas da empresa para com as comunidades vizinhas, a Aracruz parte do diagnóstico de que “opera em regiões cuja população, independente de sua origem, enfrenta inúmeras carências. Buscando melhorar esse quadro, promove ações que estimulem a geração de empregos e renda” (ARACRUZ, 2006, p. 86). A sua visão de desenvolvimento comunitário, igualmente, identifica as comunidades carentes como prioritárias. E, dentro de sua ideia de sustentabilidade, as ações destinadas a promover a melhoria das condições dessas populações deverão partir da promoção do fortalecimento de seu capital humano, social e econômico (ARACRUZ, 2007). Nesta finalidade, a empresa tem priorizado nos programas sociais por ela desenvolvidos as ações voltadas à educação, capacitação profissional, saúde preventiva, segurança alimentar, arranjos produtivos locais, inclusão social, cultura, lazer e esportes.

Apesar de conceber suas ações neste âmbito, em linhas gerais estabelecidas, a empresa admite que o diagnóstico dessas ações demonstrou a necessidade de investir de maneira mais estratégica, a partir de um processo de planejamento com focos de atuação mais claros, capazes de garantir uma maior sinergia entre as ações. Além disso, os resultados esperados de cada investimento também devem ser mais claros, para facilitar a avaliação dos resultados e permitir mais flexibilidade na alocação dos recursos. (ARACRUZ, 2007).

Essa avaliação da empresa de suas ações comunitárias revela por um lado, a complexidade da variável comunitária no equacionamento de suas ações, que, assim como no seu relacionamento com as comunidades, deve passar por um processo de ajuste. Como fica evidenciado na passagem acima, a empresa considera seus projetos comunitários como investimentos e, como tal, devem acarretar em retorno para ela em função do capital investido. O retorno aqui não é considerado somente em termos econômicos, mas também na forma de outros tipos de capital, como reputacional e simbólico (o que não impede que estes possam converter-se, noutro momento, em vantagens econômicas). Mas a lógica que transparece é, todavia, a econômica, pois, se o tipo de retorno esperado não seja, obrigatoriamente, imediatamente financeiro, a despesa com a implementação de seus projetos sociais sem dúvida o é.

4.3.3- A empresa e as ONGs

A empresa situa a relação que mantém com as ONGs dentro da estratégia de “promover por meio do engajamento, o aprimoramento do relacionamento da Empresa com as partes interessadas em nossas atividades”. (ARACRUZ, 2008, p. 74). Para tanto, participa de diálogos e fóruns de organizações não governamentais tanto no Brasil, como no exterior, além de trabalhar em parceria com algumas. Alega “esforçar-se para: aperfeiçoar continuamente seu relacionamento com ONGs, institutos, lideranças e comunidades”. (ARACRUZ, 2008, p.11). Pois a empresa reconhece, como foi visto em passagem citada anteriormente, que as ONGs estão entre as partes interessadas com as quais existe espaço para melhoria no seu relacionamento. Para tanto, almeja sistematicamente promover fóruns com ONGs e lideranças comunitárias (ARACRUZ, 2007, p. 71).

Percebe-se que, apesar do alegado esforço contínuo de manter diálogo com estas organizações, houve momentos de distanciamento com estas partes interessadas. Foi o caso relatado no relatório de 2006 em que a empresa admite ter interrompido o diálogo com ONGs do Rio Grande do Sul após a invasão e a depredação de um dos seus hortos florestais no

Estado. Ação que foi promovida pelo movimento social Via Campesina, que justificou a ação como forma de defesa da biodiversidade da região. Contudo, neste mesmo relatório, a empresa afirma “esperar retomar esse diálogo em 2007, buscando estendê-lo às demais empresas atuantes na região” (ARACRUZ, 2006, p. 79).

A maneira como a empresa relaciona-se com estas organizações é através de fóruns de discussão, em nível regional, nacional e internacional, no qual tem como interlocutoras ONGs sociais e ambientais, com as quais tem dado “continuidade ao esforço de aproximação” (ARACRUZ, 2007, p. 7), além de outras empresas do setor. O diálogo que a empresa tem mantido com as organizações, conforme alega, resultara no estabelecimento de diretrizes de ação (por vezes materializados em documentos) para a empresa e ONGs, incorporação destas diretrizes nas ações empresariais, compromissos firmados, criação de grupos de trabalho para acompanhar determinadas atividades e questões relevantes, especialmente de cunho ambiental. A participação da empresa neste tipo de iniciativa é vista como prioritária em suas estratégias de relacionamento com partes interessadas, pois afirma que “o apoio à articulação dos fóruns regionais será uma das principais estratégias do diálogo para os próximos anos” (ARACRUZ, 2008, p. 75).

A empresa também destaca sua participação no fórum internacional The Forests Dialogue (TFD), que é composto por ONGs ambientais, sociais, institutos de pesquisa, empresas florestais de diversas regiões do mundo e no World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), onde participam instituições financeiras.

Na relação de temas abordados nestes fóruns, destaca-se a proeminência das temáticas relacionadas ao meio ambiente e especialmente à Mata Atlântica, que parece ser um assunto que mobiliza mais intensamente a sociedade civil organizada. O empenho da empresa na participação de fóruns temáticos ressalta a sua opção estratégica pelo diálogo ativo entre as diferentes partes interessadas em torno de questões sensíveis. Neste processo, a empresa tem oportunidade tanto de expor suas posições, quanto conhecer aquelas dos seus interlocutores.

Aqui, novamente, a empresa tem a oportunidade de conhecer potenciais pontos de atrito – valiosos para definir estratégias de antecipação de conflitos –, como também de demonstrar sua disposição para o diálogo e o acerto, fundamentais numa estratégia de geração de confiança junto aos demais públicos com os quais interage.

4.3.4- A empresa e a comunidade financeira

A empresa dá destaque nos relatórios ao reconhecimento da comunidade financeira, relativo à sua gestão orientada para a sustentabilidade, pela sua participação nos índices de sustentabilidade de bolsas de valor, como naqueles elaborados pela Dow Jones (DJSI), pela Bovespa (ISE), bem como pelas melhorias obtidas nos seus *ratings* pelas agências de classificação de risco (ARACRUZ, 2007). Os índices de sustentabilidade corporativa servem para orientar os investidores a respeito das empresas que são capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por aproveitar oportunidades de negócios e, também, gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. Ou seja, o índice leva em conta não apenas a desempenho financeiro, mas principalmente a qualidade da gestão da empresa, que deve integrar o valor econômico à transparência, governança corporativa, responsabilidade social e ambiental como forma de sustentabilidade no longo prazo. Trata-se, pois, de ferramentas para orientar os investidores na procura de investimentos de menor risco.

Os referidos índices de sustentabilidade corporativa e as agências de classificação de risco não são outra coisa que maneiras de transmitir confiança aos investidores. A gestão socioambiental da empresa parte de uma ação orientada na realidade próxima: bom relacionamento com comunidades vizinhas, cumprimento da legislação ambiental, manejo ambientalmente correto dos seus plantios, visando afetar a esfera distante do mercado financeiro que dispõe de instrumentos como estes índices que são capazes de captar as informações oriundas de aspectos desta esfera próxima e projetá-las à distância, para orientar o mercado global de capitais. A obtenção de uma boa posição ou simplesmente a inclusão da empresa nestes índices contribuem na ótica da empresa para “reduzir o custo de capital da Aracruz no médio prazo e aumentar seu valor de mercado” (ARACRUZ, 2006, p. 3).

A empresa destaca, também, que “A equipe de Relações com Investidores da Aracruz interage continuamente com os participantes do mercado por diversos canais (...) que possibilitam a obtenção de informações históricas do desempenho econômico/financeiro” (ARACRUZ, 2007, p. 8). Além de atender os investidores por meio de reuniões, conferências, telefonemas, correspondência e, também, visitas que promove às suas unidades para profissionais do mercado de capitais (ARACRUZ, 2006, 2007), onde a “maioria dos contatos buscou mais esclarecimentos sobre as atuais condições de mercado e suas tendências, sobre os resultados da Empresa, seus planos de investimentos e dividendos” (ARACRUZ, 2006, p. 79). Aqui, observa-se, novamente, a preocupação da empresa em fornecer informações às partes interessadas, no sentido de gerar confiança e que a informação demandada por este público limita-se a aspectos mercadológicos e de gestão financeira.

No entanto, a crise financeira internacional, ocorrida em 2008, abalou fortemente os negócios da companhia e sua imagem perante a comunidade financeira. Os grandes prejuízos sofridos pela empresa foram considerados, por alguns segmentos da mídia, como “decorrentes de apostas erradas feitas com o câmbio” (ZERO HORA, 16 de dez. 2009, p.26). A empresa atribuiu seus prejuízos à “conjuntura adversa deflagrada pelo colapso de crédito e liquidez nos Estados Unidos, que provocou deterioração de ativos, retração do consumo e dos investimentos produtivos em escala global” (ARACRUZ, 2009, p. 8). De qualquer forma, sua imagem junto à comunidade financeira foi bastante comprometida em função destes prejuízos, pois, em 2009, a empresa não mais figura nos índices de sustentabilidade corporativa da Bovespa.

4.3.5- A empresa e seus fornecedores e clientes

Diferentemente da situação alegada pela empresa em relação às comunidades, fornecedores e clientes são considerados partes interessadas, com as quais mantêm relações marcadas por elevado grau de confiança mútua. Tratam, pois, de públicos externos tradicionais à empresa capitalista, desde sempre componentes do contexto da atividade. Presume-se, portanto, que não devem representar grandes desafios à racionalidade da empresa, pois esta já incorporaria de longa data tais variáveis em suas equações do agir. A relação da empresa com estes públicos externos, em linhas gerais, se daria dentro dos moldes do agir econômico tradicional. Mas esta afirmação encobre algumas complexidades.

O novo ambiente de negócios constrange, no falar da empresa, que ela se ajuste a novas demandas dos clientes, diversas das demandas típicas como preço e qualidade. Preocupações de ordem social e ambiental estão disseminadas em alguns segmentos da clientela. Especialmente em relação a produtos que provêm de matéria-prima de base florestal, de atividades de alto impacto ambiental e social. Outro ponto a considerar é a legislação, que vem tornando-se progressivamente mais atenta a estas questões. A situação se torna ainda mais complicada na medida em que o mercado consumidor de uma empresa concentra-se em países cuja consciência socioambiental é elevada.

Esta situação reflete-se na relação da empresa com seus fornecedores:

Competência e especialização em suas áreas de atuação são alguns dos critérios adotados pela Aracruz na seleção de fornecedores. A Empresa exige ainda, por meio de cláusulas contratuais, o respeito às questões ambientais e sociais, com ênfase no total cumprimento da legislação trabalhista, incluindo a proibição de qualquer forma de trabalho infantil ou escravo. (ARACRUZ, 2008, p. 45).

Nessa passagem ficam evidenciadas as preocupações da empresa relativas aos fornecedores de cunho técnico (competência e especialização), bem como outras ligadas a aspectos sociais e ambientais que podem vir a afetar a imagem da empresa direta ou indiretamente. À medida que o público consumidor e a legislação passam a incorporar estes aspectos, a racionalidade empresarial não pode negligenciá-los, sob pena de impactar negativamente os negócios. Nesse sentido, compreende-se a definição de alguns objetivos da empresa, como o de engajar fornecedores em programas, como o de combate a exploração sexual infantil nas rodovias brasileiras (ARACRUZ, 2007).

Além destes aspectos, a orientação da empresa pela busca da sustentabilidade social também incide sobre sua política de relacionamento com fornecedores, pois a empresa afirma que “ao privilegiar a contratação de fornecedores locais, a Aracruz estimula a formação de uma cadeia de geração de valor que se estende às comunidades onde atua”. (ARACRUZ, 2007, p. 59). Reconhecendo que esta iniciativa “tem se mostrado eficaz na formação de uma cadeia de fornecimento confiável para as empresas” (ARACRUZ, 2007, p. 59). Portanto, seria uma alternativa que se enquadraria dentro da estratégia da busca pelo concerto de interesses, gerando dividendos para ambas as partes.

Nesse tipo de estratégia, no entanto, a racionalidade econômica permanece dominante, a contemplação de interesses dos públicos externos é subalterna à lógica do retorno para a empresa, pois:

O baixo custo de produção depende também dos nossos fornecedores. Contratos de longo prazo e esforços continuados para o desenvolvimento de fornecedores locais nas regiões em que operamos são fundamentais para obter condições mais vantajosas para a Empresa, para seus parceiros e para as comunidades locais. (ARACRUZ, 2006, p.12).

Percebe-se, portanto, que mesmo decisões típicas do ambiente corporativo, como a escolha dos fornecedores, passam a ter seu escopo ampliado dentro da lógica da sustentabilidade corporativa. Outrossim, o contexto de atividade da empresa a torna suscetível de ter sua imagem afetada pelo comportamento dos seus fornecedores, exigindo rigor dela na escolha destes, a fim de preservar sua reputação. A preservação ou a melhoria da imagem pode ser alcançada por uma via negativa: evitando fornecedores que possam prejudicá-la. Ou por uma via positiva, pela iniciativa da prioridade na escolha de fornecedores locais que contribuam para a inserção da empresa nas comunidades onde realiza suas atividades, melhorando sua imagem.

No que diz respeito à atenção à clientela, a empresa declara sua estratégia nestes termos:

Valorizamos relacionamentos de longo prazo:
• oferecendo produtos que atendam às necessidades

dos clientes;

- garantindo a segurança dos produtos e a confiabilidade no seu fornecimento;
- investindo em desenvolvimento de produtos. (ARACRUZ, 2006, p. 20).

Observa-se que a empresa mantém estratégias tradicionais de geração de vantagem competitiva, como investimento na qualidade dos produtos, fidelização da clientela, regularidade no fornecimento, etc. Contudo, como ocorre em relação ao seu relacionamento com fornecedores, novas variáveis começam a incidir. A empresa dá destaque a certificações ambientais obtidas no sentido de tornar seus produtos atraentes no mercado (ARACRUZ, 2006, 2007, 2008), reflexo de uma sensibilização do mesmo relativamente às questões ambientais. A obtenção de certificações ambientais torna-se estratégica para a inserção de seus produtos em determinados mercados, pois a empresa entende que:

Nossos clientes utilizam a celulose da Aracruz para fabricar produtos de papel que estão presentes no dia-a-dia de milhões de consumidores, os quais estão cada vez mais conscientes da importância de altos padrões de desempenho ambiental e social ao longo de toda a cadeia produtiva (ARACRUZ, 2006, p. 12).

Pelo que demonstram os relatórios, as ações da empresa no sentido da satisfação da clientela parecem ser efetivas: “Realizamos nova pesquisa do nível de satisfação de nossos clientes, uma avaliação coordenada por consultoria especializada, cujos resultados apontaram alto nível de satisfação com os produtos e serviços oferecidos pela Aracruz.” (ARACRUZ, 2007, p. 32). E a satisfação da clientela esta mais diretamente ligada aos aspectos tradicionais de geração de vantagem competitiva:

A pesquisa avaliou a qualidade da celulose e dos serviços técnicos e logísticos prestados, além de aspectos comerciais e corporativos, como o relacionamento da Aracruz com as diversas partes interessadas. Os fatores que mais contribuíram para o ótimo resultado foram os relacionados à qualidade da celulose (uniformidade, limpeza e alvura) e dos serviços (logísticos, vendas e assistência técnica), além de aspectos corporativos vinculados à imagem da Empresa (confiabilidade, garantia de suprimento, comunicação e relacionamento de longo prazo). (ARACRUZ, 2007, p.32).

A importância dos aspectos ligados à gestão socioambiental para geração de satisfação na clientela estariam diluídos no que concerne à imagem da empresa, ainda que não diretamente relacionados. Na passagem acima, a empresa destaca como fatores incidentes na construção de uma imagem positiva aspectos tradicionais na relação empresa/cliente. Esta observação é importante, pois pode indicar que a clientela da empresa não seja tão exigente quanto à observação de parâmetros socioambientais.

Nesse sentido, cabe observar que o mercado chinês tem sido o que mais cresce no volume de compras dos produtos da Aracruz, podendo constituir o seu maior mercado consumidor no curto prazo. Este mercado não apresenta as mesmas exigências que o mercado

consumidor europeu a respeito da observância dos aspectos socioambientais. Outro ponto a ressaltar é que, no relatório de 2008, a empresa declara que o mercado norte-americano ultrapassou o europeu como seu maior comprador, sendo o consumidor deste mercado menos sensível que o europeu a questões socioambientais.

É uma situação a ser observada no futuro se a substituição do mercado consumidor europeu, como principal destinação da produção da empresa por outros mercados menos exigentes a aspectos socioambientais, irá influenciar as estratégias da empresa. Até o relatório de 2008, esta declara sua intenção de obter a dupla certificação ambiental na totalidade de seus plantios, indicando a obtenção da certificação do FSC como uma meta. É possível que mudanças no perfil de seu mercado consumidor possam interferir na consecução desta meta.

Contudo, a empresa tem-se mantido atenta à repercussão que os problemas de ordem social, decorrentes de suas atividades, possam vir a ter sobre sua clientela:

Durante o ano alguns de nossos clientes no exterior receberam pressões de ONGs, relativas à disputa de terras com os índios no Espírito Santo. A Aracruz manteve seus clientes atualizados sobre a evolução do assunto, por intermédio do portal na Internet, do informativo *Aracruz News* e de contatos pessoais. Os clientes manifestaram confiança na forma como a Aracruz vem gerenciando a disputa, na busca de uma solução juridicamente segura e estável. (ARACRUZ, 2006, p. 41).

Aqui, novamente, a empresa apela para a estratégia da comunicação e transparência para gerar confiança nos seus públicos externos nos momentos de contestação de suas atividades. Esta passagem é também indicativa de um mercado consumidor sensível às repercussões sociais da atividade capitalista. Nestes mercados, onde o Terceiro Setor organizado demonstra-se vigilante sobre as condições sociais da produção é presumível que o desempenho socioambiental de uma empresa reflita diretamente no seu desempenho financeiro e mesmo no acesso ao mercado consumidor. Tais contextos de atividade tornam elementos discursivos da empresa, como a alegada meta de:

(...) maior atenção a todas as questões ligadas à nossa inserção na sociedade, à nossa licença social para operar e ao futuro do empreendimento como fonte sustentável de riquezas, proteção ambiental e qualidade de vida. (ARACEUZ, 2006, p. 5)

Críveis para além de mero artifício retórico. A preocupação com estes aspectos torna-se uma exigência mercadológica e um imperativo a ser incorporado na racionalidade empresarial pelo viés financeiro, da rentabilidade do empreendimento, podendo mesmo ser compreendido dentro dos limites de uma racionalidade econômica egoísta, autointeressada, com vistas à sobrevivência do empreendimento no longo prazo.

4.3.6- Matriz de materialidade

Para finalizar este nível analítico, que teve como objeto a contribuição dos públicos externos à empresa para a constituição de sua racionalidade socioambiental, iremos expor brevemente uma ferramenta que a empresa passou a utilizar a partir de seu relatório anual de sustentabilidade de 2007 para perscrutar junto às partes interessadas quais as questões que consideram mais relevantes, envolvendo as atividades da Aracruz Celulose, a matriz de materialidade. O estabelecimento dessa matriz de materialidade que, segundo a empresa, servirá como “importante balizadora da prestação de contas às diversas partes interessadas” (ARACRUZ, 2007, p. 4) passa, portanto, pela necessidade de:

(...) identificar, entre as muitas e complexas questões que envolvem as operações de uma empresa como a Aracruz, quais são consideradas mais importantes para nossas partes interessadas e o impacto que têm, ou podem vir a ter, no desenvolvimento dos negócios da Companhia.(ARACRUZ, 2007, p. 4).

Sendo que a construção desta matriz permitirá ainda “identificar oportunidades para ações que se traduzam em aumento da competitividade da Empresa, contribuindo de maneira direta para a sustentabilidade do negócio” (ARACRUZ, 2007, p. 4), ela se apresenta como um importante elemento orientador do tipo de racionalidade empresarial que se pretende elucidar nesta pesquisa: aquela que incorpora elementos originários do contexto social e ambiental na elaboração das estratégias e ações de um empreendimento capitalista.

Temos, então, que no relatório de 2007, as questões relevantes levantadas pela empresa junto a suas partes interessadas que compuseram a matriz, foram as seguintes:

- comportamento ético da Companhia;
- a solução final para a questão indígena;
- o processo de certificação pelo FSC;
- os impactos econômicos regionais das atividades da Aracruz;
- o impacto dos plantios de eucalipto na biodiversidade;
- o relacionamento com as comunidades descendentes de quilombolas.

No relatório de 2008 as questões levantadas foram:

- certificação pelo FSC;
- governança corporativa;
- o impacto das plantações na biodiversidade;
- o impacto das plantações nas comunidades;
- o relacionamento com comunidades indígenas;

- o suprimento de madeira de terceiros.

Estas questões, apontadas pela empresa como “prioridades de nossas partes interessadas relacionadas ao desenvolvimento sustentável” (ARACRUZ, 2008, p. 6) foram levantadas junto aos seguintes público externos: clientes, investidores e analistas financeiros, organizações não governamentais sociais e ambientais, bem como fornecedores (ARACRUZ, 2008, p.6).

Percebe-se que estes públicos orientam sua atenção a uma agenda onde há um predomínio de questões de cunho social (a solução final para a questão indígena, os impactos econômicos regionais das atividades da Aracruz, o relacionamento com as comunidades descendentes de quilombolas, o relacionamento com comunidades indígenas, o impacto das plantações nas comunidades) sobre as questões de natureza ambiental, mercadológica e de gestão. Portanto, é razoável supor que os aspectos ligados ao impacto e à inserção da empresa na sociedade sejam basilares no estabelecimento das diretrizes de ação da empresa. Pois as preocupações manifestadas por suas partes interessadas são indicativos do tipo de problemas que potencialmente podem vir a constituir obstáculos ao bom andamento dos negócios.

Resta disto que, no caso de uma empresa como a Aracruz, devido à natureza de suas atividades, a atenção sobre as implicações destas deve recair, na visão de suas partes interessadas, especialmente sobre os aspectos sociais, exigindo empenho no estabelecimento de boas relações com comunidades, ONGs e demais componentes societários, além da adoção de medidas efetivas com vistas à mitigação dos impactos negativos de suas atividades sobre estes, sob pena de ver a busca de seus objetivos enquanto empreendimento capitalista travancada por esta ordem de problemas.

4.4- Nível 2: A empresa e sua autoimagem

Neste nível analítico, a pesquisa volta-se para a contribuição das representações que a empresa apresenta sobre si mesma enquanto tal e sobre seu ramo de atividade podem dar para a compreensão de sua racionalidade no âmbito socioambiental. Aqui, pretende-se compreender a visão que a empresa demonstra de sua realidade como empreendimento capitalista dentro do seu contexto de atividade – metas e estratégias de negócios que traça para si bem como sua visão de sustentabilidade e preceitos éticos. Numa combinação de representações relativas ao mundo dos negócios e aos imperativos de ordem social e ambiental.

Para iniciar, destacaremos os elementos declarados pela empresa como orientações gerais para o seu agir, passando posteriormente a representações mais pontuais em relação à sua visão de sustentabilidade e à sua estratégia de negócios.

4.4.1- Missão, valores e princípios

Nos seus relatórios, bem como no seu *site*, a empresa declara estes elementos nos seguintes termos, a começar por sua missão: “Ofertar produtos obtidos de forma sustentável a partir de florestas plantadas, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo dessa forma para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas”. (ARACRUZ, 2006, p.19). Observa-se que a missão declarada orienta-se pela noção de sustentabilidade corporativa com seus três requisitos de sustentabilidade e pela atenção à população. Nessa declaração, a dimensão propriamente capitalista, a do empreendimento tradicional orientado ao retorno econômico, é vinculada ao atendimento dos aspectos ligados a qualidades de vida das populações e do meio ambiente. A busca dos benefícios econômicos (terça parte do “pacote” da sustentabilidade corporativa) é relacionada (ou mesmo justificada) à contribuição que pode proporcionar à melhoria das condições de vida das pessoas. De certo modo, conforme esta declaração da empresa, a promoção da qualidade de vida das pessoas parece mesmo a missão principal da empresa, tendo por meio de consecução a oferta de produtos gerados por processos sustentáveis.

Tal posição é suavizada pela meta aludida em outras passagens de tornar a empresa um “investimento compensador para seus acionistas e a sociedade.” (ARACRUZ, 2006, p. 15). Aqui, a finalidade “clássica” de uma empresa é posta em pé de igualdade com o aspecto social. Outras passagens reiteram a proeminência do compromisso de geração de valor para seus públicos externos, relativamente aos interesses da empresa tomada isoladamente, como na passagem em que afirma que seus investimentos:

“(…) estão em linha com nossa estratégia de negócios, que prioriza o crescimento orgânico da Companhia e a aquisição de ativos como forma de, por sua vez, dar suporte ao crescimento de nossos parceiros comerciais e demais partes interessadas”. (ARACRUZ, 2007, p. 7).

Aqui, novamente, os objetivos tradicionais de um empreendimento capitalista – que poderíamos qualificar de “egoístas”- são justificados nas palavras da empresa como forma de atender aos interesses de seus públicos externos. Ou seja, a empresa, em seu discurso, apela a uma retórica em que uma dimensão altruísta perpassa suas estratégias, estabelecendo como sua missão, enquanto empresa, uma forma de compromisso entre a perseguição de seus

objetivos e o atendimento aos interesses das outras partes com quem interage. A empresa declara que este compromisso decorre da busca pela sustentabilidade do negócio e “como parte desse compromisso, a Aracruz cresce e faz crescer as comunidades com as quais desenvolve seu negócio” (ARACRUZ, 2008, p.11).

No item “Visão”, a empresa declara o seguinte: “Ser reconhecida como líder no mercado mundial de celulose” (ARACRUZ, 2006, p.19). Nessa declaração consta apenas o interesse da empresa, definido em função da sua participação no mercado. Trata-se de uma ambição tipicamente capitalista, que pode ser compreendida nos termos propostos por Bourdieu no seu modelo de campo econômico. A ambição da empresa em tornar-se líder mundial do setor pode ser traduzida nos termos da noção de campo deste autor em tornar-se agente dominante do campo econômico em que atua.

A esta visão empresarial marcada pelo autointeresse, contrapõe-se outra manifestada no questionário (questão nº 2), respondido pela empresa, qual seja: “Visão - Consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico. Gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.” Nesta, novamente, ganham destaque os componentes sociais e ambientais. É de especial relevância o termo “lucro admirado”, que denota uma preocupação da empresa pela necessidade de justificar a própria finalidade de qualquer investimento econômico, o lucro. A Geração de “lucro admirado” pode ser compreendida como uma orientação geral para suas atividades onde o que se procura é o reconhecimento social ligado ao retorno financeiro, como um aval da sociedade à atividade capitalista. Tal manifestação torna-se coerente se for projetada dentro de um contexto de modernidade tardia, onde as instituições modernas – como o capitalismo industrial – são chamadas a justificarem-se perante sociedades que se tornam progressivamente reflexivas, como já aludimos anteriormente.

No que se refere aos princípios, a empresa afirma que suas ações e decisões são pautadas por valores éticos e que sua governança corporativa é alicerçada sobre um conjunto de princípios definidos num processo em que foram ouvidas diversas áreas da Empresa, além de partes interessadas externas, como ONGs, clientes, empresas do setor, investidores e consultores (ARACRUZ, 2006), resultando no seguinte conjunto de princípios de negócios: “integridade, compromisso com nossos acionistas, foco no Cliente, valorização de nossos empregados, engajamento e transparência, harmonia com o meio ambiente e responsabilidade social” (ARACRUZ, 2006, p. 20).

Neste ponto, transparece a preocupação da empresa em demonstrar-se um projeto eticamente orientado, ou seja, obedecendo a ditames normativos pautados não somente na

lógica do mercado⁹¹. Pode-se interpretar nesta passagem a intenção de apresentar uma imagem da empresa não como um mecanismo que responde exclusivamente a uma lógica financeira restrita e egoísta. Mas, contrariamente, a empresa aparece aqui como submetida a um conjunto de imperativos que conformam e limitam suas ações e estratégias, ou seja, estão colocados aquém da racionalidade, anteriores. Se do ponto de vista lógico, a racionalidade é uma maneira de adequar meios e fins, ela ressurte de algo anterior que defina seus objetivos, ou que interponham condições à realização destes, algo inerentemente, conforme Weber, pertencente à esfera dos valores.

Pode-se depreender daí um quadro de racionalidade como aquele referido no capítulo 3, onde, partindo das categorias da ação de Weber, foi proposto para o entendimento das equações do agir da empresa motivações de ordem instrumental e valorativas. Pois, nos princípios orientadores declarados pela Aracruz Celulose, elementos instrumentais do ponto de vista capitalista como o foco no cliente e compromissos com acionistas, racionais dentro da lógica do retorno financeiro, estão lado a lado com fatores de outra ordem, mesmo intangíveis, como integridade, transparência, engajamento, aparecendo como condições para alcançar o fim de obtenção da lucratividade – que, aliás, não aparece em nenhum momento como um objetivo declarado.

Ainda na definição dos princípios fica manifestada a intenção de demonstrar o empenho da empresa na via do atendimento aos interesses dos demais agentes do campo econômico, pois afirma que estes princípios foram definidos ouvindo as diversas partes interessadas. A atenção dispensada a estes, no estabelecimento dos elementos de base das suas atividades, ratifica a intenção de demonstrar a empresa como uma instituição fundamentada no compromisso com elementos oriundos de diversas ordens de valores: éticos, ambientais, financeiros e sociais, correspondentes às demandas de uma pluralidade de atores sociais, constituindo a ideia de fundo da noção de sustentabilidade corporativa, assunto do próximo tópico.

4.4.2- A visão de sustentabilidade da empresa.

A noção de sustentabilidade é a balizadora das representações da empresa sobre sua inserção na sociedade e fonte de inspiração para a definição de seus valores orientadores. A empresa justifica a adoção desta noção pela natureza de sua atividade, dependente de recursos

⁹¹ Numa acepção simplista, a da oferta e da procura.

naturais: “A Aracruz tira seu sustento da terra e daí nasce seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, que orienta as práticas de manejo dos plantios renováveis de eucalipto e toda a sua atividade.” (ARACRUZ, 2008, p. 70). Estaria, portanto, especialmente constrangida a adotar esta noção. Tal alinhamento de ideias tem como objetivo tornar crível a efetividade de seu empenho dentro dos parâmetros da sustentabilidade corporativa, identificando sua adoção para além da mera opção, como algo indispensável. Como fica evidente na seguinte passagem:

(...) a sustentabilidade está naturalmente presente na condução do nosso negócio. Ele é pressuposto para um empreendimento que obtém da terra a matéria-prima para seu produto e trabalha necessariamente com visão de longo prazo. Plantando para colher sete anos depois; planejando hoje o crescimento que nos permitirá atender amanhã às demandas da sociedade; contribuindo para a qualificação dos nossos parceiros e fornecedores; preparando as pessoas que conduzirão o negócio nas décadas a seguir. (ARACRUZ, 2008, p. 13)

Quando a empresa dá destaque ao longo ciclo da cultura que serve de matéria-prima para seus produtos, ela pretende destacar a importância do planejamento no longo prazo de suas atividades, este aspecto contribui para conferir afinidade com a noção de sustentabilidade, a qual se assenta sobre uma ideia de perpetuação. A adoção de práticas sustentáveis aparece, portanto, num primeiro momento, no discurso da empresa, como uma necessidade decorrente da base material de sua atividade.

Quando a empresa destaca sua preocupação em tornar-se um instrumento de promoção de interesses de diversos públicos, ela reforça e justifica a sua alegada busca por um modelo sustentável para suas atividades, afirmando entender a sustentabilidade corporativa como “única forma de assegurar o crescimento consistente da Companhia, com a necessária criação de valor para nossos acionistas, clientes, empregados e toda a sociedade.” (ARACRUZ, 2007, p. 9). Percebe-se que a orientação pela sustentabilidade advém tanto de constrangimentos de ordem material, como também pela necessidade de atender aos interesses de seus públicos externos. Tornando-se o instrumento para a realização de um modelo gestão baseado no compromisso com as diversas partes interessadas.

Desse modo, o discurso da sustentabilidade é articulado, também, para embasar suas políticas de relacionamento com a sociedade:

Se sustentabilidade significa prover o melhor para o ambiente e as pessoas — tanto para a geração de hoje como para as futuras —, ouvir e compreender as diferentes demandas e necessidades ao redor funciona como um forte alicerce. (ARACRUZ, 2008, p. 70).

Observa-se, nesta passagem, que a sustentabilidade está na origem do empenho da empresa em buscar o diálogo com as populações envolvidas em suas atividades, pois a

empresa considera que a incorporação das partes interessadas nas suas estratégias é um fator crucial para a realização de um modelo sustentável de crescimento:

Adequar-se ao novo ambiente de negócios, que incorpora novos e influentes atores como consumidores, comunidades, ONGs, organismos multilaterais e universidades, é o maior desafio para as empresas que entenderam o desenvolvimento sustentável como a única resposta viável para o seu futuro. (ARACRUZ, 2008, p. 60).

Percebe-se, aqui, novamente, que o elemento constituinte do tripé da sustentabilidade, considerado mais desafiador para a gestão corporativa, é o social. Nesta passagem, também, é interessante destacar que a adoção de um modelo sustentável de desenvolvimento é vinculada à adequação a um novo ambiente de negócios que constringe a empresa a incorporar em suas políticas as diversas partes interessadas. Esse novo contexto é considerado como algo ainda não totalmente compreendido e assimilado pela racionalidade empresarial, pois a Aracruz “assim como grande número de empresas do mundo, estamos em meio a um processo de intenso aprendizado para adequar-nos aos novos tempos.” (ARACRUZ, 2008, p. 60).

O objetivo de se efetivar uma gestão sustentável oferece um importante desafio à racionalidade empresarial devido à pluralidade de valores e interesses que congrega, o que demanda da empresa uma série de aptidões gerenciais, de relacionamento e mesmo morais. A empresa afirma que, para “obter resultados consistentes em bases sustentáveis exige humildade e disposição para o diálogo, responsabilidade no uso dos recursos naturais e lucratividade” (ARACRUZ, 2008, p. 60). Tal conjunto de exigências extrapola as aptidões exigidas para a administração de um empreendimento capitalista tradicional, ou melhor, dentro do contexto tradicional da atividade, fato que confere complexidade ao desempenho da atividade empresarial dentro do referido novo ambiente de negócios.

Portanto, pode-se depreender do exposto que a empresa indica como fontes motivadoras da adoção de uma gestão sustentável tanto a natureza da atividade, dependente de matéria-prima de origem florestal, como também um novo ambiente de negócios onde se impõe a necessidade de adequar-se às demandas de uma pluralidade de agentes sociais. A adoção da sustentabilidade corporativa torna-se uma necessidade desafiadora e mesmo transformadora para a prática da gestão empresarial, fomentando, talvez, um novo tipo de racionalidade empresarial, onde a incorporação dos aspectos sociais e ambientais amplia o número de variáveis a serem incorporadas em suas equações do agir, elevando, assim, o grau de complexidade da gestão.

4.4.3- Estratégia de negócios

Para compreender esta dimensão da racionalidade da empresa, é importante que se parta da meta que a empresa estabelece para si no nível dos negócios, qual seja: “Pretendemos suprir 25% da demanda mundial por celulose de fibra curta em 2015, tornando-se a líder mundial em produção de celulose” (ARACRUZ, 2007, p.16). Noutra passagem, a empresa declara como seu objetivo de longo prazo: “ampliar sua participação no mercado global de fibra curta nos próximos anos e de se manter entre as empresas com mais baixo custo de produção do setor no mundo” (ARACRUZ, 2006, p. 20).

Estas metas estão de acordo com a “Visão” da empresa, tratada anteriormente, de tornar-se a líder mundial no mercado da celulose. Como já comentado, estas metas se coadunam com o previsto no modelo de campo econômico de Bourdieu e confirma a racionalidade do agente dentro deste campo, onde, previsivelmente, os agentes estão em permanente disputa para tornarem-se os agentes dominantes e gozarem das prerrogativas desta posição privilegiada. As aludidas metas constituem objetivos típicos de um empreendimento capitalista, componentes da racionalidade empresarial que tem se manifestado constantes ao longo das diferentes etapas alcançadas pela economia capitalista.

A consecução destas metas deverá, conseqüentemente, pautar a estratégia de negócios da empresa que, para atingi-la, afirma orientar-se pelo “foco na excelência e na sustentabilidade” (ARACRUZ, 2007, p.19). Esta dupla orientação manifesta a coexistência de duas componentes essenciais na racionalidade da empresa. A primeira, a busca da excelência, pode ser considerada uma estratégia tradicional na gestão de uma empresa, na medida em que o foco no contínuo aprimoramento dos diversos aspectos da gestão até que se alcance as melhores práticas tem feito parte dos discursos das empresas em qualquer lugar onde se estabeleça um mercado concorrencial, portanto indispensável para que um empreendimento obtenha vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes. Trata-se de um aspecto mais ligado à gestão interna da empresa – de métodos e processos – e de fácil compreensão nos termos de uma racionalidade instrumental.

Já o alegado foco na sustentabilidade, colocado em pé de igualdade com a busca da excelência operacional, pode ser compreendido como sintoma das necessidades suscitadas por aquele “novo ambiente de negócios” (ARACRUZ, 2008, p. 60), citado anteriormente. A adesão a parâmetros sustentáveis de gestão devido ao caráter destes – aglutinadores de interesses de pelo menos três domínios distintos – impõe-se, no discurso da empresa, como uma maneira de estabilizar o ambiente social onde a empresa está inserida. Pois ela admite

que o fim colimado de tornar-se líder no mercado importa na adoção práticas sustentáveis: “Para a consecução dessa estratégia, a Aracruz tem investido cada vez mais em ações que estimulem um ambiente de negócios favorável com todas as partes interessadas”. (ARACRUZ, 2007, p.17).

Contudo, a despeito de toda a ênfase que a empresa dá em seu discurso aos aspectos ligados à sua preocupação com as partes interessadas, o meio ambiente e demais elementos discursivos destinados a criar uma imagem altruísta à sua gestão, existem passagens nos relatórios em que a dimensão capitalista tradicional do empreendimento fica bastante evidenciada, como na que segue:

A constante busca pela excelência operacional, associada ao foco no controle de custos e na criação de valor, tem propiciado à Aracruz seguidos recordes em volume de produção, vendas e geração de caixa, viabilizando uma rentabilidade sustentável que se reflete na crescente distribuição de dividendos a seus acionistas. (ARACRUZ, 2006, p. 18).

Ou nessas:

“O foco estratégico da Empresa, nos próximos anos, será a ênfase na excelência operacional, para assegurar maior geração de caixa, através da redução de custos e despesas” (ARACRUZ, 2008, p. 10);

“Nossa estratégia de negócios está baseada em investimentos no crescimento orgânico e na aquisição de ativos no mercado”. (ARACRUZ, 2007, p. 17).

Portanto, para a compreensão da racionalidade socioambiental da empresa, esta dimensão propriamente capitalista – do empreendimento comprometido com seu crescimento e com a geração de lucro aos acionistas – não pode ser negligenciada, apesar de toda a retórica que possa, eventualmente, ser empregada, visando escamotear, justificar ou suavizar esta dimensão. Como quando a empresa qualifica suas estratégias de negócio como forma “dar suporte ao crescimento de nossos parceiros comerciais e demais partes interessadas.” (ARACRUZ, 2007, p.7).

A meta declarada pela Aracruz Celulose é típica de uma empresa, comportando as estratégias típicas de uma empresa numa economia capitalista de mercado: agregar valor, reduzir custos, crescer em escala de produção, aumentar sua participação no mercado. Como se pode esperar, pelo modelo weberiano de ação, a empresa deverá agir instrumentalmente para a realização de suas metas, valendo-se, portanto, de um tipo de ação consequente quanto a meios e fins, portanto exemplarmente racional.

Se os fins aos quais se propõem são os correntes, talvez o novo ambiente de negócios que se apresenta ofereça meios inovadores (e novos obstáculos à realização destes fins) que possam dar ensejo a um tipo particular de racionalidade que se materializa nas ações de

responsabilidade socioambiental e que se expressa pelo discurso da sustentabilidade corporativa. Para verificar esta hipótese vejamos como a empresa dá sua definição de responsabilidades social:

Exercemos nossa responsabilidade social corporativa: disseminando conhecimento e induzindo o desenvolvimento sustentável das comunidades; estabelecendo parcerias, investindo em projetos e apoiando redes de relacionamento com o setor privado, entidades da sociedade civil e setor público; contribuindo para a melhoria da governança pública; apoiando e fortalecendo os participantes de nossa cadeia produtiva. (ARACRUZ, 2006, p.21)

Percebe-se aí, uma ampla gama de ações difusas de âmbito social, que constituem elementos recentes na paisagem da gestão corporativa. Estas ações demonstram uma dimensão bastante diversa da empresa quando comparadas as suas metas de negócios, que revelam um empreendimento econômico orientado por uma racionalidade capitalista, constrangida pela própria dinâmica do mercado a adotar estratégias, visando a maximização do retorno financeiro de seus investimentos.

Contudo, a noção de responsabilidade socioambiental corporativa pode ser identificada como um elemento problemático na gestão corporativa tradicional, pelo próprio discurso da empresa, conforme visto anteriormente, onde aparece como um dos novos desafios que se apresentam à gestão e exigem mesmo um novo tipo de aprendizado por parte da administração. Trata-se, pois, de uma nova dimensão dos negócios ainda não totalmente elaborada pela racionalidade empresarial, apesar de reconhecê-la como indispensável.

A incorporação da problemática ambiental nas estratégias da empresa também é, evidentemente, destacada no seu discurso de responsabilidade corporativa: “O aquecimento global deixou de ser somente preocupação de ambientalistas e tornou-se pauta também em reuniões de cunho socioeconômico e de planejamento estratégico para empresas e países”. (ARACRUZ, 2008, p. 60). É importante ressaltar, no entanto, que mesmo aos problemas de ordem ambiental constituem elementos sociais, pois não se tratam de problemas que se apresentam aos empresários *per se*, mas pela mediação de certos segmentos sociais que logram, por meio de um processo social de formação, contestação e legitimação (HANNIGAN, 2000), a elevá-los a um *status* de variável a ser incorporada pela racionalidade empresarial⁹². Fazem parte, em última instância, dos desafios e constrangimentos que a esfera social apresenta à gestão empresarial. Mesmo que a maneira de lidar com eles apresente suas

⁹² O que fica evidenciado pela atenção dispensada pela empresa às ONGs ambientais. Como se observou anteriormente, grande parte destas organizações está mobilizadas na defesa da mata atlântica, que parece ser uma temática que tem logrado mais sucesso neste processo social da construção da problemática ambiental.

peculiaridades, o que importará, finalmente, será o julgamento que a sociedade formulará a respeito de como as empresas lidam com os problemas dessa ordem.

Cabe agora tentar localizar, no discurso da empresa, o lugar que ocupam essas variáveis socioambientais na conformação de suas estratégias de negócios, tendo em mente, conforme visto mais acima, que a empresa traça suas estratégias a partir de metas orientadas pelo aspecto econômico/financeiro, dentro de um modelo capitalista de mercado concorrencial. A empresa afirma que “a dependência dos recursos naturais e o bom relacionamento com as inúmeras partes interessadas em nossas atividades são tão importantes quanto os aspectos econômicos das operações (...)” (ARACRUZ, 2006, p.12). Afirmação que não surpreende, pois se coaduna com as premissas do tripé da sustentabilidade corporativa, que perpassa todo o discurso da empresa nos seus relatórios. Porém, fica a questão de que, se, conforme foi proposto, a orientação última da empresa, da qual decorrem suas metas finais, é a econômica, como dentro desta lógica as questões ligadas às implicações ambientais e sociais das suas atividades podem assumir a mesma importância dos aspectos econômicos de suas operações, conforme a afirmação acima. Ou, em outros termos, de que maneira as ações de responsabilidade socioambiental podem ficar em linha com a orientação capitalista do empreendimento?

No questionário enviado à empresa, quando indagada sobre quais fatores que a levam a se empenhar em ações de responsabilidade socioambiental (questão 2), a resposta foi a seguinte:

As ações de responsabilidade socioambiental devem ser vistas como uma forma de investimento no sentido de buscar administrar riscos, desenvolver confiança e criar valor de forma sustentável:

- ✓ Manutenção da “licença social para operar”;
- ✓ Melhor acesso ao capital;
- ✓ Manutenção do market share⁹³;
- ✓ Redução de custos;
- ✓ Motivação dos empregados;
- ✓ Imagem e reputação.

Esta resposta é direta e reveladora do sentido atribuído pela Aracruz Celulose ao papel da responsabilidade socioambiental corporativa na sua estratégia de negócios. Trata-se de um investimento e, como é da natureza de qualquer investimento, dele espera-se retorno. Ou seja, as ações que a empresa leva a cabo em relação com comunidades vizinhas, ONGs, programas

⁹³ Fatia do mercado ou participação no mercado.

sociais, voluntariado, parcerias público-privadas e demais ações relativas à sua inserção na sociedade, bem como suas ações em prol do meio ambiente são orientadas e motivadas em função do retorno para os negócios que podem proporcionar. Consistem, dessa forma, em ações instrumentais, meios adequados a obtenção de certos fins, obedecendo a uma lógica autointeressada, típica da racionalidade capitalista. É verossímil supor que estas ações estejam alinhadas com a meta da empresa de torna-se líder mundial no seu setor, portanto, devendo contribuir diretamente para que a mesma possa galgar posições dentro do campo social onde está inserida.

No que diz respeito à finalidade de tais ações, a empresa identificou: 1) administração de riscos; 2) desenvolvimento de confiança; 3) criação de valor de forma sustentável. Estes três elementos podem ser divididos em duas categorias de estratégias da empresa, daquelas voltadas à redução da complexidade do ambiente de negócios (1 e 2) e da gestão de ativos (3). Procuraremos identificar como a empresa concebe, no seu discurso, a maneira que estas estratégias ligam-se a suas finalidades.

A complexidade do ambiente de negócios tem como consequência negativa para a elaboração das estratégias da empresa a incerteza dela decorrente. A incerteza implica em redução do horizonte de previsibilidade do efeito de suas ações no tempo, bem como dos efeitos de ações de outros que possam incidir sobre a empresa. A dificuldade de previsão pode comprometer seriamente o estabelecimento de linhas de ação, especialmente na medida em que elas se afastam no tempo, o que constitui um fator crítico na gestão de um empreendimento que visa sua perenização (ARACRUZ, 2006). Para identificar as principais fontes de incerteza na gestão da empresa, uma questão foi incluída no questionário (questão 3), respondida pela empresa, sem hierarquizar fatores: mercado financeiro, legislação e mercado consumidor.

Temos, então, esses três elementos como fontes potenciais de riscos para os negócios, riscos que devem ser gerenciados numa estratégia prudente sob pena de obstaculizarem a consecução daquelas metas finais do empreendimento, como afirma a empresa: “A Aracruz busca reduzir os riscos empresariais e criar um ambiente favorável ao seu crescimento sustentável, como forma de assegurar a contínua geração de valor e o retorno adequado aos acionistas”. (ARACRUZ, 2007, p. 16).

Redução de riscos implica, entre outras coisas, em aquisição de informação relevante, relativa a cenários de atuação. Quando estes riscos podem provir das partes interessadas, a

estratégia de redução destes pode, simultaneamente, servir, também, na criação de um ambiente favorável para os negócios. Pois passa pelo estabelecimento de diálogo, contato, proximidade e geração de confiança com os públicos externos. Tais estratégias visam estabilizar o ambiente e torná-lo mais previsível e estável, o que é condição para um planejamento eficiente das ações da empresa. É nesse contexto que interpretamos as afirmações da empresa, como a que segue:

Compreender as pessoas e suas atitudes é um grande passo para se conquistar a harmonia e obter resultados. Assim é também com as organizações, que, cada vez mais, precisam dialogar e relacionar-se com a sociedade, considerando suas peculiaridades e culturas. Só se consegue aprimorar os relacionamentos por meio do intercâmbio de ideias entre pessoas, instituições sociais, públicas e privadas. (ARACRUZ, 2008, p. 70).

Uma gestão eficaz dos aspectos socioambientais torna-se crucial para a empresa numa estratégia de redução de complexidade, pois estes são, conforme ela afirma, “fatores que nos permitem antecipar e compreender futuros desafios, e, dessa forma, aprimorar o gerenciamento dos riscos” (ARACRUZ, 2006, p.12). A gestão destes fatores é que incidirá diretamente no que a empresa chama de sua licença social para operar. Caso não esteja atenta a esta dimensão dos seus negócios, a empresa identifica, na resposta da questão 1 do questionário, os seguintes problemas potenciais:

O não engajamento nessa agenda pode levar a uma alienação da empresa diante dos impasses presentes na sociedade, resultando em uma diminuição de sua reputação, com custos crescentes para manutenção da sua licença social para operar, perda de competitividade e redução de seu valor.

Observa-se que, na resposta da empresa, a principal consequência de uma má inserção na sociedade incide principalmente sobre um elemento não econômico em princípio: sua reputação. A reputação ou a imagem de uma empresa é considerada um elemento intangível, imaterial, mas que incide diretamente, como se observa na resposta, sobre aspectos econômicos. Não é difícil imaginar como uma má reputação pode impactar as três principais fontes de incerteza apontadas pela empresa.

O mercado financeiro, por seu caráter especulativo e instável, obriga aos investidores a se munirem de informações a respeito das empresas das quais pretendem adquirir ações. No sentido de evitar riscos, a preferência costuma recair sobre empreendimentos sólidos, bem geridos, capazes de rentabilizar seus títulos. Uma boa imagem corporativa, portanto, reflete diretamente sobre a confiança do investidor.

A legislação (ambiental, trabalhista, tributária, etc.), como fonte de incerteza, é indicativo de que a empresa está constantemente na iminência de sofrer algum tipo de contestação judicial. Uma empresa com má reputação pode mais facilmente ser alvo de denúncias junto ao poder judiciário, como pode, também, atrair, com mais frequência, a atenção de promotores e dos juízes.

No que diz respeito ao mercado consumidor, se levarmos em conta a clientela da Aracruz Celulose, quase totalmente no exterior e em grande parte na Europa, torna-se razoável supor que uma má reputação socioambiental possa prejudicar seriamente a comercialização de seus produtos em sociedades, como as da Europa Ocidental, muito sensibilizadas em relação às implicações ambientais e sociais de seus hábitos de consumo. Como fica demonstrado nesta passagem:

Nossos clientes utilizam a celulose da Aracruz para fabricar produtos de papel que estão presentes no dia-a-dia de milhões de consumidores, os quais estão cada vez mais conscientes da importância de altos padrões de desempenho ambiental e social ao longo de toda a cadeia produtiva (ARACRUZ, 2006, p.12).

4.5- Nível 3: A empresa e seus públicos distantes

Este momento da pesquisa tem por finalidade levantar elementos discursivos indicativos das representações da empresa relativas a uma esfera mais distante, porém, imediatamente, influente nos negócios, aquela relativa ao mercado financeiro e ao mercado consumidor globais (relembrando que a Aracruz Celulose exporta 98% da sua produção). Sendo que o mercado consumidor e financeiro já foram, em parte, objeto de reflexão no nível 1, na condição de constituintes das categorias de comunidade financeira e clientes. Neste nível, procurar-se-á abordar com mais profundidade aspectos referentes a estes públicos tangenciados naquele nível. As reflexões aqui recairão, portanto, sobre as certificações ambientais, no que diz respeito ao mercado consumidor e ao mercado de capitais, relativamente à comunidade financeira, em suas relações com a racionalidade socioambiental da Aracruz Celulose.

4.5.1- Certificações ambientais e a Racionalidade empresarial

Outro aspecto importante do mercado consumidor a ser considerado é em relação às certificações ambientais. Pois o empenho da empresa em adotar uma postura ambientalmente correta no desempenho das suas atividades deve, também, ser considerado em função das exigências das certificações ambientais que a empresa obteve e pretende manter, bem como das que pretende obter – como no caso do FSC – e o fato da empresa submeter-se voluntariamente a estas certificações é um importante indício de como é elaborada sua racionalidade socioambiental. As certificações consistem num conjunto de normas, procedimentos e exigências ao qual a empresa deve obedecer que será verificado seu cumprimento, por meio de um processo de auditoria externa. Se reconhecida, a conformidade com este conjunto a ela será concedida a certificação ou o selo ambiental. Importa sublinhar aqui, que o Selo Verde (FSC), para além de normas técnicas dentro do marco sustentável de grande reconhecimento público, é quesito importante na construção de uma identidade global da empresa, como criação de uma imagem de si em resposta a um público que, em suas críticas, questionam a natureza, objetivos e valores professados pela organização.

A obtenção destas certificações exige por parte da empresa investimento de tempo e de dinheiro, por vezes tendo que reorganizar seu processo produtivo para ficarem de acordo com os critérios da certificação. Algumas certificações como o FSC são tão exigentes em seus critérios que a Aracruz, apesar de declarar em todos os relatórios analisados sua intenção em obtê-la (inclusive destacando sua obtenção como uma das preocupações mais relevantes de suas partes interessadas), jamais logrou em consegui-la. Portanto, a empresa deve possuir importantes motivos para que, voluntariamente, submeta-se a um processo de certificação.

Para obter da empresa uma resposta a esta questão foi formulada uma pergunta no questionário, a questão 6, elaborada nos seguintes termos: Qual(ais) é(são) o(s) motivo(s) que leva(m) a empresa a adotar certificações ambientais? Obtendo como resposta a que segue: “Acesso a novos mercados, principalmente, os internacionais; manutenção dos mercados atuais e melhoria de imagem.” Nessa resposta, fica evidenciado a caráter mercadológico da opção da empresa em engajar-se nesta via. Assim, pode-se considerar que parte de suas ações de responsabilidade ambiental repousa sobre uma motivação comercial, coerente com as particularidades do contexto social dos mercados de destino de sua produção e com as exigências do seu consumidor final. São estas as variáveis capazes de conferir vantagem

competitiva – ou mesmo os requisitos mínimos para participação em determinados mercados – para a empresa que adote medidas de responsabilidade ambiental.

A decisão da empresa consiste numa reação diante os fatores de ordem social, da esfera do consumo, segundo uma racionalidade econômica estrita. A adoção de uma gestão ambientalmente correta configura neste contexto uma decisão rigorosamente instrumental visando o retorno financeiro. O que se percebe aqui é a mediação do mercado, por intermédio das certificações ambientais, no sentido de alinhar interesses econômicos e demandas sociais, oferecendo um instrumento capaz de reverter exigências do público consumidor em vantagens competitivas para a empresa. Conseguindo, dessa forma, conjugar esferas distintas de valores sobre uma base comum.

A existência das certificações ambientais evidencia o consumidor como agente de transformação da esfera da produção e do ambiente de competição no mercado. Os seus hábitos de consumo devem, portanto, ser encarados como algo mais do que fruto de manipulação seja do mecanismo dos preços – produtos certificados podem custar mais caro -, seja da propaganda. O caráter consciente e reflexivo do comportamento do consumidor assume a importância de insumo fundamental para aquelas transformações e a esfera do mercado demonstra sua capacidade responsiva às demandas deste público. Nas relações entre oferta e procura, quando focamos sobre o terreno da sustentabilidade corporativa, não se constata de forma evidente um automatismo fora de margens de intervenção consciente dos agentes sociais. O mercado não apresenta a forma de um ambiente neutro, onde se encontram compradores e vendedores – à imagem dos modelos da ortodoxia econômica –, mas sim um espaço suscetível da influência de fatores societários.

4.5.2- Mercado financeiro e a racionalidade empresarial

Diante do que foi exposto acima, constata-se como um elemento intangível, como a reputação impacta profundamente a realidade da empresa, devendo, portanto, constar como variável importante na elaboração de suas equações do agir. O discurso corporativo atual trata este elemento sob a denominação de ativo intangível, tipo de bem não físico, mas importante instrumento para agregação de valor ao empreendimento. A Aracruz Celulose destaca na elaboração de suas estratégias a gestão deste tipo de ativo: “A Aracruz considera a

diferenciação conferida pelos seus ativos intangíveis um crescente fator de competitividade” (ARACRUZ, 2006, p.36). E indica, também, junto a quem pretende adquiri-los:

Em sua estratégia de crescimento sustentável, a Aracruz atua na gestão de valores intangíveis vinculados a seus colaboradores e a seus relacionamentos comerciais e sociais, entre outros aspectos, em ações que buscam reforçar o papel da Empresa como agente de desenvolvimento para o país. (ARACRUZ, 2007, p. 32).

É sabido que, na gestão dos negócios, é corrente a adoção de medidas destinadas a aquisição de bens, como os de produção por exemplo, que têm como finalidade aumentar o valor da empresa. Ela mesma declara que é parte de sua estratégia de crescimento a “aquisição de ativos no mercado” (ARACRUZ, 2007, p. 16). Quando a empresa empenha-se em incorporar valor ao seu negócio por meio de medidas que visam gerar confiança e credibilidade junto às partes interessadas mais relevantes, esses fatores por serem considerados um tipo de ativo, ainda que de natureza particular, são elaborados dentro de uma racionalidade econômica. É uma forma de capital que a empresa procura adquirir junto a determinados públicos, no modelo de campo econômico de Bourdieu constituiria uma das diversas formas de capital além do financeiro (simbólico, político, reputacional, etc.), que deve ser acumulado pelo agente do campo que objetiva melhorar sua posição dentro do campo. Uma vez que a posição de um agente dentro do campo é uma função do montante e da estrutura do capital que possui (BOURDIEU, 1997). A aquisição de ativos intangíveis é uma estratégia econômica que se executa dentro de um mercado de bens simbólicos.

Esta é uma dimensão do conceito de sustentabilidade corporativa a ser destacada. A adoção de um discurso e de ações sob esta orientação tem como uma de suas finalidades melhorar o desempenho da empresa dentro desse mercado simbólico em que a mercadoria cobiçada é a confiança. O tripé sob o qual se apoia a noção de sustentabilidade corporativa é uma combinação de aspectos que visam melhorar a reputação de quem a eles se dedica junto a três ambientes de risco: econômico, ambiental e social. A melhoria da reputação da empresa nestas três dimensões tem como consequência a geração de confiança junto aos diferentes públicos aglutinados em torno delas. O saldo final da adoção desta noção na orientação dos negócios, quando bem sucedida, é a diminuição dos riscos para a gestão relativos aos três principais fatores de incerteza apontados pela empresa: mercado financeiro, legislação e mercado consumidor. Portanto, a adoção de critérios de sustentabilidade corporativa objetiva a realização das metas tradicionais de uma empresa dentro de uma economia capitalista. Apesar da retórica que possa ser empregada para justificar esta política da empresa, eventualmente, destacando um pretensão caráter altruísta, humanitário ou mesmo filantrópico,

os elementos discursivos coligidos nos apontam no sentido de uma racionalidade econômica tradicional, autointeressada, voltado ao retorno financeiro, direto ou indireto.

Não obstante, a natureza intangível que apresenta o tipo de capital ligado à reputação e à imagem da empresa, a maneira como é percebida pela sociedade, portanto, ele aparece materializado na contas da empresa com algo para além da dimensão simbólica, como fica evidenciado nesta passagem: “O resultado dessa percepção positiva é, em parte, traduzido pelo fato de o mercado de capitais atribuir à Aracruz um valor (US\$ 6,3 bilhões) quase três vezes superior ao seu valor patrimonial” (ARACRUZ, 2006, p.36). Isto indica que o mercado financeiro pode ser um instrumento capaz de quantificar financeiramente a percepção social de um empreendimento. Um indicador capaz de atribuir valor não somente aos bens materiais, mas também capaz de sensibilizar-se por aspectos que extrapolam o alcance da contabilidade ordinária, intangíveis, como a confiança, e traduzi-los em cifras. O mercado financeiro apresenta uma dupla face para a empresa: ao mesmo tempo em que constitui um fator de incerteza, conforme visto, torna-se, também, uma ferramenta para incorporar à racionalidade econômica, em bases quantificáveis, elementos intangíveis como aqueles com os quais a empresa se confronta em suas ações e estratégias dentro da gestão socioambiental.

Este aspecto do mercado financeiro reforça a ideia de que a empresa parte de uma racionalidade capitalista típica para orientar suas estratégias e ações, bem com suas motivações para agir no âmbito social e ambiental. O autointeresse aparece novamente como o móbil inicial do empenho da empresa na gestão dessas questões. Mas o discurso da empresa revela outras peculiaridades do mercado relativas à sustentabilidade corporativa. A empresa declara que seu diferencial competitivo está na oportunidade de desenvolver cultivos de eucalipto de ciclo curto (em função do clima brasileiro), aliado ao baixo custo de produção (ARACRUZ, 2006). Para alcançar este baixo custo, indica que:

Além do incremento de produtividade, de ganhos pela inovação tecnológica e parcerias duradouras, o baixo custo pode ser atingido também com redução do custo do capital, que está diretamente relacionado à percepção de nossos investidores sobre os riscos de nossas operações e o retorno que esperam desses investimentos. (ARACRUZ, 2006, p.12)

Nesta passagem, observa-se como estão relacionados custos, riscos e percepção destes por parte dos investidores. Nesta passagem, fica implícito que existem mecanismos do mercado capazes de conferir vantagens econômicas às empresas, em função da confiança que inspiram. Para que isso seja possível, o mercado de capitais dispõe de algumas ferramentas para que os investidores possam avaliar riscos e, por extensão, a confiança dos investimentos

potenciais, no sentido de orientar as suas escolhas. Entre eles estão os índices das bolsas de valores, que listam empresas conforme a adequação a determinados critérios de gestão capazes de tornar presumível a capacidade destas em gerar valor para suas ações, de tornarem-se, portanto, investimentos capazes de garantir retorno ao investidor. Estes índices são elaborados e revistos anualmente com base em questionários enviados às empresas e informações públicas disponibilizadas em relatórios anuais e *websites* de relações com investidores. Os que nos interessam aqui são os índices de sustentabilidade.

Nas suas relações com o mercado financeiro, a Aracruz Celulose destaca sua participação nestes índices, sendo os principais, como referido no item 4.3.5, o DJSI e o ISE. Como pode ser observado nesta passagem:

Mantivemos importantes reconhecimentos da comunidade financeira, como a inclusão, pelo terceiro ano consecutivo, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade Global (DJSI World) 2007/2008. No Brasil, permanecemos no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa desde sua criação, em 2005. E obtivemos melhoras em nossos *ratings* pelas mais importantes agências de classificação de risco, assegurando à Aracruz um dos melhores *rating/outlook* entre as empresas de papel e produtos florestais no mundo (ARACRUZ, 2007, p. 9).

Percebe-se a importância que a empresa atribui ao seu *rating*, que trata-se de uma ferramenta para medir o risco de um investimento, ou seja, uma boa posição dentro destes índices – um bom *rating* – representa uma mensagem positiva ao mercado de capitais, uma forma de transmitir confiança aos investidores. A informação relevante para a elaboração destes índices de sustentabilidade são os aspectos relativos à gestão sustentável das empresas, aqueles que facultam a realização de uma gestão socialmente responsável, ambientalmente correta e financeiramente rentável – conforme o bordão do discurso da sustentabilidade corporativa. Pois o mercado parece vir interpretando que as empresas consideradas sustentáveis são capazes de gerar valor para o acionista no longo prazo, porque estariam mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Cabe destacar, aqui, que o interesse do investidor é estritamente econômico neste ponto, ele não está orientando seu investimento de acordo com algum imperativo de consciência de ordem moral, mas pelo retorno financeiro.

Na elaboração das suas estratégias, a Aracruz tem bem presente esta capacidade do mercado de conseguir reverter a percepção social de um empreendimento em vantagens econômicas concretas:

Sabemos que a forma como a Empresa é percebida pela sociedade é resultado de muitos fatores, e que nosso compromisso com a sustentabilidade contribui diretamente para a formação dessa percepção, na medida em que permite a redução de custos por conta da antecipação e prevenção de conflitos, facilita o acesso ao capital e motiva nossos empregados e fornecedores. São fatores que fazem parte de

nossa licença social para operar e contribuem para a manutenção de nossa participação no mercado. A imagem e a reputação resultantes dessa percepção influenciam diretamente no valor da Empresa (ARACRUZ, 2006, p. 18).

O que fica evidenciado aqui é a ideia do valor da empresa como uma função da maneira como ela é percebida pela sociedade. A percepção social da empresa incide sobre diferentes aspectos da gestão: em relação à gestão de conflitos sociais, captação de recursos, motivação de parceiros comerciais e inserção no mercado. Portanto, o interesse em tornar-se um empreendimento bem visto pela sociedade assume a condição de uma necessidade concreta dentro da elaboração de um quadro de razões e meios de ação. Quanto ao fato do somatório desses aspectos refletirem no valor de mercado da empresa, demonstrando a capacidade do mercado em constituir-se numa instância de rebatimento dos interesses da esfera social – mesmo os de ordem valorativa, subjetiva, intangíveis, enfim – que os possibilita incidir sobre a lógica dos negócios, retornando-os por intermédio da mediação do mercado sobre os agentes econômicos como uma variável econômica concreta. O que reforça os aspectos sociais e políticos dos mercados enquanto dimensões constitutivas destes – que, conforme visto anteriormente, têm sido aspectos negligenciados nos modelos neoclássicos de mercado –, assim como a racionalidade socioambiental da empresa como um derivado da racionalidade capitalista tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, faz-se importante, nesse momento, pontuar um aspecto metodológico utilizado nessa pesquisa e considerá-lo em relação aos resultados finais. Trata-se da opção em abordar o objeto a partir de uma divisão tripartite de níveis de analíticos. Como é corrente em termos de metodologia, esse recorte do objeto acarreta um grau de arbitrariedade não desprezível, como também de artificialidade. Em nome da inteligibilidade do objeto, a análise não pode furtar-se de recorrer a maneiras mais ou menos arbitrárias de organizar o material empírico.

O que se observa na realidade sobre estes níveis, correspondentes às suas ações estratégicas no mercado, é que a racionalidade socioambiental que a empresa constrói é elaborada em bases relacionais, isto é, tendo em consideração suas interações com indivíduos e grupos mais próximos (comunidades, fornecedores, clientes, acionistas, etc.). Simultaneamente, ela faz-se em relação a características e a padrões de ação identificados em entidades mais distantes, como ONGs, governos e público consumidor, com os respectivos valores implicados (valores ambientais, de justiça social, competitividade e eficiência econômicas, etc.). Essas interpretações dos outros atores institucionais disciplinam os cursos de ação da empresa, fomentando estratégias de ação e contornos de novos relacionamentos.

É preciso ter em mente, também, as representações que a empresa elabora das dinâmicas do funcionamento das instituições públicas, econômicas e políticas, bem como seus resultados em termos mais amplos, porque globais, com grande repercussão no plano da autoimagem da empresa, de sua visão das outras instituições, de seus projetos no presente e futuro. Temos, portanto, que aquelas dimensões discursivas e representacionais sobre as quais organizou-se a análise estão entrelaçadas na elaboração da racionalidade socioambiental da Aracruz Celulose, sem que tenha sido possível observar a proeminência de nenhuma e, por consequência, uma hierarquia de tipos de racionalização nestes níveis.

Assim, a representação que a empresa tem de si depende/estrutura-se da leitura que faz das outras entidades e do ambiente sociopolítico mais amplo. A pesquisa não se deparou com uma variável independente - uma empresa com poderes para conformar o campo, ainda que isso possa fazer parte de seus objetivos - mas com um quadro indeterminado interdependente e amplo: nos diversos níveis, fornecedores, governos, ONGs, consumidores, mercado financeiro influenciam e são influenciados pela cultura e pela ação das empresas, numa via de mão dupla. Este quadro corrobora a visão de alguns modelos da sociologia da empresa nos

quais esta deva ser considerada como um sistema aberto, pois conjuga elementos de autonomia e independência em relação aos ambientes em que se insere.

Assim como a empresa é constrangida a adequar-se ao contexto social, ela também se acredita capaz de, em algum grau, interferir neste contexto, a fim de propiciar um ambiente mais favorável. Como afirma Kirchner, a empresa também é criadora do social (2002). Isso fica evidenciado nos esforços da empresa em desenvolver um diálogo ativo e formas de engajamento com as partes interessadas, como meio de gerar confiança junto a elas, diminuindo a instabilidade e os riscos inerentes a suas atividades e ao ambiente de negócios, ou seja, modificando o contexto em seu favor. Na atualidade, a racionalidade da empresa necessita estar muito centrada nessa relação de mão dupla entre sociedade, empresa e mercado, o que eleva à complexidade da gestão. Configurando, como se viu, um verdadeiro desafio para a gestão corporativa especialmente a adoção de ações de responsabilidade social.

Outro ponto a ser destacado para a compreensão da racionalidade socioambiental da Aracruz Celulose é o seu nível de exposição à contestação social de suas atividades. Pois nem todas as empresas estão sujeitas da mesma forma a este tipo de contestação, conseqüentemente, igualmente motivadas a adotarem medidas de responsabilidade socioambiental. Hommel e Godard (2001) assinalam que nem todas as empresas têm o mesmo interesse em levar em conta os riscos coletivos potencialmente engendrados por suas atividades. Somente certos setores e certas empresas dedicam-se a iniciativas espontâneas e significativas neste âmbito, a ponto de serem consideradas estratégias de gestão. Estes autores afirmam que são as características econômicas da atividade que tornarão uma empresa mais ou menos exposta à contestação social.

No caso das características econômicas, as empresas que, para operarem, necessitam da aquisição de ativos “pesados”, que ocasionam grande imobilização de capital, cujos investimentos só podem ser recuperados no longo prazo, têm especial interesse a evitar certas ameaças de contestação, pois estas podem, então, tornarem-se fontes potenciais de custos que não serão recuperados. Se, somado a isso, prosseguem Hommel e Godard (2001), a natureza da atividade e/ou da tecnologia empregada é suscetível de criar riscos ambientais e sanitários, estas empresas poderão estar mais plausivelmente expostas a uma contestação suscetível de lhes fazer perderem, no todo ou em parte, sua legitimidade para operar. Neste caso, temos que a contestação social fundamentada em riscos ambientais e sanitários torna-se um objeto crível e relevante na elaboração da racionalidade destas empresas.

No caso da Aracruz Celulose, observa-se que o perfil da sua atividade enquadra-se nas características destacadas por estes autores – pesados investimentos no estabelecimento de

suas plantas industriais e na aquisição de terra para seus plantios, bem como o impacto destes sobre o ecossistema e a geração de efluentes no processo de beneficiamento da celulose –, além de contar com particularidades relativas ao seu histórico de problemas no relacionamento com comunidades afetadas por suas atividades, especialmente pelas suas áreas de plantio. Os aspectos vão além dos ecológicos e sanitários, aspectos de natureza propriamente social, como isolamento de comunidades, alteração de modos de vida e avanço sobre territórios de propriedade reivindicada por indígenas e descendentes de quilombolas. Tais características relativas ao contexto social próximo tornam a Aracruz Celulose uma empresa especialmente sensível à contestação social.

Estas empresas devem adotar ações preventivas para que a base social da contestação não se alargue a ponto de fomentar um debate público sobre o tema que poderá repercutir negativamente sobre a imagem da empresa, conseqüentemente, sobre seu valor de mercado. Além de poderem ser motivo de ulteriores modificações na legislação – ou de aumento no rigor da fiscalização da legislação existente – que poderão prejudicar as atividades da empresa. As estratégias que a Aracruz Celulose adota na sua relação com a sociedade estão alinhadas como o modelo de gestão da contestação descritos por Hommel e Godard (2001), que trata de iniciativas no sentido de alargar o horizonte de previsibilidade da empresa em relação ao contexto social em que está inserida, tais como a adesão a sistemas de normalização e certificação voluntários, que atestem a qualidade ambiental do empreendimento e dos produtos desenvolvidos, a adoção de uma política de comunicação e de concertação junto aos prováveis promotores da contestação, com a dupla finalidade de identificar os desafios aos quais a empresa possa estar sensível, estabelecendo *ex ante* uma relação de conhecimento mútuo e, se possível, de confiança, da qual se espera que sirva para moderar a contestação no caso da ocorrência de episódios críticos.

Dessa forma, a hipótese de que a racionalidade socioambiental da empresa é influenciada na sua conformação pelas relações da empresa tanto com uma esfera pública mais próxima, quanto uma mais distante se confirma, porém, somente em parte. Na visão de racionalidade da ação empresarial que adotamos para essa pesquisa, descrita no capítulo 3, comportando duas dimensões, a das razões e a dos meios da ação observou-se que esfera social incide mais sobre a escolha dos meios para agir do que na conformação das motivações da empresa, pois as razões últimas que pudemos vislumbrar para o empenho da empresa em ações socioambientais são aquelas típicas da empresa capitalista em busca do seu autointeresse, as do empreendimento econômico, visando o retorno financeiro para seus acionistas, seu crescimento orgânico e o aumento da sua participação no mercado.

As variáveis oriundas da esfera social são elaboradas instrumentalmente pela racionalidade empresarial nas suas equações do agir com vistas à consecução destes fins. Aspectos sociais e ambientais passam a ser adotados na gestão da empresa seja porque constituem obrigações que se interpõem à realização de suas metas econômicas, seja por se apresentarem como oportunidades de criação de vantagem competitiva. O compromisso da empresa com estas questões deve ser compreendido dentro de uma lógica econômica, de busca do retorno financeiro ou do atendimento das condições necessárias para que a atividade seja exercida. O elemento capaz, portanto, de conferir aquela unidade de sentido que estrutura as ações socioambientais da Aracruz Celulose, referido no capítulo 3, é a racionalidade autointeressada da empresa, atuando dentro de uma economia capitalista de mercado.

Essa incorporação de demandas sociais e ambientais na gestão corporativa reflete um ambiente social, político e econômico que constrange a empresa a adequar-se a estes aspectos e, além disso, de um mercado que oferece instrumentos para que esta adequação redunde em vantagens mercadológicas e financeiras para a empresa. Para Weber, a característica fundamental do capitalismo ocidental moderno é a busca do maior lucro possível por meio da organização do trabalho e da produção. Quando a demanda social, pelo atendimento a determinados aspectos ambientais e sociais, torna-se indispensável – por obra de um processo político e histórico – à perseguição do lucro, estes devem ser incorporados ao cálculo racional e egoísta da empresa, tornando-se, doravante, elementos intervenientes na organização do trabalho e da produção. O que não poderia ser de outra forma, pois o capitalismo moderno tem como característica fundamental aquela inclinação em dispor racionalmente dos meios adequados para consecução de seus fins últimos. Portanto, o desejo do lucro – ou o *auri sacra fames* de Weber – e a disciplina racional para alcançá-lo apresentam margens para a incorporação de imperativos éticos quando o contexto social, o exigir e o econômico, o possibilitar. Retomamos, aqui, o argumento de Amartya Sen de que variáveis intrinsecamente importantes podem assumir papéis instrumentais.

O que se pode inferir nessa pesquisa foi que a racionalidade da empresa pouco mudou, a Aracruz Celulose em suas metas e estratégias busca o que outras empresas sempre buscaram dentro das sociedades capitalistas industriais modernas. O que mudou foi o mercado, por conta de transformações no público consumidor. As mudanças observadas nas sociedades ocidentais do pós-guerra abalaram os alicerces sobre os quais se assentava a legitimação das atividades das indústrias, na medida de uma moral ecológica, primeiramente, secundada de uma moral humanitária alastraram-se entre os membros das sociedades das economias centrais. Tais mudanças alteraram o perfil do mercado consumidor desses países e na equação

clássica do funcionamento dos mercados existiram mudanças pela parte da procura. Este novo dado não poderia deixar de ser incorporado nesta equação, gerando, conseqüentemente, um novo equilíbrio, produzindo novos resultados. Vindo, portanto, a afetar os mercados de maneira geral.

A configuração atual do mercado internacional, que provavelmente, de forma pioneira, logrou em desenvolver mecanismos financeiros que estimulam a adoção de medidas por parte do setor produtivo que satisfaçam determinadas demandas da sociedade. Esse fato atesta, em primeiro lugar, o poder do consumidor de impor-se como ator político dentro da economia mundial, fazendo com que seus interesses e valores possam afetar a esfera da produção, da circulação de mercadorias e capitais.

Em segundo lugar, atesta a capacidade do mercado econômico em moldar-se conforme as particularidades da esfera social com o qual está intimamente conectado. O conceito de Desenvolvimento Sustentável e a noção de sustentabilidade corporativa são traços distintivos e onipresentes da economia, da gestão empresarial dos tempos atuais, materializando em si o componente social e político do mercado, pois refletem por sua existência a influência dos valores, bem como dos interesses de determinadas sociedades em determinado momento histórico na configuração do mercado. Reforçando o argumento de Bourdieu: o mercado econômico como produto da construção social e da dinâmica histórica, não como uma entidade abstrata pairando acima das agentes sociais reais.

Essa visão sobre mercado, empresas, problemas ambientais e sociais tem como vantagem política abordar a problemática envolvendo economia, sociedade e meio ambiente dentro de um modelo em que nenhuma destas esferas sobreponha-se às outras como solução possível para os desafios dessa ordem. Os interesses de cada uma dessas esferas podem correr em paralelo na busca por um equilíbrio em suas relações. Não é necessário, pois, recorrer a soluções profundamente reformistas, de caráter mais ou menos utópico, portanto distantes do pragmatismo e mais distantes ainda dos resultados a curto e médio prazo, que os problemas dessa natureza exigem.

Não se pretende aqui fazer uma apologia das capacidades do mercado e das empresas de revestirem-se da condição de únicos agentes promotores da preservação das condições sociais e ambientais, pois nem todas as empresas causadoras de efeitos nessas esferas estão, como foi visto mais acima, sujeitas aos mesmos constrangimentos que a Aracruz Celulose, no sentido da adoção de uma gestão orientada pela responsabilidade socioambiental. Assim como nem todas têm o mesmo perfil de mercado consumidor, no caso da Aracruz, eminentemente estrangeiro e concentrado nos países desenvolvidos ocidentais, portanto,

sensíveis aos problemas dessa ordem. É lícito supor que mudanças no mercado consumidor, como, por exemplo, maior participação de países como a China – menos exigentes quanto às implicações socioambientais dos produtos que consomem – possam vir a alterar a maneira com que a empresa se relaciona com os aspectos socioambientais de suas atividades.

Além do mais, o mercado financeiro, devido à sua instabilidade, não pode sempre servir de base segura para o planejamento estratégico da empresa. A imprevisibilidade do ambiente econômico impede que as empresas possam assumir o papel de promotoras de políticas sociais e ambientais em substituição do Estado. As crises cíclicas do capitalismo teimam em frustrar os argumentos neoliberais a favor da retirada do Estado e das capacidades dos mercados como reguladores da sociedade.

Defendemos, no entanto, a ideia de que mercado e empresas, a economia capitalista, enfim, são produtos sociais e históricos, portanto, maleáveis e contingentes – ainda que não na mesma intensidade –, sem apresentarem uma natureza intrinsecamente boa ou má, nem mesmo insuscetíveis de transformação. Na sociedade de consumo moderna o indivíduo não constitui um ator enfraquecido e vitimado por estruturas que o ultrapassam largamente. A sua margem de ação dentro destas estruturas está preservada e a própria economia de mercado, num mundo globalizado, contribui por meio da importância que assume dentro dela seu papel, enquanto consumidor, para que seus valores e interesses possam vir a afetar estas estruturas do capitalismo, mesmo as distantes, provocando transformações profundas.

Esperamos que este trabalho, a partir do caso empírico abordado, tenha prestado, em alguma medida, um contributo ao debate já histórico entre desenvolvimento econômico e problemas socioambientais, especialmente pelo fato, segundo nossa intenção, de ter consistido num esforço no sentido de deslocar a discussão das posições entrincheiradas dos pró-desenvolvimentistas e dos conservacionistas, que ao manterem-se nestas posições, pouco podem contribuir para resolução dos problemas levantados dentro desta temática, devido a sua incapacidade de contemplar a questão fora dos limites impostos pelos seus pontos de vista. Também, de captar certas complexidades que permanecem ofuscadas devido à intensidade das paixões desencadeadas por esta temática naqueles debatedores, que em alguma daquelas fileiras militam.

BIBLIOGRAFIA:

ARACRUZ CELULOSE. Relatório anual de sustentabilidade 2006, 2007, 2008. São Paulo. Disponível em <<http://www.aracruzcelulose.com.br>>. Acesso em 8 set. 2009.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAKAN, Joel. **A corporação: a busca patológica por lucro e poder**. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BAUER, Martim W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão.. In: BAUER, Martim W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 2006.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 119, n. 1, p. 48 - 66 , 1997

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor F. da. A banalização da sustentabilidade: entre o ecologicamente correto e a governança ambiental fortalecida. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS. **Anais...**Brasília, 2008. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, Marcelo S. Crítica social e responsabilização empresarial: Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na amazônia oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 323-336, maio/ago. 2008.

_____. A construção social do mercado de madeiras certificadas na amazônia: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713. set./dez. 2007.

CHEIBUB, Zairo e LOCKE, Richard. "Valores ou Interesses? Reflexões Sobre a Responsabilidade Social das Empresas", In KIRSCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola orgs., **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

COHN, Gabriel. **Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORCUFF, Phillipe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2001.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DONAIRE, Dennis. Considerações sobre a variável ambiental na empresa. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 34, n.2, p. 68-77, mar/abr. 1994.

DRUK, Graça; FRANCO, Tânia. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v.3, n.2, p. 61-72, 1998.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ESTY, Daniel C.; WINSTON, Andrew S. **O verde que vale ouro: como as empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e criar uma vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

FERREIRA, Leila da Costa. Brazilian environmental sociology: a provisional review. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 5, n.10, 1º Semestre de 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GANDY, Mattew. **Pós-modernismo e ambientalismo: discursos complementares ou contraditórios?** In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Graham. **Sociologia del medio ambiente: una perspectiva internacional**. Madrid: Mcgraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In: Gertz, René (Org.) **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994.

GOLDBLAT, David. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOMES, Antônio do N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na incluso das comunidades locais**. 2005. 112f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade de Viçosa, Minas Gerais, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Teoria de la acción de la esfera pública**. Madrid: Taurus Alfaguara, 1987.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social**. Instituto Piaget. Lisboa. 2000.

HOMMEL, Thierry; GODARD, Olivier. Contestation sociale et stratégies de développement industriel. Application du modèle de la Gestion Contestable à la production industrielle d'OGM. **Ecole Polytechnique Centre National de la Recherche Scientifique**, n. 2001/015, p. 2-26, nov. 2001.

KIRSCHNER, Ana Maria. Sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (orgs.), **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

KOCH-WESER, Maritta R.v.B. Sustentar o governo ambiental global: inovação em recursos para o meio ambiente e desenvolvimento. In: ESTY, Daniel C; IVANOVA, Maria H. (orgs). **Governança ambiental global: opções & oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, n. 2001/015, p.

LANGNON, Adriana. Grupo chileno retoma plantio de árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 Dez. 2009. Caderno Campo & Lavoura, p. 26.

LAYRARGUES, Philippe P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: delicada relação empresa–meioambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.88-80, abr./jun. 2000.

LEIS, H. & VIOLA, E. (1995) A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (Orgs.) **Dilemas socio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

LEMKOV, Louis. **Sociología ambiental: pensamiento socioambiental y ecología social del riesgo**. . Barcelona: Icària editorial, 2002.

LEFF, Enrique. **Economia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 13, p. 201-222, set. 1997.

_____. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, jul./dez., 2003.

LIU, MICHEL. “L’autonomie des entreprises dans le champ social” in R. Sainsaulieu (org.), **L’entreprise: une affaire de société**. Paris, Fondation Nationale de Science Politique/Référence, 1992.

LUHMANN, Niklas. **Confiança**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Iberoamericana; Santiago do Chile: Instituto de Sociologia, 2005.

_____. **Organización y Decisión- Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo.** Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Iberoamericana; Santiago do Chile: Instituto de Sociologia, 2005.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Artmed editora: Porto Alegre: 2004.

MOL, Arthur, P. J. Modernización ecológica: transformaciones industriales y reforma ambiental. In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE. **Sociologia del medio ambiente: una perspectiva internacional.** Madrid: Mcgraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimanto sustentável: origens e significado atual.** In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília, Ed. IBAMA, 2002.

PIAGET, Jean. **Estudos sociológicos.** Rio de janeiro: Forense, 1973.

REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Grahah. **Sustentabilidade e construção social.**In: **Sociologia del medio ambiernte: una perspectiva internacional.** Madrid: Mcgraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002

RITZEL, Lúcia. VCP e Aracruz criam gigante da celulose. **Zero Hora,** Porto Alegre, 21 Jan. 2009. Caderno Economia, p.20.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Wolfgang. **Desenvolvimento sustentável.** In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Grahah. **Sociologia del medio ambiernte: una perspectiva internacional.** Madrid: Mcgraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro. Ed. Record, 2001.

_____. **Sobre ética e economia.** Companhia das letras. São Paulo, 1999.

SMITH, Mark J. **Manual de Ecologismo: rumo à cidadania ecológica.** Instituto Piaget, Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa, 2001.

SPETH, James G. A agenda ambiental global: origens e perspectivas. In: ESTY, Daniel C; IVANOVA, Maria H. (orgs). **Governança ambiental global: opções & oportunidades.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

THÉVENOT, Laurent. Équilibre et rationalité dans un univers complexe. **Revue économique**, n. 2, p. 147-197, março 1989.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Política: os textos centrais**. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Argos, 2001

WEBER, Max. “Conceitos sociológicos fundamentais”. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1992. Parte 2.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Biblioteca Pioneira Editora, 1987, 5ª edição.

WHALLEY, John; ZISSIMOS, Bem. Negócios ambientais: o fundamento econômico para uma Organização Mundial do Meio Ambiente. In: ESTY, Daniel C; IVANOVA, Maria H. (orgs). **Governança ambiental global: opções & oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

ANEXO A- Questionário enviado à empresa com as respostas obtidas

1. Em relação às partes interessadas com as quais a empresa se relaciona, seria possível hierarquizá-las por ordem de importância para os negócios? Acionistas; clientes/consumidores; empregados; comunidades locais; fornecedores; governos e ONG's. A empresa não hierarquiza suas partes interessadas. Todas são tratadas com a mesma postura e o nosso relacionamento com todas é orientado por nossos valores: Solidez, Ética, Respeito, Empreendedorismo e União.
2. Por ordem de importância, quais seriam os fatores que levam a empresa a se empenhar em ações de responsabilidade socioambiental? Justifique a importância de cada fator.

As ações de responsabilidade socioambiental devem ser vistas como uma forma de investimento no sentido de buscar administrar riscos, desenvolver confiança e criar valor de forma sustentável:

Manutenção da “licença social para operar”;

- ✓ Melhor acesso ao capital;
- ✓ Manutenção do market share;
- ✓ Redução de custos;
- ✓ Motivação dos empregados;
- ✓ Imagem e reputação.

Aqui vale informar que consolidamos estes fatores de sustentabilidade no enunciado da nossa Missão e Visão.

Missão - Desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável da vida.

Visão - Consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico. Gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

3. Do ponto de vista da competitividade à qual a empresa se vê obrigada a ajustar-se, qual (ais) o(s) público(s) (consumidor, político, ONG's, Ministério Público, empresas concorrentes, comunidades) que mais tem gerado estímulos para a reorganização das políticas e estratégias da empresa? Por quê?

Consumidores, comunidades e ONG's. Porque a ação desses atores, de forma individual, por meio de redes locais e globais, pode influenciar as licenças legais e sociais para operar, o acesso ao capital, a posição no mercado, a imagem e a reputação da empresa.

4. Qual(ais) é(são) o(s) critério(s) de avaliação da empresa para definir suas ações socioambientais bem como sua eficácia?

O investimento socioambiental da Aracruz se fundamenta nos seguintes direcionadores estratégicos: alinhamento ao negócio da empresa; intervenção a partir do conhecimento das realidades sociais locais (metodologias participativas e pesquisas sócio-econômicas); investimento como resultado do processo de engajamento comunitário; foco nas potencialidades e vocações locais; capacidade de produzir resultados que contribuam para o desenvolvimento comunitário local sustentável; alinhamento com o Pacto Global das Metas do Milênio das Nações Unidas, Agenda 21 e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; capacidade de mobilizar, articular e estabelecer parcerias com o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; investimentos com prazo determinado, desestimulando a relação de dependência; sustentabilidade assegurada a médio e longo prazo; potencial de vinculação e interação com o Programa de Voluntariado Aracruz; monitoramento e melhoria contínua.

5. Caso a empresa não se empenhasse em ações socioambientais quais seriam as principais consequências para os negócios?

As questões sociais e ambientais devem ser gerenciadas, principalmente, devido aos seus impactos sobre os elementos intangíveis de valor para uma empresa.

O não engajamento nessa agenda pode levar a uma alienação da empresa diante dos impasses presentes na sociedade, resultando em uma diminuição de sua reputação, com custos crescentes para manutenção da sua licença social para operar, perda de competitividade e redução de seu valor.

6. Qual(ais) é(são) o(s) motivo(s) que levam a empresa a adotar certificações ambientais?

Acesso a novos mercados, principalmente, os internacionais; manutenção dos mercados atuais e melhoria de imagem.

7. Quais seriam os principais elementos geradores de incerteza (mercado financeiro, governo, legislação, mercado consumidor, comunidades, ambientalistas, etc.) para o planejamento de estratégias e ações da empresa?

Mercado financeiro, legislação e mercado consumidor.

8. Poderia descrever/analisar as facilidades e dificuldades que a empresa vivencia quando responde à legislação ambiental e a seus operadores (IBAMA, FEPAM; Ministério Público)?

As principais dificuldades estão relacionadas à grande diversidade e complexidade das legislações estaduais e federais; à elevada burocracia dos processos florestais e excessivo controle sobre florestas plantadas.

9. Relativamente às políticas e práticas de responsabilidade socioambiental da empresa, poderia discorrer sobre como isso afeta/influencia as políticas e práticas das outras empresas com quem sua empresa se relaciona (fornecedores, clientes, etc.)?

Em relação aos fornecedores, há uma influência direta das nossas práticas, uma vez que em nossos processos de contratação os mesmos são avaliados de acordo com o alinhamento às nossas práticas socioambientais. A Empresa possui um processo interno, onde os fornecedores participam na troca de experiências e nos programas por nós desenvolvidos.

No que diz respeito aos nossos clientes, são eles os principais influenciadores das melhores práticas socioambientais da Empresa, em função das pressões sofridas pelo seu consumidor final, exigindo cada vez mais produtos certificados.